UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA E SILVA

RESISTÊNCIA BORDADA: AS ARPILLERAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

BELÉM-PA
2021

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA E SILVA

RESISTÊNCIA BORDADA: AS ARPILLERAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, apresentado com como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profª Drª Flávia Cristina Silveira Lemos
Coorientadora: Profª Drª Dolores Cristina Gomes Galindo

BELÉM-PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586r Silva, Jéssica Modinne de Souza.
Resistência Bordada : as arpilleras das mulheres atingidas porbarragens / Jéssica Modinne de Souza Silva. — 2021.
105 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos
Coorientação: Profª. Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação emPsicologia, Belém, 2021.

1. Arpilleras. 2. Estudos Decoloniais. 3. Violência contraas mulheres. 4. Biopoder. 5. Corpo-território. I. Título.

CDD 301.1

JÉSSICA MODINNE DE SOUZA SILVA

RESISTÊNCIA BORDADA: AS ARPILLERAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia da Universidade Federal do Pará – UFPA, apresentado com como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Belém, 6 de Outubro de 2021

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos – (Orientadora)
Universidade Federal do Pará-UFPA-PPGP

_____
Prof.ª Dr.ª Dolores Cristina Gomes Galindo – (Coorientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT

_____
Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior – (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará-UFPA-PPGP

_____
Prof.ª Dr.ª Cláudia Andréa Mayorga Borges – (Membro Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG

_____
Prof.ª Dr.ª Marilda Castelar – (Membro Externo)
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública- EBMSP

_____
Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – (Membro Externo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ

_____
Prof. Dr. Alcindo Antônio Ferla – (Suplente)
Universidade Federal do Pará-UFPA-PPGP

Às mulheres que estão aqui, mas que não querem que vejamos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, minha segunda casa desde 2010.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, pelo apoio e incentivo à produção acadêmica feminista desde 2016, ano em que comecei a integrar o corpo discente, no mestrado.

Ao Prof. Dr. Paulo de Tarso de Oliveira e ao Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior, que coordenaram o PPGP durante a minha "estadia" (nada breve) no programa.

Agradeço aos membros da banca que avaliam esta tese de doutorado: Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos (orientadora), Prof.ª Dr.ª Dolores Cristina Gomes Galindo (coorientadora), Prof. Dr. Leandro Passarinho Reis Júnior, Prof.ª Dr.ª Cláudia Andréa Mayorga Borges, Prof.ª Dr.ª Marilda Castelar, Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Prof. Dr. Alcindo Antônio Ferla.

Ao Grupo de Estudos Transversalizando, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos. Que continuemos pesquisando e lutando por direitos humanos, sempre!

À minha família que me possibilitou oportunidades para chegar aqui: meu avô, pela paciência inesgotável, que tantas vezes me aconselhou e fortaleceu contra as pressões acadêmicas na pós-graduação; à minha avó, que sempre está sorrindo e me lembrando de todo o amor que tem por mim; à minha tia Sandra, cuja força e emancipação me ensinou que trabalho também é uma forma de amor e não tem nada de errado nisso; e, finalmente (e com maior importância), à minha mãe e melhor amiga, por ter sido a maior incentivadora a minha carreira acadêmica; por ter me ajudado a repensar minhas prioridades e ter me dito que o certo é priorizar os meus sonhos. Aqui estou eu realizando um sonho graças a esta mulher, que nunca solta a minha mão.

À amizade de Valber Sampaio e Felipe Sampaio, colegas de doutorado, por lerem/escutarem as minhas inquietações. Amigo Valber, obrigada por acreditar no meu trabalho e comprometimento como professora; você é uma peça fundamental no meu crescimento pessoal e profissional. Amigo Felipe, obrigada por ter me convidado para participar do curso de aperfeiçoamento em Filosofia e Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará; esta oportunidade me trouxe experiências únicas e que estarão sempre em minhas memórias.

Ao amigo Arthur Elias Santos, cujas risadas já me dão vontade de rir. Amigo, você foi e é um parceiro muito querido, seja para fazer pesquisa, seja para chorar, rir,

comer, jogar papo fora. A sua potência me ajuda a ser a pesquisadora que sou. Por uma amizade filosófica!

Ao meu pai, Joaquim, que tanto esperou para finalmente me ajudar nesse longo caminho. Obrigada pela infinita paciência, pelo infinito amor, pela paternidade que eu precisei em toda a minha vida. Da mesma forma, agradeço a todas/todos aqueles que me guiaram e ainda guiam desde 2016.

Gratidão imensa as minhas orientadoras! À Prof.ª Dr.ª Dolores Galindo, por ter me dito tantas vezes que o tema da minha pesquisa é muito necessário! Obrigada por me mostrar os caminhos de um feminismo que eu não conhecia e por ter dito na qualificação do meu doutorado que eu não sou apenas uma pesquisadora; também sou escritora e artista.

E, por fim, à Prof.ª Dr.ª Flávia Cristina Silveira Lemos. A gratidão que tenho pela gentileza, humildade generosidade com a qual você atua é um exemplo a ser seguido por todas e todos que desejem pesquisar. Você me ensinou que pesquisa é um fazer comunitário, que eu preciso de outros pessoas para pesquisar. Me ensinou a olhar para a minha trajetória e me orgulhar dela, coisa que fui tolhida de fazer por um bom tempo. A liberdade com a qual você me orientou me fez ver que sou parte de uma pequeníssima parcela de pessoas que conseguem chegar onde eu cheguei e que eu devo ser grata por estar aqui. Obrigada por me acolher sempre que eu precisei e desculpe ter molhado a sua roupa quando você me abraçou enquanto eu chorava. Não me esquecerei da profissional brilhante que você é. Obrigada por tudo.

Nós somos as verdadeiras Marias, guerreiras, lutadoras que estão aí no desafio da luta do dia a dia.

Dilma Ferreira Silva (MAB)

RESISTÊNCIA BORDADA: AS ARPILLERAS DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS

RESUMO

Falar sobre as mulheres que não residem em áreas urbanas parece se equiparar a um pedido de silêncio em alguns espaços. O apagamento trazido por esta práticas homogeneizantes coaduna com o não dito, com o que deve ser calado. Em vista dessas problematizações, questiona-se: os saberes das mulheres, que não são parte de lutas feministas de características urbanas, não possuem valor para as lutas feministas que se constituem na Amazônia e para além dela? É possível pensar em um feminismo à brasileira? E em um feminismo amazônico que privilegie o nosso território como centro dos debates? Para quais corpos esses feminismos se dobram nas dinâmicas de reconhecimento da heterogeneidade? Para pensar nestas questões, proponho como foco as atividades artesanais das mulheres atingidas por barragens devido ao teor profundamente territorial e comunitário de seus trabalhos com as arpilleras. Esta pesquisa buscará construir uma analítica sobre a(s) violência(s) contra a mulher(es) narrada(s) pelas integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens através dos bordados que compõem a exposição "Arpilleras – Bordando a Resistência". Para tanto, aponto como objetivos específicos: 1) esquadrinhar a história da construção do Movimento de Atingidas(os) por Barragens – MAB, sobretudo em sua ala formada por mulheres; 2) esquadrinhar a história que compreende a confecção de Arpilleras na América Latina; 3) problematizar a relação entre a colonialidade, corpo-território e a produção de violência narrada pelas mulheres do MAB. Para subsidiar tais objetivos, farei uso das perspectivas metodológicas da Arqueogenealogia foucaultiana e da Cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, mirando, paralelamente, na História Cultural e na sua relação com pesquisa documental. O Brasil é o país da América Latina com maior extensão e com uma das maiores pretensões de se achar em condições de aplicar estratégias econômicas de outros contextos sócio-históricos. As vivências que atravessam as narrativas das arpilleras se constroem no bem-viver e na militância política. As violências que sofrem são frutos de políticas neoliberais e de colonialidade de seus corpos-territórios, portanto, de relações capitalistas que fragmentam e enquadram suas vidas em uma série de precariedades.

Palavras-chave: Arpilleras. Estudos Decoloniais. Violência contra as Mulheres. Biopoder. Corpo-Território.

EMBROIDERED RESISTANCE: THE ARPILLERAS OF WOMEN AFFECTED BY DAMS

ABSTRACT

Talking about women who do not live in urban areas seems to equate to a request for silence in some spaces. The erasure brought about by these homogenizing practices is consistent with the unsaid, with what must be silenced. In view of these problematizations, the question is: does women's knowledge, which are not part of feminist struggles with urban characteristics, have no value for the feminist struggles that are constituted in the Amazon and beyond? Is it possible to think of Brazilian-style feminism? And in an Amazonian feminism that favors our territory as the center of debates? To which bodies do these feminisms bend in the dynamics of recognition of heterogeneity? To think about these issues, I propose as a focus the craft activities of women affected by dams due to the deeply territorial and community content of their work with arpilleras. This research will seek to build an analysis of the violence(s) against women narrated by the members of the Movement of People Affected by Dams through the embroideries that make up the exhibition “Arpilleras – Embroidering Resistance”. For that, I point out as specific objectives: 1) to investigate the history of the construction of the Moivmento de Atingidos por Barragens – MAB, especially in its wing formed by women; 2) explore the history that comprises the making of Arpilleras in Latin America; 3) problematize the relationship between coloniality, body-territory and the production of violence narrated by the women of MAB. To support these objectives, I will make use of the methodological perspectives of Foucault's Archaeogenealogy and of Gilles Deleuze and Félix Guattari's Cartography, looking, in parallel, at Cultural History and its relationship with documentary research. Brazil is the country in Latin America with the greatest extent and also one of the greatest pretensions of finding itself in a position to apply economic strategies from other socio-historical contexts. The experiences that cross the arpilleras' narratives are built on well-living and political militancy. The violence they suffer is the result of neoliberal policies and the coloniality of their territorial bodies, therefore, of capitalist relations that fragment and frame their lives in a series of precariousness.

Keywords: Arpilleras. Decolonial Studies. Violence against Women. Biopolitics. Body-Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Capa do catálogo da exposição “Arpilleras: Bordando a resistência” 73

Figura 2 – Arpillera com texto do MAB 74

Figura 3 – Arpillera 1 75

Figura 4 – Arpillera 2 76

Figura 5 – Arpillera 3 80

Figura 6 – Arpillera 4 81

Figura 7 – Arpillera 5 84

Figura 8 – Arpillera 6 85

Figura 9 – Arpillera 7 87

Figura 10– Arpillera 8 89

SUMÁRIO

1 BORDANDO O CONTEXTO 11
2 FEMINISMOS DOMINANTES, FEMINISMOS BRANCOS 16
3 O MOVIMENTO DE ATINGIDAS(OS) POR BARRAGENS 24
3.1 Grandes projetos, ecocídio e extrativismo epistemológico 24
3.2 Um fio de história: Brasil e meio ambiente 30
3.3 Algumas considerações sobre movimentos sociais 34
3.4 As mulheres do MAB 37
3.5 Arpilleras: uma trama de afectos 41
4 CORPOS-TERRITÓRIOS E BIOPODER 46
4.1 Feminismos que tecem corpos-territórios 49
4.1.1 Tramando corpo-território: ativismo têxtil e Geografia feminista 49
4.1.2 Da América Latina para Abya Ayala: feminismo comunitário 54
5 MÉTODO-BORDADO PARA PESQUISA DOCUMENTAL 59
5.1 (Des)fazendo urdiduras 63
5.2 Linhas da arpilharia-cartografia 67
6 RETALHOS NARRATIVOS 72
6.1 Afecto: corpos-territórios e territórios-terra 75
6.2 Afecto: corpo-território comunitário 81
6.3 Afecto: corpo-território de mulheres 85
7 AS TRAMAS QUE RESTAM BORDAR 91

1 BORDANDO O CONTEXTO

"Mulher da Amazônia que não fala da Amazônia contribui com políticas neoliberais de destruição ambiental e de violência de gênero". Essa foi a minha reclamação em uma conversa no *Whatsapp* com um amigo. Concordamos plenamente e, para além desta alegria fraterna, também nos incomodamos com a conclusão.

O incômodo veio, para mim, através do absurdo: alguém que ignora o seu lugar, o seu território, alguém que não sabe nem reconhecer qual é o seu território. Tal prática mostra-se muito comum em algumas entrelinhas de debates feministas no Brasil, basta que olhemos atentamente os nomes das referências bibliográficas que mais usamos para escrever/falar. A noção de espaço e pertencimento são totalmente atropeladas por uma série de práticas e discursos políticos que, muitas vezes, privilegiam redes sociais, ou algum outro meio que não alcançará nem 1% de quem mais precisa. Aí está uma crítica que pouco se pondera nos estudos feministas do Brasil; o feminismo isolado nas universidades – o que se encerra em debates teórico-metodológicos,a penas – parece querer estancar nos *Lattes* de cada ume/uma/um de nós.

Quanto à questão do território, o meu incômodo veio em uma segunda parcela: o que nós, mulheres amazônicas que se reconhecem como feministas e estão inseridas no ambiente acadêmico, pensamos por território? Se pensamos em território como a subjetivação atravessada pelo espaço, podemos expandir o que é físico, para o que é abstrato, para o subjetivo. Tem uma música que canta "você é o seu próprio lar...", da banda *Francisco El Hombre*. Se eu posso falar em lar, posso pensar, por exemplo, em minha casa, que se constitui de um espaço ocupado por uma estrutura de prédio, ocupando um território em forma de terreno físico; mas também posso pensar que eu sou essa casa e eu ocupo o espaço em que estou, ou seja, eu sou o meu território; posso considerar que o meu corpo é o território primeiro da minha relação com o resto do mundo.

Não nos vemos latino-americanas e não nos vemos como parte da identidade das mulheres da Amazônia Brasileira. Nós, eu digo, que moramos em regiões urbanas, que estamos inseridas cegamente na lógica academicista de nossas faculdades/universidades; nós, feministas universitárias, tão engajadas com as nossas pesquisas feministas, participando das reuniões dos grupos feministas e gritando coisas bem feministas em protestos organizados por mulheres que, nem sempre, conseguimos reconhecer a existência.

Participei de um bom número de coletivos e grupos feministas de Belém-PA; todos pareciam inovadores: era arte, era partido, era de conselho profissional, era de tudo o que pudesse ser reivindicado. Nossa pergunta era sempre "o que podemos fazer pelas mulheres?", mas a indagação "quais mulheres?" ainda se mostrou e mostra lamentavelmente escassa, sobretudo, quando partimos para as práticas das teorias. É penoso pensar que o momento para reconhecimento das diferenças de classe, raça, etnia, sexualidade, identidade de gênero e território que fazem as opressões funcionarem de maneira tão eficiente sobre algumas de nós – as que estão às margens de uma economia de privilégios neoliberais –, ainda consiga se propagar nas militâncias através de silenciamento de vozes.

Se nós, brancas que residimos em áreas urbanas, já não temos garantia de direitos básicos, o que dirá aquelas mulheres que são expulsas de casa porque uma organização aleatória, uma empresa multinacional, decidiu que queria alagar a área em que ela mora, vive, para construir uma hidrelétrica que nem luz dará para essas mulheres? Este caso é muito conhecido e faz parte, até hoje, das histórias das mulheres atingidas por barragens no Brasil. A construção de barragens é um agravante para práticas de violências contra as mulheres, além de ser chancelada pelo Estado em nome de um discurso que precariza muitas vidas para o inchaço do lucro nos bolsos das pessoas que muito já têm.

Um desses grupos/coletivos provocou muito a minha concepção sobre militância feminista. Eu gostava de estar em contado com essa juventude feminista, sentia que ali eu poderia ter o fôlego de novas vivências políticas. O engajamento deste coletivo se mostrou com maior interesse por questões burocráticas, por *selfies* em eventos, por um *story* gritando palavras de ordem e que morre em 24h – o que evoluiu para as *lives* no Instagram, Facebook ou YouTube durante o isolamento social da pandemia de COVID-19. Tais práticas (que, talvez, se concentrem na "Amazônia urbanizada" – capitais da região Norte do Brasil) parecem demonstrar pouca importância com questões de território, se isso não render *likes* em redes sociais da internet. A culpa, no entanto, não pode ser de qualquer uma de nós, pois os feminismos também são parte das estratégias de acumulação de bens em nosso sistema capitalista (quantas camisetas com estampas feministas são vendidas em lojas de *fast fashion*?). A trama destes acontecimentos é muito mais complexa e apontar "quem tem culpa" é tão desnecessário quanto ineficiente para as lutas feministas, sobretudo, na Amazônia.

O apagamento trazido pela utilização equivocada do termo interseccionalidade é sutilmente mascarado por um senso de generalização que coaduna com o não dito: negras, ribeirinhas, indígenas, parteiras das comunidades, pobres, desterritorializadas de seus lares, assassinadas por reivindicarem seus direitos. Para Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), o foco de análise que privilegia interseccionalidade está mais ligado ao que a interseccionalidade faz, do que ao seu conceito final – ligado à uma perspectiva social específica. Em casos em que o debate analítico sobre interseccionalidade se preocupa mais com a sua definição do que com as práticas em torno do termo, é possível revisitarmos práticas de colonialidade atreladas aos discursos de apagamento de algumas subjetividades. Pensar interseccionalidade é, efetivamente, pô-la em prática, torná-la ação.

Notar o problema que descrevo aqui exigiu e ainda exige uma transversalização, um olhar que não obedeça às linhas duras, mas, sim, flexíveis, capazes de nomadizar, problematizar um movimento social, como os feminismos brancos, com força e solidez, tornando o caminho da crítica uma espécie de vivência criativa para o devir deste movimento, ou seja, tornando o caminho uma resistência por si só.

Revisitar essas vivências de militância, exercício ao qual me proponho nesta escrita, é o mote para que eu comece a bordar sobre violência contra as mulheres a partir daquilo que fez/faz parte da minha militância como feminista amazônica. Por que insistimos em feminismos construídos aos moldes patriarcais, onde não conseguimos olhar para além dos especialismos teórico-metodológicos que as teorias de gênero legitimam com alcunha intelectual? Afinal de contas, estamos privilegiando saberes que não alcançam as mulheres que mais precisam. Além disso, os saberes dessas mulheres, que não são privilegiadas pelo feminismo dominante (de características branca e anglófona), não possuem valor para as lutas feministas que se constituem na Amazônia e para além dela? A qual território a maioria dos feminismos praticados no Brasil pertence? É possível pensar em um feminismo à brasileira? E em um feminismo amazônico que privilegie o nosso território como centro dos debates? Para quais corpos os feminismos dominantes se dobram? Para que corpo-território se produzem esses discursos? E, finalmente, em que amarras está cooptado o feminismo que não reconhece

o corpo como um território e, portanto, não reconhece o território construído pelo próprio corpo?

Tais questionamentos subsidiam ainda mais dúvidas e, longe de querer saná-las, aciono saberes multiplurais, sobretudo, os saberes referentes ao feminismo comunitário para me auxiliarem a desfazer e/ou refazer nós e tramas ancestrais-políticas acerca da territorialidade, numa perspectiva de saber crítica ao colonialismo, capitalismo, neoliberalismo e patriarcalismo. Para tanto, busquei focar nas atividades artesanais das Mulheres Atingidas por Barragens devido ao teor profundamente territorial e comunitário de seus trabalhos com arpilharia. Este trabalho consiste em bordados coletivos que contam as histórias dessas mulheres quando as construtoras de barragens chegam em suas regiões, seus lares. Que narrativas sobre violência contra mulheres estas arpilleras constroem? E como o tema de território se entrelaça com essas violências, ou melhor, contribui?

Objetivo, de forma central, construir uma analítica sobre a(s) violência(s) contra a(s) mulher(es) narrada(s) pelas integrantes do Movimento de Atingidas(os) por Barragens através dos bordados que compõem a exposição "Arpilleras – Bordando a Resistência". Posto isto, busco, especificamente: 1) esquadrinhar a história da construção do Movimento de Atingidas(os) por Barragens – MAB, sobretudo em sua ala formada por mulheres; 2) esquadrinhar a história que compreende a confecção de Arpilleras na América Latina; 3) cartografar as forças de controle, assumidas na figura do Estado enquanto instituição colonizadora, sobre as lutas destas mulheres; 4) problematizar a relação entre a colonialidade, território e a produção de violência narrada pelas mulheres do MAB. Para subsidiar tais objetivos, farei uso da Arqueogenealogia foucaultiana e da Cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, ao mesmo tempo, discorrendo sobre a História Cultural e a sua relação com pesquisa documental.

Mas, como num bordado bem elaborado, considero prudente selecionar e apresentar as linhas que irão costurar os meus argumentos aqui, primeiro, problematizando os feminismos dominantes que incidem nas lutas de mulheres latino-americanas, seguida de uma apresentação do Movimento de Atingidas(os) por Barragens (MAB) e da militância das mulheres deste movimento social; em seguida, abordarei conceitos como discurso, poder, política, corpo e vida, a partir de uma

perspectiva foucaultiana, bem como a Geografia Feminista, o Ativismo Têxtil e o Feminismo Comunitário latino-americano.

Em seguida, abordarei as perspectivas metodológicas que serão utilizadas na analítica final da pesquisa. São elas: a Arqueogenealogia de Michel Foucault, a Cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari e a História Cultural francesa, que subsidiarão esta pesquisa enquanto estudo documental.

Por fim, produzo algumas linhas afectivas através de oito arpilleras para, então, bordar as lacunas que se formaram por todo o processo de pesquisar.

2 FEMINISMOS DOMINANTES, FEMINISMOS BRANCOS

Como explicitei anteriormente, uma parcela de nós, mulheres que vivem em território amazônico, não se vê como parte da construção de identidades da Amazônia, mas sim como pessoas que vivem/residem nesta região específica do Brasil. Esta identificação (ou não-identificação com o espaço ao redor) é uma produção fictícia que se materializa através de acontecimentos relacionados aos que ocorrem em alguns tipos de militância feministas, como o que descrevi anteriormente.

Enquanto nós, que produzimos e construímos os feminismos, não nos debruçarmos sobre nossas histórias – o que demanda atenção ao tempo e espaço –, apenas reproduziremos a história que nos contam sobre nós. Esse olhar velado não nos permite capturar os limites de militância e produção teórico-metodológica nos feminismos.

O feminismo dominante é assim denominado justamente por se fazer através de discursos cooptados, ou capturados, das "mulheres do terceiro mundo" pelas feministas do hemisfério Norte. Para tanto, há uma espécie de "cumplicidade" que aparelha os feminismos dominantes/brancos do Sul com os do Norte. Esta cumplicidade não frutifica em colonização, mas em colonialidade, processo contínuo, das produções discursivas de feministas brancas do Sul (MIÑOSO, 2009).

Para as feministas anglófonas, nós somos "as outras", ou seja, aquelas não-brancas, não-letradas, aquelas dissidentes que "têm muito o que aprender com elas"; quando não, suas práticas revertem os conhecimentos ancestrais dos povos originários das américas em produtos descontextualizados de seus propósitos. O processo de colonização discursiva nos feminismos ocidentais se ordena explicitamente quando elegemos "as outras" das quais não falamos, não creditamos. Yuderkys Espinosa Miñoso (2009) pontua que (no contexto de colonização discursiva), enquanto as feministas anglófonas nos leem como "As Outras" produzindo exclusão dentro do feminismo que é exportado para o mundo todo, nós, "As Outras", consumimos este feminismo branco/dominante e elegemos as nossas "Outras" entre nós. Este é o caso de mulheres indígenas, negras, camponesas, ribeirinhas etc.; este é o caso das mulheres atingidas por barragens no Brasil.

Miñoso (2009) se propõe a uma postura crítica à exclusão dentro dos feminismos. Utilizando os trabalhos de Chandra Talpade Mohanty (2008a; 2008b), Miñoso critica, de forma cética, as propostas da feminista transnacional:

> 1. Hay una colonización discursiva de la práctica académica del feminismo occidental sobre las mujeres del tercer mundo y sus luchas, que es necesario deconstruir y desmantelar.
> 2. Para pasar de la crítica a la «reconstrucción» el feminismo occidental debe poder identificar los problemas acuciantes de las mujeres más marginadas en el contexto neoliberal. Propone adoptar como metodologia la noción de privilegio epistémico, por medio de la cual se assume un punto de vista de abajo hacia arriba, que empieza en las comunidades más pobres y marginales del mundo de forma de poder «aceder y hacer visibles los mecanismo de poder… [en] la escala ascendente del privilegio».
>
> 3. Existe en el contexto actual la necesidad y la posibilidad de uma comunidad feminista transfronteriza, anticapitalista y descolonizada sostenida en la idea de «diferencias comunes» que atienda a uma lucha contra los efectos nefastos de la globalización, y entable um horizonte de justicia y solidaridad universal (MIÑOSO, 2009, p. 41).

A colonização discursiva compreende uma prática acadêmica/academicista do feminismo ocidental (ou seja, aquele que é anglófono) sobre as mulheres de terceiro mundo, repercutindo diretamente em suas vidas (MOHANTY, 2008b). Miñoso (2009) pontua que o trabalho de Mohanty (2008b) buscava denunciar a falsa universalização das metodologias eurocêntricas dos feminismos, relacionando poder e conhecimento uma vez que se fazem visíveis as implicações políticas e materiais na construção de discursos sobre mulheres. Por mais que as duas autoras se atenham a questões convergentes, Miñoso (2009) nos atenta que a crítica ainda é um campo pouco sondado nos feminismos latino-americanos devido aos estreitos contextos de produção e práxis política feminista do "terceiro mundo".

Se lançarmos luz sobre os grupos/coletivos feministas a partir do que Miñoso (2009) chama de "terceiro mundo", veremos que as suas composições são, majoritariamente, brancas, burguesas, urbanas e heteronormativas. Algumas historiadoras do feminismo brasileiro, como Celi Regina Pinto, Mary Del Priore, entre outras, falam a partir de um feminismo brasileiro (re)produzido por mulheres brancas da alta sociedade, geralmente, do sul e sudeste no país, e que tinham poder econômico suficiente para estudar fora e propagar influências do exterior no Brasil. É o exemplo de Bertha Lutz, tida, geralmente, como uma espécie de "Patrona do Feminismo Brasileiro". Em contraponto, há um silêncio histórico sobre a resistência de mulheres negras e indígenas escravizadas em nosso país; disto, podemos observar como é tecida a suposta "supremacia" colonizadora discursiva nos feminismos do Brasil.

> [...] hay un origen mayoritariamente burgués, blanco/mestizo, urbano, y heteronormativo del feminismo latinoamericano. Afirmar este origen no es un dato menor porque ya há sido documentado ampliamente la manera en que las clases dominantes e intelectuales, dentro de las cuales podemos ubicar a las feministas, fueron influenciadas por el programa político e ideológico noreuropeo. Si efetivamente el feminismo del Sur se alimentó de las ideas emancipatorias y de igualdad de las feministas europeas y estadounidenses, seguramente también, habrá que admitir la herencia etnocéntrica de tal adscripción, en tanto convengamos con las tesis de Spivak y Mohanty sobre el eurocentrismo y el colonialismo inherente a la producción teórica de los feminismos hegemónicos Occidentales (MIÑOSO, 2009, p. 43).

Para Ochy Curiel (2007), descolonização se define como "[...] procesos de independencia de pueblos y territorios que habían sido sometidos a la dominación colonial en lo político, económico, social y cultural" (CURIEL, 2009, S.I.).

> Ejemplo de estos procesos son los que sucedieron en América entre 1783 y 1900, de los cuales surgen Estados Unidos y las repúblicas latinoamericanas; los que sucedieron entre 1920 y 1945 en relación con las dependencias del Imperio Otomano y desde donde surgen las independencias de buena parte de los Estados del Medio Oriente y el Maghreb, y los que acontecen entre 1945 y 1970, tras los cuales el conjunto del continente africano e importantes áreas de Asia, el Pacífico y el Caribe se estructuran en unidades políticas independientes (CURIEL, 2009, S.I.).

Já no contexto das ciências sociais, Curiel (2009) sinaliza a importância da produção teórica entre os anos de 1945 a 1970. Para ela, este período corresponde a um impacto desta produção de conhecimento sobre a consciência crítica de intelectuais e ativistas dos continentes que passaram pela colonização, como a América Latina e o Caribe. Além disso, este processo nascente de descolonização das ciências sociais no âmbito acadêmico engendram os estudos pós-coloniais, culturais e subalternos. Estes estudos colocam a construção de sujeitos em contextos pós-coloniais.

Nas lutas feministas, o que se chama descolonização não apenas reconhece uma dominação histórica econômica, política e cultural entre os estados nacionais – estes últimos, resultantes da colonização histórica da Europa sobre outros povos, o que frutificou em sequelas de colonialidade no imaginário social –, mas, sobretudo, a dependência que possuímos frente aos processos culturais e políticos resultantes do capitalismo e da modernidade ocidental e colonização europeia, bem como os seus processos de racialização e sexualização das relações sociais; da imposição da heterossexualidade obrigatória como regime político; da legitimação do pensamento único e da naturalização e da institucionalização de muitas das práticas políticas dos movimentos sociais que vêm criando dependência e subordinação das políticas de desenvolvimento e das lógicas coloniais de cooperação internacional (CURIEL, 2009).

> La descolonización para algunas feministas es una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo, y una posición que crea una especie de «cimarronaje» intelectual, de prácticas sociales y la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas (CURIEL, 2009, S.I.).

Entretanto, Curiel (2007) faz um alerta para a construção epistemológica da lente descolonial/decolonial ao acionar os saberes construídos a partir de experiências de mulheres negras, chicanas, afrolatinas e indígenas. Tomando como princípio o contexto acadêmico, a teórica afro-dominicana denuncia que para ela, o feminismo latino-americano de caráter pós-colonial se apoia em um academicismo elitista e androcêntrico o qual, por sua vez, pouco produz, ou não se aprofunda em uma série de questões como raça/etnia/cor e gênero. Ela mesma critica a produção de saberes pós-coloniais, subalternos ou culturais (como é o caso da corrente descolonial/decolonial) ao perguntar se estes estariam realmente descentralizando sujeitas(os) como pretendem e se esses novos discursos não estariam apelando ao que é considerado "marginal" para ganhar créditos intelectuais, incorporando a diferença como estratégia de legitimação – em outras palavras, os estudos descoloniais/decoloniais estariam se aproveitando do crescimento de lutas sociais para legitimar-se academicamente, sem se importar, de fato, com a ética que isto implica?

Tanto Curiel (2007), como Silvia Cusicanqui (2010), denunciam o véu posto sobre saberes anteriores ao descolonial/decolonial. Curiel reclama o reconhecimento por parte deste saber sobre as influências do feminismo negro, chicano, afro-latino e indígena como antecessoras aos discursos pós-coloniais atuais. Estes saberes não creditados pela corrente descolonial/decolonial, são propostas que problematizam a rede de poder/saber nas sociedades pós-coloniais, pois articulam raça/cor/etnia, classe, gênero e sexualidade a partir de práticas políticas não apenas de cunho feminista, mas das ciências sociais, como um todo.

Breny Mendoza (2008), coadunando com as críticas feministas aqui apresentadas, nos alerta para a cumplicidade do feminismo dominante local com a colonialidade executada por uma ideologia eurocêntrica; tal cumplicidade é uma sequela do projeto colonialista na América Latina e Caribe. Para a autora, este fenômeno não é novo e ela sinaliza que as feministas latino-americanas receberam os feminismos liberal, radical e marxista dando-lhes "boas-vindas", produzindo abordagens alternativas para as

mudanças sociais e culturais. Entretanto, essas boas-vindas às ideologias e projetos emancipatórios ocidentais também serviram para engendrar projetos feministas latino-americanos, cujas consequências se mostraram prejudiciais aos objetivos políticos de mulheres de determinadas classes, origens e sexualidade no continente.

Outra denúncia feita por Mendonza (2008) é sobre o ideário de democracia, implementado pelos países centrais, nas realidades pós-coloniais latino-americanas, ideário este que se desenvolveu fundamentalmente através dos mecanismos de cooperação e do espaço emergente transnacional de produção de discursos que ajudariam no desenvolvimento endossado pelas Nações Unidas. Este espaço de ideário democrático faz parte de uma estratégia de restituição e reconfiguração de vínculos coloniais entre centro e periferia. Isto ocorre tanto nos meandros dos discursos acadêmicos, quanto nas nuances do feminismo dominante pautando um projeto estratégico colonial.

Mas como é possível que os feminismos latino-americanos cheguem a este ponto? Mendonza (2008) explica que não pudemos desenvolver um aparato conceitual e uma estratégia política própria e que nos ajudasse a entender e negociar melhor as relações neocoloniais que se estabeleceram/estabelecem em nosso continente. Nesse contexto, o saber feminista latino-americano foi produzido através do deslocamento do(s) conhecimento(s) de seu território geocultural, com discursos vindos de realidades alheias. Por fim, este fenômeno conduz as feministas latino-americanas a um desconhecimento do que realmente lhes é particular e que poderia engendrar uma prática política de maior impacto.

> [...] los efectos de la colonización discursiva de los feminismos occidentales implicaría una colonialidad intrínseca a los discursos producidos por los feminismos latinoamericanos de modo tal que ésta deja de ser sólo atributo de los feminismos del primer mundo, y en nuestras tierras tiene al menos otras dos consecuencias: la definición, en contubernio y franca dependencia de los feminismos hegemónicos del Norte imperial, de los lineamientos y ejes de preocupación y actuación del feminismo local; y, la fagocitación de las subalternas habitantes de estas tierras a través de su (buena) representación por parte de las mujeres de las elites nacionales y los grupos hegemónicos feministas (MIÑOSO, 2009, p. 45).

A produção de saber latino-americana feminista sobre identidade e sobre os corpos tem se desenvolvido com base em marcos conceituais importados, sem que, ao mesmo tempo, haja atenção sobre em que medida isto pode nos ajudar, ou pode nos prejudicar enquanto território colonizado; este contexto de colonização discursiva acaba

por velar a materialidade decorrente dos corpos racializados, empobrecidos, folclorizados, colonizados de mulheres latino-americanas.

A ausência constatada de corpos indígenas e negros da América Latina nas reflexões brancas sobre "o sujeito" do feminismo, bem como a necessidade de ampliação de seus limites, é inquietante e sintomática, pois demonstra como a produção de saberes – em fase de descentralização do sujeito do feminismo – ainda centraliza universalmente os saberes eurocêntricos sem fugir desta colonização histórica (MIÑOSO, 2009).

Nesse contexto, Miñoso (2009) faz o seu alerta denunciando a efetividade existente na colonização discursiva de mulheres do terceiro mundo e de suas lutas que ocorre não apenas através dos feminismos dominantes do Norte, pois estes possuem um nível de relação cúmplice com os feminismos dominantes do Sul, solidificando os próprios interesses de classe, raça, sexualidade e gênero normativos. Mantêm-se, assim, a legitimação social e o *status quo* dentro dos feminismos. Esta cumplicidade se faz através do próprio caráter branco que a influência do feminismo do Norte exporta para nós, do Sul:

> Una buena parte de las feministas de la periferia, gracias a sus privilégios de clase y raza, si bien en desventaja en relación a sus compañeras del Norte, en sus propios países se han beneficiado de los marcos conceptuales occidentales y etnocéntricos que producen –como su otro constitutivo – a la «mujer (negra, india, pobre, lesbiana, ignorante) del tercer mundo. Ellas participan activamente en el proyecto que hace imposible la agencia y la escucha de la subalterna latino-americana (MIÑOSO, 2009, p. 47).

Além disto, sempre se conferiu aos feminismos do Norte a tarefa de nos "encriptar", ou melhor, de nos inventar; esta invenção se produz não só através da expulsão histórica das narrativas de ideal branco ocidental, mas também da necessidade de tornar estas narrativas históricas como verdades sobre "O Outro". Se as feministas do Norte precisaram moldar a figura da mulher de terceiro mundo, as feministas brancas e burguesas do Sul, além de sentirem a mesma necessidade, têm trabalhado ativamente para construir a sua "Outra" local e, assim, conseguir integrar-se nas narrativas colonizadoras dos Norte (MIÑOSO, 2009).

O quadro é de violência epistêmica e materializada, de tal forma que a "mulher do terceiro mundo" é golpeada duplamente: primeiro pela colonização discursiva que incide dos feminismos anglófonos, construindo a "Outra" latino-americana, e depois pelas práticas discursivas de feministas do Sul que buscam manter distância desta

"Outra" e, ao mesmo tempo, mantêm a continuidade da matriz de privilégio colonial, constituindo-a como a outra da Outra. Gayatri Chakravorty Spivak (2003) lança duas teses para analisar esta violência epistêmica no contexto latino-americano: em primeiro lugar, a crítica feminista aponta para uma impossibilidade de fala e/ou escuta da subalterna[1]; e, segundo lugar, Spivak denuncia a forma com que a razão pós-colonial codifica a subalterna, subtraindo-lhe a vez[2].

Assim, no âmbito desta dupla construção de "mulheres de terceiro mundo", não se faz possível o acesso a uma verdade revelada da experiência de subordinação; a subalterna que encarna a encriptação do feminismo dominante é silenciada a partir dos dois processos descritos acima, pois suas experiências são colonizadas por eles (MIÑOSO, 2009).

Yuderkys Miñoso (2009), ainda com o seu olhar crítico, aponta para a solidariedade feminista sem fronteiras – proposta pelo feminismo transnacional de Mohanty (2008a); o espaço da solidariedade feminista – que, muitas vezes, pode ser confundido com "sororidade", ou mesmo "interseccionalidade" – tem sido de usufruto de poucas feministas privilegiadas do Sul que, graças a classe, origem, cor e acesso a fontes de financiamento, obtiveram prestígio e melhora de status individual.

Este novo campo desterritorializado de militância nos mostra a desconexão real das lideranças feministas e de suas bases, implicando em um processo de especialização, profissionalização e tecnocratização do feminismo com suas fragmentações e secções de lutas no movimento. Estas feministas privilegiadas tornaram-se figuras que beiram um fanatismo, uma adoração; são ícones que exportamos em nome de legitimação dos nossos feminismos, para que sejam aceitos, reais, verdadeiros. A consolidação de uma elite feminista em aliança com as feministas do primeiro mundo determina a acessibilidade para poucas (MIÑOSO, 2009).

Por fim, Yuderkys Miñoso (2009) nos explica que as feministas comprometidas sabem que têm grandes dívidas com as mulheres despojadas pela lógica

---

[1] Para Maria José Vega (2009), o termo subalterno(a) procede da teoria política do filósofo italiano Antonio Gramisci. Os estudos subalternos surgiram em meados dos anos 1980. O sentido da palavra se refere ao(à) dominado(a) em um conflito social, ou seja, de modo geral, refere-se aos(às) excluídos(as) de qualquer ordem e para analisar suas possibilidades como agentes. Para Spivak (2003), não existe subalternidade maior do que a de uma mulher negra, pobre e do terceiro mundo.

[2] Tese que, por sua vez, também justifica o silêncio imposto sobre a subalterna.

capitalista colonizadora, porém, pondera que as esperanças não estão na ideia de que essas mulheres possam adquirir voz audível em nosso discurso, pois "[...]ese requerimiento sólo florece la escenificación que las ha atrapado y condenado historicamente" (MIÑOSO, 2009, p. 52).

3 O MOVIMENTO DE ATINGIDAS(OS) POR BARRAGENS

Em 4 de janeiro de 2020, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA-UFMG, lançou uma nota pública, a qual viria em tom de solidariedade às(aos) moradoras(es) das comunidades de São José do Jassém e de Água Quente, atingidas(os) pela barragem de rejeitos da Anglo American em Conceição do Mato Dentro-MG. O GESTA intitulou a nota da seguinte maneira: "Terrorismo de barragem em Conceição de Mato Dentro". Estamos vivendo em tempos de terrorismo de barragem desde quando? E, mais preocupante que isso, até quando?

> Segundo a última estimativa da Comissão Mundial de Barragens, realizada em 2000, no Brasil foram construídas duas mil barragens, que provocaram o despejo forçado de ao redor de 1.000.000 de pessoas, das quais 70% não teriam recebido nenhum tipo de indemnização. O próprio Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Secretaria de Direitos Humanos da República do Brasil, reconheceu no seu relatório de 2010 a existência de um padrão de implantação de barragens que provoca, de forma sistemática, a violação de 16 direitos humanos das populações atingidas, que acentua as graves desigualdades sociais e que provoca situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2014, S.I.).

Para falar das mulheres atingidas por barragens, da arpilharia que bordam e da resistência que comportam, será preciso abordar alguns contextos que frutificaram no MAB e, posteriormente, na militância dessas mulheres. Porém, antes, proponho algumas considerações iniciais.

Como esta pesquisa foca em um movimento social – no caso, MAB –, trago, antes, apontamentos acerca dos grandes projetos, do ecocídio e do extrativismo epistemológico na produção de saberes dentro da lógica capitalista no Brasil. Em seguida, buscarei fomentar um diálogo sobre movimentos sociais enquanto um analisador passível de construção.

3.1 Grandes projetos, ecocídio e extrativismo epistemológico

Para Stephen Bunker (2011), a mina de ferro em Carajás, no estado do Pará, representa um momento excepcional no que concerne à globalização. Segundo ele, esta globalização intensifica e amplia os processos materiais, relações sociais da produção e o sistema de troca capitalista, tudo isso através de capturas cada vez maiores do espaço global. "[...] Entender a globalização requer atenção aos modos através dos quais a

matéria e o espaço, como componentes da natureza, interagem com a economia e a política enquanto atividades sociais" (BUNKER, 2011, p. 130).

O que nos ressoa desta perspectiva é a ideia da sociedade e da "natureza" (conceito discutível a partir das práticas capitalistas extrativistas, por isso está entre aspas) serem encaradas como coisas separadas. A lógica de separação entre nós e a "natureza" é uma produção que engendra a extração colonizadora, cuja potência alimenta um sistema capitalista, racista, patriarcalista, classista e colonialista. Problematizando o uso do termo, Ramón Grosfoguel (2016) defende que o conceito "natureza" ainda se pauta em uma concepção ocidentalizada moderna, sobretudo em momentos em que há necessidade de justificar o uso inescrupuloso e violento dos espaços:

> El problema con el concepto de «naturaleza» es que sigue siendo un concepto colonial, porque la palabra está inscrita en el proyecto civilizatório de la modernidad. Por ejemplo, en otras cosmogonías la palabra «naturaleza» no aparece, no existe, porque la llamada «naturaleza» no es objeto sino sujeto y forma parte de la vida en todas sus formas (humanas y no-humanas) (GROSFOGUEL, 2016, p. 129).

Por esta citação, já se entende que a noção comum de natureza é eurocêntrica, ocidental-cêntrica e antropocêntrica. Tal concepção mostra-se problemática, pois implica na divisão entre sujeito(a) humano(a) e objeto ("natureza"), com o(a) primeiro(a) tendo vida, em contrapartida a todo o "resto" (sendo objeto-natureza) inerte. Em consequência, as formas de vida não-humanas são consideradas inferiores e acabam sendo inscritas na ordem instrumental de meios e fins da racionalidade ocidental. A natureza, assim, é convertida em um simples meio para um fim. Na cosmovisão dualista cartesiana e ocidental-cêntrica, como nos aponta Grosfoguel (2016), a humanidade é compreendida como algo exterior à natureza e a natureza é matéria de produção, podendo ser extraída.

Bunker (2011) e Grosfoguel (2016), apesar de tratarem do termo natureza de maneiras diferentes, concordam quanto à instrumentalização desta concepção capitalista do termo. Retornemos para Carajás, projeto milionário construído na Amazônia: Bunker (2011) ressalta as consequências da chegada da mineradora em Carajás, denunciando os descasos produzidos por este empreendimento de escala global, que ocorreu em uma área remota, à margem do sistema capitalista. Outros projetos milionários ressoam para exemplificar a tomada da "natureza" em prol do acúmulo de capital, como a hidrelétrica de Tucuruí.

Segundo Bunker (2011), as economias de escala impostas às áreas que, até então, não estão assimiladas ao sistema mundial, tendem a desestabilizar sistemas tanto ecológicos, quanto sociais locais, aumentam a concentração de capital em poucas mãos e dissolvem a autonomia dos estados locais – com a supressão dos recursos de controle aos numerosos problemas relacionados ao bem-estar social e à destruição ambiental trazidos, por sua vez, pelos "grandes projetos" desenvolvimentistas de escala global – estes que não cessam a destruição de vários biomas em nosso país, com o aval paradoxal do Ministério do Meio Ambiente.

A intermediação entre sociedade e natureza é uma função atribuída à tecnologia, a qual constrói uma ponte de processamentos assimilativos de matéria e mercadoria:

> A tecnologia, socialmente criada para maximizar a utilidade das interações dos seres humanos com a matéria e o espaço, funciona como intermediária entre a sociedade e a natureza. Os grupos que detêm o controle da tecnologia tendem a utilizá-la de forma a maximizar seu poder social sobre a matéria e o espaço e, consequentemente, sobre outros grupos e o ambiente em que vivem. A matéria e o espaço são limitados pelas leis naturais imutáveis da física e as regras da química e biologia. A tecnologia é socialmente produzida de modo a aumentar, cumulativamente, sua capacidade e objetivo ao longo do tempo (BUNKER, 2011, p. 130).

O extrativismo é uma das tecnologias que criam essa ponte de processamento-assimilação. O termo pode ser conceituado de muitas formas, visto o imenso rizoma de perspectivas epistemológicas. Para Grosfoguel (2016), a palavra é mais bem trabalhada quando não definida em uma única perspectiva, mas sim quando se problematizam perspectivas múltiplas e heterogêneas. Dessa forma, o pesquisador transversaliza conceitos sobre "extrativismo" para poder se alinhar a um caminho anti-capitalista de argumentação. Para ele, que dialoga com saberes construídos através do ativismo político:

> La idea es pensar «junto y con» intelectuales-activistas que han producido un pensamiento crítico importante frente a diversas manifestaciones del «extractivismo». Pongo entre comillas el término, porque en este ensayo no pretendo abordar ni ofrecer una definición acerca del «extractivismo». Estoy consciente de definiciones analíticamente más circunscritas y rigurosas del término (GROSFOGUEL, 2016, p. 125).

Grosfoguel (2016) nos sugere que, quando a racionalidade ocidental-cêntrica é aplicada na produção tecnológica – como ocorreu durante os últimos cinco séculos de modernidade –, se tem a racionalidade da destruição da vida; qualquer tecnologia que se

constrói a partir da noção de natureza (como já foi aqui debatido) está à mercê da destruição da vida.

A reprodução da vida é uma prática trazida pela cosmovisão de povos originários e amplamente silenciados (discussão que tratei mais à frente) por um capitalismo racista, classista, patriarcalista e colonialista; a reprodução da vida não separa sujeito(a) e objeto, pois ambos então inseridos no mesmo contexto, fazendo parte de um todo maior e mais completo. Tanto a destruição, quanto a produção de vida, mostram-se de extrema importância quando falamos em poder e saber, pois suas potências de verdade operam por lógicas que podem ou não garantir a vida (GROSFOGUEL, 2016).

Com o progresso colonial nas Américas, extraiu-se mais do que ouro e prata; o ecocídio produzido nas colônias da América Latina – e que ainda é abordado de forma muito incipiente – também arquiteta tramas de espoliação subjetiva que violentou e ainda violenta muitos povos originários do continente americano (assim como também ocorre no continente africano, especialmente, na área da África do Sul). Esta extração, por sua vez, é o processo contínuo que chamamos de colonialidade operando através de facetas de biopoder.

Para Alberto Acosta (2012), este fenômeno é uma constante na vida econômica, social e política de muitos países do Sul global; contudo, também é a realidade do Sul dentro no Norte, ou seja, dos(as) sujeitos(as) que vivem nas dissidências capitalistas contemporâneas. Todos os países da América Latina são saqueados pelos extrativismos. Com os avanços do neoliberalismo, a modalidade de acumulação extrativista tem ganhado os holofotes; Acosta (2012) expõe que, mesmo em governos progressistas, o ritmo de crescimento da prática extrativista continua a se proliferar, assim como o racismo.

> De la misma forma que frente al racismo, frente al extractivismo no hay diferencias entre gobiernos occidentalizados de izquierda o de derecha. La explotación, la destrucción y la violencia producidas por las transnacionales extractivistas reproducen las mismas prácticas sin importar el carácter del gobierno de turno. Y frente a sus víctimas, estos gobiernos también se comportan en algunos casos con iguales dosis de violencia. Forma parte de la lógica occidentalocéntrica de izquierda o de derecha la ideología del desarrollismo, y frente a este fin todos los medios quedan justificados incluida la destrucción y la violencia contra todas las formas de vida (humanas y no-humanas) como resultado del extractivismo (GROSFOGUEL, 2016, p. 131).

A prática extrativista faz parte do afã de crescimento de conflitos socioambientais no Brasil – acompanhado pela Bolívia, Colômbia e pelo Uruguai. Esse é um dado informado pelo Centro de Documentação e Informação da Bolívia-CEDIB. Para Cristiana Losekann (2016), os dados que abordam o período entre 2006 e 2013 tem ligação direta com as práticas econômica desses países:

> Os conflitos socioambientais em questão estão relacionados à matriz econômica adotada em boa parte dos países latino-americanos que apostam em um incremento na vocação histórica à exportação de commodities minerais e agrícolas da região. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o setor extrativo de minério cresceu substancialmente na última década, com forte incentivo da China, novo grande parceiro comercial dos países desse continente. Esse crescimento do extrativismo é monitorado pelo Cedib, que aponta um aumento geral da participação de produtos primários nas exportações, sendo que os países cujo aumento foi maior são: Bolívia, Colômbia, Uruguai e Brasil (LOSENKANN, 2016, p. 122).

A prática extrativista se mostra expressiva quando falamos em números, em quantias. Pode-se considerar o extrativismo como prática pioneira em acúmulo de capital, visto que a sua emergência está diretamente ligada à emergência do sistema capitalista. Contudo, não é apenas pelo acúmulo de capital material que o extrativismo merece atenção; sua prática é ampliada e transbordada dos territórios-terras. Sendo assim, tomo aqui o extrativismo também como uma ferramenta para os processos de assimilação colonial do sistema capitalista, o que incluirá não apenas a extração física, mas também do território-corpo, das subjetividades como matérias-primas a serem processadas em nosso sistema mundial.

Grosfoguel (2016) problematiza o extrativismo epistemológico através do conceito de extrativismo construído por Leanne Betasamosake Simpson – intelectual indígena do povo Mississauga Nishnaabeg, do Canadá. Simpson ampliou o conceito a partir da perspectiva econômica para novos territórios de discussão sobre dominação colonial. Em entrevista para Naomi Klein (2013), a intelectual explica que este extrativismo, estratégia de colonialidade, consiste em incorporar o saber tradicional, fora de seu contexto, de sua língua e daqueles que o produziram, e assimilá-lo ao conhecimento ocidental-cêntrico.

> It's the idea that traditional knowledge and indigenous peoples have some sort of secret of how to live on the land in a non-exploitive way that broader society needs to appropriate. But the extractivist mindset isn't about having a conversation and having a dialogue and bringing in indigenous knowledge on the terms of indigenous peoples. It is very much about extracting whatever ideas scientists or environmentalists thought were good and assimilating it… put it onto toilet paper and sell it to people. There's an intelectual extraction,

> a cognitive extraction, as well as a physical one. The machine around promoting extractivism is huge in terms of TV, movies, and popular culture (KLEIN, 2012, p. S.I.)

Leanne Simpson desdobra o conceito sobre extrativismo em novos territórios epistêmicos para caracterizar as práticas de saber. A exemplo, o projeto das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento se apropria de saberes de povos indígenas do mundo para colonizá-los e assimilá-los ao saber ocidental. Tal assimilação nada mais é do que submissão deste saber a uma lógica ocidental-cêntrica capitalista colonizadora, processo que ocorre através da retirada do caráter político e da cosmogonia crítica que lhes é característica, para vendê-los com mais eficiência. O extrativismo intelectual se trata da mentalidade que não busca o diálogo horizontalizado, de "igual para igual" entre os povos-nações para entender a construção e produção de saberes indígenas/de povos originários através de suas histórias; ao contrário, o extrativismo epistemológico procura extrair ideias, saqueá-las como matérias-primas, para colonizá-las nos parâmetros da cultura e da epistême ocidental.

> En la «mentalidad extractivista» se busca la apropiación de los conocimientos tradicionales para que las corporaciones transnacionales tramiten patentes privadas o para que los académicos de las universidades occidentalizadas simulen haber producido ideas «originales» como si tuvieran los «copyrights» de la idea (KLEIN, 2012, S.I.).

O extrativismo epistemológico, enquanto fenômeno político, não poupa a produção simbólica de povos originários. Cusicanqui (2010) nos alerta para as novas modalidades de extrativismo epistemológico; estas modalidades têm colonizado de maneiras cada vez mais sofisticadas e perversas os saberes do Sul e, agora, o têm feito em nome de uma suposta "decolonização epistemológica". Para a socióloga, os(as) pensadores(as) que se lançam nesta corrente (considerada pela autora como também colonizadora) de pensamento, criam um "império dentro de um império", recuperando estrategicamente os aportes teóricos dos(as) estudiosos(as) da subalternidade indiana e de muitas outras vertentes latino-americanas que refletem sobre a colonização e a decolonização.

Este pedido de cuidado sinalizado por Cusicanqui (2010) sobre a produção de conhecimento/saber na América Latina nos fala de uma reciclagem que está sendo tomada como obra original de uns/umas poucos(as) autores(as) reconhecidos no ambiente acadêmico do Norte, mesmo aqueles de origem latino-americana. Tal fenômeno serve para nos lembrarmos que o extrativismo epistemológico pode ocorrer

também com a inclusão de intelectuais, ou melhor, especialistas que falam em nome de uma suposta "decolonização epistemológica".

O racismo incluído no academicismo dos estudos decoloniais inferioriza os saberes indígenas, mestiços e afros, além de tomar suas ideias sem nunca lhes dar os devidos créditos, pois não são referenciados nos trabalhos acadêmicos de caráter decolonial; ao contrário, cita-se a referência de uma referência que nunca chega nos nomes que produziram aquele(s) saber(es). Dessa forma, é notável que a lente decolonial opera como um dispositivo colonizador, ou seja, está amarrada às ideias ocidental-cêntricas de extração violenta para assimilação e acumulação de capital tanto financeiro, quanto simbólico.

> Esta apropiación de conocimientos y borradura de la memoria histórica acerca de los orígenes de la filosofía y la ciencia moderna fue constitutivo al proyecto moderno/colonial de «extractivismo epistémico» desde sus primeros días a finales del siglo XV hasta nuestros días. Es un proceso extractivista colonial que se va a repetir a lo largo de los siguientes cinco siglos en su versión eurocêntrica de derecha o de izquierda y, más recientemente, en la versión más perversa quese hace nombre de lo «descolonial» (GROSFOGUEL, 2016, p. 142).

A postura ética também é um ponto de alerta no fenômeno decolonial dos saberes, pois o compromisso político de engajamento em movimentos sociais, povos indígenas, mestiços e afros ocorre de forma perene, ou seja, a produção de saber/conhecimento é feita sem a prática do que se escreve sobre este campo crítico, deixando-se para segundo plano as atividades referências à luta pela libertação dos povos prejudicados pelo capitalismo – quando ocorre o contrário, visa-se o capital simbólico e econômico, além dos créditos acadêmicos ao Norte do globo. Essa é a descontextualização e despolitização exercida pelo extrativismo epistemológico em sua versão racista.

3.2 Um fio de história: Brasil e meio ambiente

As críticas que teci anteriormente buscam problematizar acerca de muitas subjetividades que sofrem com o fenômeno da colonialidade. No Brasil, temos diversas movimentações que procuram denunciar esses extrativismos através de militâncias/ativismos. Assim é a prática concebida no Movimento de Atingidas(os) por Barragens.

Para Sérgio Corrêa (2009), o MAB representa um tipo de "divisor de águas" na sociedade brasileira, potencializando reconfigurações, novas contradições

socioeconômicas e conflitos socioespaciais tanto na Amazônia, como em todo o país. Tal mudança ocorre sob influência dos discursos desenvolvimentistas e da educação do campo, que se ampliaram durante a ditadura militar no Brasil. Segundo o autor, o seguinte contexto se fazia presente em nosso continente:

> Em meados dos anos 1970, o mundo, ainda, se encontrava efervescido no calor da guerra fria, na qual os blocos capitalista e socialista disputavam fronteiras dos continentes e das nações para expandir seus projetos de sociedade. A América Latina, ao mesmo tempo em que vivia a experiência de revoluções de corte socialista em alguns países, passava, predominantemente a ser varrida por uma onda de golpes militares, que implantavam regimes ditatoriais de direita (CORRÊA, 2009, p. 35).

Neste enredo, a sociedade brasileira era assujeitada a uma gama de violências regadas às torturas de todas as espécies. A Ditadura Militar do Brasil foi "inaugurada" (por assim dizer) em 1° de abril de 1964 e – suspostamente[3] – terminada em 1985 (CHIAVENATO, 1994), com o apoio público dos EUA para a sua implementação no início da década de 1960. Este período sombrio em nosso país foi e ainda é um dos episódios mais violentos de nossa história política.

Tortura, assassinato, censura, perseguições: práticas como essas conflitavam com o quadro de desenvolvimento, de "potência" econômica, que o regime militar procurava disseminar em nosso país. Na ambição desmedida de se integrar às grandes potências mundiais, à economia capitalista urbano-industrial que emergia, e à modernização agrícola através de uma "Revolução Verde", o mesmo regime desconsiderou os possíveis e perversos efeitos de tal empreendimento geopolítico-econômico, científico, tecnológico, cultural e desenvolvimentista (CORRÊA, 2009).

O raciocínio de caráter desenvolvimentista está atrelado a um discurso de racionalidade moderna; ele promete uma espécie de potencialização de afetos relacionados à felicidade das pessoas, a partir de uma razão humana baseada no crescimento econômico. Este crescimento só seria possível com o domínio sobre a natureza, fragmentando-a e colocando-a em crise e, da mesma forma, colocando em crise o social, o moral, o ambiental e o teórico (BRITO; RIBEIRO, 2002).

---

[3] Supostamente, pois, em 2018, o Brasil elegeu para o cargo de presidente da república a figura de Jair Bolsonaro, político de carreira que sempre deixou claro que, para ele, a ditadura militar no Brasil foi uma "revolução", além de exaltar nomes de torturadores em entrevistas e sessões públicas na Câmara dos Deputados. A ditadura sob a qual o Brasil se encontra não é explicitamente militarizada; ela é uma ditadura de sutilezas discursivas e sustentadas pelo avanço do neoliberalismo em todo o mundo.

Enquanto há desenvolvimento e ganho monetário sobre a natureza, há aumento de pobreza e fome dos povos que são destituídos de seus lares – lugares mais do que materiais, seus lares são lugares simbólicos, onde a relação desses povos com a natureza os coloca em um devir de pertencimento.

> A construção de usinas hidrelétricas no Brasil é marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo o desrespeito às populações atingidas, que veem seus modos de vida se alterar drasticamente e, em nome do "desenvolvimento da sociedade capitalista", se anular. No nosso país já foram construídas mais de 2.000 barragens que expulsaram mais de 1 milhão de pessoas de suas terras. Projetos do governo federal preveem a construção de mais de 1.443 barragens nos próximos 20 anos; são obras que trazem consigo a falsa promessa de geração de emprego e desenvolvimento, de respeito à natureza, de energia mais barata para o povo e de garantir os direitos de indenizações das famílias. No entanto, o que temos vivenciado é o controle das barragens por multinacionais, a geração de poucos empregos, a energia mais cara para os trabalhadores e o não pagamento de indenizações (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2010).

Mas o que foi este regime ditatorial em nosso país? Corrêa (2009) descreve a ditadura militar no Brasil como um regime autoritário onde "os fins justificam os meios", com as pretensões mais perversas e cruéis possíveis, excluindo a ética do quadro político do país, do campo público, econômico, científico e tecnológico; excluindo, também, a maior parte da sociedade, além de tentar exterminar aquelas e aqueles que procuram construir resistências ao projeto genocida modernizador e autocrático da extrema direita neoliberal. A ordem deste regime é de puro terrorismo institucionalizado, terrorismo para disciplinar não apenas os corpos, mas, e principalmente, as subjetividades que circundam a sociedade brasileira. Esta incursão de terror é uma das armas mais poderosas da guerra implementada pela lógica ditatorial militar no Brasil.

Osvaldo Saidón (2008) fala sobre esta arma de guerra, que nada mais é do que a negação de direitos humanos:

> A negação, a indiferença ou a continuidade de práticas violadoras dos direitos humanos vão gerando nas pessoas uma alteração dos processos de pensamento, que substitui a percepção do sofrimento por sentimentos de desinteresse, desilusão, desligamento e reclusão individualista (SAIDÓN, 2008, p. 109).

Para o autor, o desinteresse, a desilusão, o desligamento e a reclusão individualista são passos necessários para a instalação de uma paralisia das potências, subjetivando-as através de uma lógica do esquecimento e, portanto, do silêncio. Não é que se transforme essas lembranças em tabus puros e autênticos, mas busca-se, de forma obrigatória, que elas se recalquem entre os acontecimentos históricos e as experiências

vividas, sendo postas nos cantos mais fundos da nossa memória através de violência. Fragmentam-se ou têm suas estruturas modificadas através da lógica capitalista, que desterritorializam todo o fluxo das memórias para cuspi-las de volta processadas em série, em nova realidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Essas memórias não devem ser alcançadas e, se forem, o agente da lembrança deve ser penalizado. Uma das penas mais cruéis da ditadura na América Latina é o "desaparecimento", ou melhor, o assassinato feito pelo Estado contra aquelas e aqueles que resistem ao processo descrito por Saidón (2008). Esses corpos "desaparecidos" nada mais são do que a materialização do que o regime totalitário, ditatorial e militar que buscava (e, talvez, ainda busque) o aniquilamento, ou melhor, o desaparecimento dos direitos humanos, da mesma forma com que se operacionalizou o "desaparecimento" daqueles que reivindicaram o direito à vida. Pior do que morrer, é relegar os sujeitos ao esquecimento.

O nosso país não está livre destas amarras históricas, pois, mesmo com a queda do regime militar, a ditadura permanece marcada à ferro em nossa história, marca esta que deixou cicatrizes muito grandes para serem esquecidas, como é possível ver nas mudanças ocorridas na floresta Amazônica. Lembrar delas pode ser uma forma de resistir e proponho esta prática aqui, com a minha escrita.

Voltar no tempo se tornou uma tendência desde 2018 em nosso país. Ao mesmo tempo em que temos o crescimento dos movimentos sociais, temos também o retorno nefasto e sem melindres do clima de medo e suspeita instaurado pela ditadura militar no século passado – clima este acirrado com a chegada da pandemia de COVID-19. A atual ditadura brasileira é sutil e se faz através de enunciados tidos como verdadeiros ou falsos a partir de uma lógica que prioriza os sentimentos individuais. Não se faz mais cair uma ditadura com a queda do(a) ditador(a); é necessário darmos um giro discursivo sobre direitos humanos, sobre as verdades e as mentiras. Não é à toa que há suspeitas de uso de dinheiro público em nosso país para geração de *fake news* em redes sociais.

Este clima se estende para todos os lados, se capilariza, se rizomatiza, no espaço físico e no subjetivo. A ascensão dos chamados "Grandes Projetos" na Amazônia se fundamenta na Geopolítica, saber que analisa as relações entre poder e espaço geográfico (BECKER, 2005).

> Foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p. 71).

Bertha Becker (2005) recupera uma memória muito valiosa ao tocar no tema sobre colonização, abrindo portas para concluirmos que o ataque à natureza é um prejuízo social desde a autoridade da Coroa Portuguesa. Nesse sentido, a geopolítica se caracterizou como campo de pressões de toda sorte, de intervenções internacionais, desde acordos assinados entre países, até guerras para a conquista de territórios[4]. Essas práticas, incialmente, tinham como protagonista o Estado, pois, até então, ele era entendido como a única fonte e representação de poder político. Hoje se entende que esse poder atua de forma independente do Estado, influenciando as decisões do mesmo em relação ao uso dos seus territórios.

É assim que se faz presente o que a autora chama de coerção velada – pressão externa que busca influenciar as decisões do Estado sobre o uso que faz de seus territórios (BECKER, 2005). Tal mudança está arraigada à revolução científico-tecnológica e às possibilidades de engrandecimento de comunicação e circulação em nosso planeta através de fluxos e redes (estas têm função aceleradora do tempo e ampliam as escalas comunicacionais de relações, ajustando espaço-tempo diferenciados).

No entanto, não é suficiente falarmos apenas dessa construção histórico-discursiva de um espaço político onde a ordem massacra subjetividades massivamente. Há resistências a esse tipo de prática. No afã da dominação da natureza por parte de uma lógica capitalista, surgiram vozes clandestinas que conjuravam o esquecimento de forma criativa e inventiva.

3.3 Algumas considerações sobre movimentos sociais

---

[4] No dia 28 de julho de 2019, garimpeiros invadiram uma aldeia indígena no Amapá, do povo Wajãpi. Durante a invasão, assassinaram o cacique da aldeia, liderança indígena. Link para reportagem do site do jornal El País contido na seção de referências.

As tramas que se engajam a partir de movimentos sociais são agenciamentos de grande ajuda para compreendermos as multiplicidades de violências sofridas pelas mulheres atingidas por barragens. É necessário que se aborde movimentos sociais enquanto categoria para desenhar, de forma mais explícita, as condições em que este texto-pesquisa possa se mostrar potente.

Para Maria da Glória Gohn (2000), mesmo com o aumento na produção de estudos sobre a(s) questão(ões) que envolvem movimentos sociais como categoria de análise, não é possível afirmar que exista uma teoria, mas – talvez – um corpo teórico que abrace as lacunas que se formam em redes de saber-poder. Sendo assim, é possível afirmar que o(s) saber(res) que possam constituir esta categoria estão sempre a se entrecruzar, ou mesmo transversalizar, nas possibilidades de análises.

> [...] Podemos afirmar que existam teorias bastante elaboradas a seu respeito. Parte dessa lacuna é dada pela multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais. Um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido denominado como movimentos sociais. Na tentativa de clarificar a questão, criaram-se novas (GOHN, 2000, p. 11).

Na textura neoliberal que construímos, muitas/os autoras/es têm pontuado que os conflitos permeados socialmente têm se modificado, se reformulado, se ressignificado. Nesta movimentação constante, as questões que dizem respeito à identidade cultural teriam maior importância, engendrando movimentos em torno de gênero, raça/etnia/cor, classe, sexualidade, território etc. Outras autorias reconhecem as potências que se fazem pungentes nos conflitos culturais, entretanto, atribuem uma matriz econômica como "raiz" destes conflitos (GOHN, 2000).

Em resumo, a referida autora ainda aponta que temos dois tipos de análise sobre esta temática: a primeira se caracterizaria de forma culturalista, porque enfatizar as práticas e os discursos que circulam sobre e nos movimentos sociais; já a segunda, se caracterizaria de forma classista por enfatizar as estruturas econômicas, os desacordos sociais e os conflitos de classe.

Gohn (2000), contribuindo para um campo de estudos voltado para movimentos sociais, defende uma terceira posição. Tal seguimento se refere ao destaque que a(s) cultura(s) pode(m) ter na produção de identidades dentro dos movimentos sociais em contextos de lutas, conflitos e contradições – emergindo estes nas questões da sociedade que se segmenta em classes com interesses, valores, ideologia e projetos de vida múltiplos. Entende-se, então, que uma problematização acerca dos movimentos sociais

não se desliga e independe de uma análise de classes. Para tanto, a autora presume algumas diferenças no momento de se definir o que um movimento social.

A primeira diferença a ser considerada é a existência de movimentos e de grupos de interesse. Afectos[5] em comum de um grupo compõem um movimento, mas isto não é suficiente para considerá-los como um movimento. Neste contexto, a ação grupal precisa ser analisada através de uma série de componentes para que consideremos esta composição como movimento social: é preciso que este grupo se forme a partir de sensos comunitários, ou de coletivização social; para que isto ocorra, é preciso que os interesses (ou afectos) sejam compartilhados e construam uma identidade em comum (GOHN, 2000). No caso do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, especialmente no que diz respeito às situações de violência contra as mulheres do movimento, existe a formação de coletivo social a partir de experiências semelhantes diante de extrativismos físicos e simbólicos – os da ordem das subjetividades – a partir das lógicas de colonialidade patriarcal liberais.

> [...] Ser negro, mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação. Mas eles têm urna realidade anterior à aglutinação de seus interesses. Eles têm uma história de experiências culturais. As inovações culturais, econômicas ou outro tipo de ação que vierem a gerar, partem do substrato em comum das carências ou demandas que reivindicam, articuladas pelos legados da herança cultural que possuem [...] (GOHN, 2000, p. 12).

A partir desta sustentação discursiva através da compreensão de múltiplas diversidades, outros repertórios de ações, valores, agendas políticas e reivindicações de produzem.

A segunda diferenciação entre movimentos sociais e grupos de interesse diz respeito à utilização ampliada da expressão; tal acontecimento se dá através da designação de ação histórica de grupos sociais, como ocorre com as mulheres indígenas, com as mulheres que pertencem às lutas camponesas, às mulheres ribeirinhas etc. Tal diferenciação se constitui dialeticamente, se opondo a tudo aquilo da ordem estática. É, portanto, uma ação de uma identidade em movimento e não um movimento específico de mulheres. Tem-se aí dois sentidos específicos para esta diferenciação: o sentido ampliado, outro sentido restrito, específico (GOHN, 2000).

---

[5] Afectos, para Deleuze e Guattari (2010) diz respeito a tudo aquilo que nos atravessa. Para eles, afectos e afetos possuem significados diferente. Enquanto os afectos se constituem por atravessamentos, sendo ou não da ordem do prazer, os afetos estão para além daquelas/es que são atravessados por afectos.

Uma terceira diferenciação deve ser localizada nas ações coletivas e no(s) movimento(s) social(ais) em si. Protestar (pacificamente ou não), se rebelar, invadir, se fazer valer de uma luta armada, uma guerrilha, são maneiras de se estruturar ações coletivas. Estas ações que aqui exemplifiquei não definem o(s) movimento(s) social(ais) em si; são, restritamente, o que se propõem ser: ações.

Finalmente, Gohn (2000) explicita sua quarta maneira de diferenciar movimentos sociais e grupos de interesse. Nesta última diferença, a autora se refere ao que ela chama de "[...] esfera onde ocorre a ação coletiva[...]" (p. 12). Esta esfera se refere a um espaço de ação não-institucionalizado, ou seja, não se encontra ou no que é da ordem pública, ou no que é da ordem privada. Os espaços coletivos ditos não-institucionalizados se localizam em esfera pública não-governamental e não-estatal, o que proporciona aos movimentos alguma independência para tornar suas causas visíveis.

É possível pensar, então, nos movimentos sociais como práxis a partir dos ensaios freireanos. Para Paulo Freire (2013), a práxis remete a tudo aquilo que for prática visando transformações de realidades e, portanto, produções históricas. Nesse sentido, pomos em prática dentro da multiplicidade dos movimentos sociais que, para conhecermos as necessidades de quem é oprimida/o socialmente, precisamos também ter conhecimento sobre o contexto social de quem passa por determinada opressão.

Freire (2013) advoga o uso do termo práxis para a educação, contexto em que empregou pontualmente os seus trabalhos. Contudo, não é por isso que se deixa de transversalizar pelas mais diversas áreas de saber para compor a produção deste termo. Os movimentos sociais também funcionam como forma de produção de saber por constituírem uma rede geradora de relações sociais, pois "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 2013, p. 52). A práxis, como foi definida nos textos freireanos, transborda pelas durezas que definem os limites das áreas de saber.

3.4 As mulheres do MAB

Desde a década de 1960, comunidades atingidas por barragens no Brasil vêm se articulando. Estas comunidades fizeram frente contra o programa de desenvolvimento hidrelétrico elaborado pelo então regime militar. As controvérsias relacionadas aos "Grandes Projetos" iniciaram através do reconhecimento dos impactos

socioambientais e imateriais, efetuados por estas obras, sobre a vida das populações atingidas. Apenas na década de 1980, com o final da ditadura militar, que estas comunidades puderam se expressar publicamente, pois estavam impossibilitadas de se organizarem e reivindicarem os seus direitos (SILVA, 2008).

Como já está explicitado, a luta das comunidades atingidas por barragens no Brasil se fez de uma forma complexa em circunstâncias conflituosas, mas também de resistências vitoriosas. Homens foram protagonistas destas lutas, mas as mulheres fizeram e fazem, até hoje, uma poderosa resistência no movimento. Estas disputas que cercam a mobilização de pessoas atingidas por barragens não foram construídas apenas com a reconquista de bens materiais e imateriais; elas também engendraram o processo de formação de um devir-atingida por barragem por parte das mulheres inseridas nestas lutas, atribuindo-as um protagonismo de um movimento próprio, o qual lhe oferecesse uma espécie de afecção de pertencimento.

Ao se mobilizarem, solidificam esse devir-atingida ao mesmo tempo em que processam um devir-mulher, tudo isto em um espaço marcadamente masculino. É, no entanto, notável o crescimento de pesquisas que abraçam as temáticas de gênero, sobretudo as que pesquisas que tratam de mulheres. Muito se fala no crescimento e amadurecimento dos movimentos de mulheres nos EUA e como isso trouxe, via importação, um nicho de estudos que, até então, não era expressivo em nosso país. Atribui-se, nesse contexto, o crédito dos estudos de gênero às/aos autoras/autores anglófonas(os) em vários campos de saber, como Antropologia, Geografia, Letras, Ciências Sociais e Psicologia.

Entretanto, mesmo com o crescimento dos estudos de gênero no Brasil, pouco se tem adentrado em temáticas que não privilegiem temas concernentes a uma necessidade branca e de classe média. Esse descaso, assim como mostra Maria da Glória Gohn (1997), só nos revela a importância de promoção de pesquisa sobre e para as mulheres que não são brancas e classe média, inseridas em uma territorialidade que processa as suas subjetividades.

Segundo o Movimento dos Atingidas(os) por Barragens - MAB (2010), entende-se que as mulheres são a parte mais atingida pelas barragens, tendo seus direitos brutalmente violados em nome de uma economia internacional.

> Isso acontece porque as mulheres ainda se encontram – apesar de todos os avanços históricos conquistados pela luta feminista -, em posição de subalternidade com relação aos homens. Os dados mostram isso: que a cada

> 15 segundo uma mulher é assassinada no mundo e 90% dos casos a violência acontece dentro de sua própria casa. No Brasil, a cada 2 horas uma mulher é assassinada. Os casos de estrupo aumentaram 157% no Brasil nos últimos 3 anos (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2010, S.I.).

O MAB (2011) considera a existência de uma ditadura sobre os povos que vivem às margens de rios. Os impactos não são apenas materiais, concretos, mas também "imateriais e afetivos, pois com a perda do vínculo espacial, perdem-se também os laços familiares, a vivência com a comunidade e a referência da vizinhança, entre outros que atacam diretamente o 'sentimento'[...]" (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2011, S.I.).

O trauma desencadeado pela ruptura social das comunidades possui um efeito mais doloroso sobre as mulheres, especialmente quando se lida com questões afetivas e de saúde. O empobrecimento esboçado pelo deslocamento compulsório da lógica desenvolvimentista truculenta, intensifica desentendimentos, desestruturação de famílias, incluindo abandono, e a migração masculina para as áreas urbanas. Este último efeito, em especial, aumenta o número de casas chefiadas por mulheres, levando-as a ter que arcar sozinhas com a responsabilidade de cuidados da casa e da criação das(os) filhas(os). Além disso, há aumento de violência doméstica e contra a mulher decorrente do alcoolismo – mais um efeito disseminado pela desestruturação das famílias e pelo empobrecimento (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2011).

O problema que mais se intensifica na desterritorialização das comunidades é da saúde das mulheres atingidas por barragens. Em relação aos dados nutricionais, o MAB (2010) relatou que, devido a mulher ter a responsabilidade sobre a casa, o empobrecimento obriga-a a reservar alimentação para as(os) filhas(os), deixando de alimentar-se. Além disso, a distribuição desigual de alimentos também está pautada em questões de gênero, refletindo na situação nutricional dessas mulheres.

> Em algumas pesquisas, constatou-se que era recorrente a distribuição desigual dos alimentos entre homens e mulheres na família, especialmente em situações de maior escassez, como ocorre depois da chegada das barragens. "Às mulheres e meninas é atribuída uma menor porção ou são excluídos alguns alimentos considerados mais "fortes" (carne, por exemplo), uma vez que seu trabalho é considerado "leve", exigindo "menor reposição de energia" (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2011, S.I.).

Ainda em relação à saúde das mulheres, há um aumento considerável de doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a AIDS, consequência da chegada de operários de outras regiões e estados para as construções das barragens. Da mesma forma, aumenta-se os casos de gravidez de adolescentes que são abandonadas pelos operários, pois logo em seguida os rapazes buscam outros trabalhos em outros lugares. Além de tudo isso, as empresas responsáveis pela construção das barragens contratam homens para seduzir as mulheres, estratégia utilizada para que este homem, a serviço da empresa, se aproxime da família desta mulher para convencê-la a sair pacificamente da comunidade e a não participar das atividades do MAB. Chocantes, as violências não param por aí: há instalação proposital de "negócios de prostituição" (ou "zonas", como são normalmente chamados) próximos aos canteiros de obras das barragens, ou mesmo perto dos alojamentos dos trabalhadores. Este "negócio" é subsidiado pelas empresas como estratégia de entretenimento para os homens que estão longe de suas famílias não abandonem o canteiro de obras. No mesmo contexto de prostituição, também há a mercantilização dos corpos de mulheres, com a venda de adolescentes para a prostituição, contribuindo para o tráfico internacional de mulheres (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2010, S.I.).

O MAB (2011) considera que não há razão biológica que justifique um papel subalterno feminino. O processo, segundo o movimento, é cultural e decorre da divisão sexual do trabalho. Esta divisão, por sua vez, é determinada por diferentes práticas que determinam papéis de gênero na sociedade, de forma binária (homem/mulher) e histórica.

> Um dos fatores de violação dos direitos das mulheres atingidas diz respeito diretamente ao não-reconhecimento do trabalho. Por exemplo, no cálculo da indenização para os atingidos pela barragem de Itá (Santa Catarina, 1987), a força de trabalho de uma mulher adulta foi considerada como 80% da de um homem da mesma faixa etária. Para os idosos, enquanto a força de trabalho masculina foi reduzida à metade, a das mulheres caiu para 25% de um homem adulto (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2011, S.I.).

Em 2013, as mulheres do MAB se armaram com retalhos de tecido, agulhas e linhas para desafiar e denunciar a negligência estatal produzida pelo regime militar durante a Ditadura (1973-1990). Esta militância se fez em forma de documentação têxtil das violações de direitos humanos sofridas pelas comunidades que teriam os seus territórios dizimados por alguma barragem. O protagonismo das denúncias é reservado, em grande parte, para as violências institucionais direcionadas às mulheres dessas

comunidades. Tal documentação resultou na formação de uma rede de cerca de 100 relatos e narrativas têxteis de mais de 800 mulheres atingidas por barragens no Brasil, em 14 áreas espalhadas por todo o território nacional (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2014).

Pontuado o contexto histórico e a formação da rede que criou as Arpilleras do MAB, é necessário frisar que discussão sobre a temática ainda se mostra urgente e de grande importância, sobretudo nos tempos sombrios de ditadura sutil vivida no Brasil em 2018-2019. Estas mulheres foram e ainda são relegadas ao esquecimento, mesmo em outros movimentos sociais de mulheres, como os de corrente feminista branca/dominante, deflagrando a invisibilidade de suas problemáticas sociais. Além destas, é possível que muitas outras situações ainda estejam em aberto para serem investigadas em nome do reconhecimento das mulheres atingidas por barragens como sujeitas políticas no processo de transformação social.

3.5 Arpilleras: uma trama de afectos

> El MAB (Movimiento de afectados por las represas), desde su constitución em 1991, viene desempeñando un papel histórico en la defensa de los derechos de las poblaciones afectadas por las represas. Dentro del MAB, se creó en 2011, el Colectivo Nacional de Mujeres, cuya trayectoria se cruzó con las bordadoras de los subúrbios de Santiago (Chile), mujeres que resistieron a la dictadura cosiendo la resistência (ERTZOGE; BUSQUETS, 2019, p. 109).

O desenvolvimento do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB teve como marcos os impasses que envolvem empresários e afetadas(os). O Conselho de Defesa de Direitos Humanos afirmou que os atores sociais implicados reconhecem o peso das principais mudanças suciais, econômicas, políticas e culturais de construções como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Baseando-se neste reconhecimento, o Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, em associação com a União Europeia, desenvolveu um projeto de formação política e capacitação para mulheres afetadas por represas através da costura. O nome do projeto é “Afetadas por Represas, Costurando Direitos” e consiste em oficinas de arpilleras. Estas oficinas percorreram 9 estados brasileiros, sendo eles: Pará, Rondônia, Ceará, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo o coletivo, cerca de 800 mulheres foram capacitadas em dois anos de oficinas de técnica de bordado e costura em arpilleras.

Em resistência ao esquecimento, as mulheres do MAB bordaram as arpilleras. Arpillera, ou arpilharia, é uma técnica têxtil chilena, originária das bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central do Chile (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2014). O pano utilizado como tela era oriundo de sacos vazios de farinha ou batata – fabricados, geralmente, em linho grosso ou cânhamo. Agulhas e fios transpassam histórias, contam acontecimentos; os fios podem ser de lã com crochê, ou podem ser de afectos, para realçar o contorno de nossas potências com os olhos, com o tato, com as memórias que possam vir à tona. Essa tela de fundo é a arpillera, "nome de batismo" desta técnica artística popular.

A técnica era e ainda é comumente utilizada por mulheres para contar suas histórias, de suas famílias e/ou de suas comunidades. Esse registro estético imprime, documenta e dissemina a vida cotidiana dessas pessoas. A construção de oficinas de arpilleras não representa uma simples expressão de realidade – este pensamento de pureza estética, de "arte pela arte" é uma ingenuidade; a arte tem uma profunda relação com a natureza e, por isso, potência transformadora. Para Osvaldo Saidón (2008, p. 96), "A arte atua, em relação com a natureza, tentando atravessá-la, ultrapassá-la, inventando novos sentidos, novas e indetermináveis naturezas [...]". Assim, as(os) artistas são inventoras(es) de conceitos, são pensadoras(es). Arpilharia, neste sentido, é a constituição de um tipo de resistência política e de saber-poder: os contos coloridos pelos tecidos grossos, ajustados pelas linhas, emanam enunciados ao mundo.

Roberta Bacic, curadora da exposição "Arpilleras da Resistencia Política Chilena" (BRASIL, 2011), arremata a representação de resistência das arpilleras chilenas nos lembrando da época em que potência desta resistência se enraizou. Foi na ditadura chilena, nos fins de 1973, que a técnica artística começou a retratar denúncias do regime militar governado, violentamente, por Augusto Pinochet.

> So, how did arpilleras evolve from the innocuous art of depicting comfortable rural scenes to graphically portraying the harsh reality of life under the Pinochet regime, 1973-1988? What prompted women, in the midst of severe repression, with scraps of material, needle and thread to recount collective and individual stories of disappearances, forced executions, torture, resistance, displacement and forced exile? The historical context is well documented. In 1970, despite a USA-led campaign against him, Salvador Allende was democratically elected as the first Marxist president in the Americas. Three years later, on the 11 September 1973, a USA backed coup by General Augusto Pinochet ousted Allende's government replacing it with a repressive dictatorship (BACIC, 2013, p. 1).

Hoje, as arpilleras ganham a América Latina. A arte de arpilharia se tornou um dispositivo de resistência de grande força, sobretudo no Brasil. Aqui, as mulheres do MAB fazem uso da técnica para denunciar o indenunciável, o que é silenciado e não dito pelo Estado, nem pela grande maioria dos movimentos feministas. Parece que a geometria estatal (SAIDÓN, 2008), a que divide, forma cercos e encaixota as subjetividades, suprimindo-as de uma vida criativa, escondendo as vozes dessas mulheres.

As denúncias não se limitam às condições de moradia, principal acontecimento que nos remete à construção de barragens multimilionárias; os sentimentos vividos, os afetos transpassados nas vidas dessas mulheres são também da ordem dos enunciados sobre gênero. A arpilharia brasileira, das mulheres do MAB, denuncia mais do que alagamentos de terras: ela denuncia as violências infligidas a essas mulheres atingidas por barragens, violências estas que estão atreladas a um neoliberalismo de territorialização, ou o que aqui já mencionamos: Terrorismo de Barragem.

Por consequência, essa invasão de territórios inseridos nos espaços também incide sobre os corpos dessas mulheres, outro território que é constantemente negado na lógica neoliberal colonial – e em algumas produções de saber feministas. Violência contra a mulher deve ser a maior preocupação em nossos tempos, quando falamos em gênero; contudo, as preocupações acerca deste tema dificilmente abraçam as mulheres camponesas, indígenas, ribeirinhas, não-brancas. A geometria estatal, em forma de urbanização, nos cega do espaço que ocupamos e nos põe em territórios outros, alienados de si, enfraquecendo as possibilidades dos encontros com outras subjetividades, reduzindo existências.

Através de um informe da Comissão Mundial de Represas, notou-se que a violência contra a mulher aumentou em regiões onde há projetos hidrelétricos, especialmente em períodos de construção dos mesmos, pois é quando ocorre uma migração considerável de trabalhadores para os canteiros de obra. Por conta do aumento populacional, também cresce consideravelmente os casos de violência, tráfico e estupro de mulheres, colocando-as em uma posição de extrema vulnerabilidade. (ERTZOGUE, BUSQUETS, 2019, p. 116).

> Para denunciar las violaciones de derechos humanos y la condición de vulnerabilidad de las mujeres afectadas se creó, en 2011, durante el Encuentro Nacional de las mujeres afectadas por Represas, el movimiento Colectivo de Mujeres. Según la organización del evento se hicieron presentes 500 personas en representación de 167 estados brasileños, además de líderes

> de Argentina, Paraguay y México. En la clausura del evento se divulgó la «Carta del Encuentro Nacional de Mujeres del MAB», donde se denuncian los impactos de las obras em represas en la vida de las mujeres afectadas [...] (ERTZOGUE, BUSQUETS, 2019, p. 116).

Abrangeu-se uma série de pontos que definiriam os impactos sofridos por mulheres atingidas por barragens: o não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; perda de trabalho e fontes de renda; ausência de mulheres em espaços de deliberação; autoritarismo, truculência e discriminação dos empregados das empresas para com as mulheres; ausência de serviços básicos, prejudicando a mobilização e a participação das afetadas e perda de vínculo com a comunidade (ERTZOGUE, BUSQUETS, 2019).

Para Fernanda Oliveira Portes (2017), as arpilleras funcionam como instrumento de expressão sobre os impactos produzidos pelo modelo energético na vida das mulheres – estas que se colocam no lugar de sujeitas do processo de resistência. A arpilharia produzida no MAB é uma obra de conteúdo congruente com a realidade dessas mulheres, portanto, o potencial contido desses bordados tem grande importância no campo da Cultura Popular de nosso país. A produção de arpilleras pelo MAB foi um processo internacionalizado, cujo método de trabalho consistiu em planejamento de estudos e encontros para reflexão coletiva.

A produção da arpilharia pelas mulheres do MAB consistiu em quatro fases bem definidas; Portes (2017) as enumera da seguinte maneira: 1ª) as mulheres atingidas recolheram os testemunhos de violação de direitos humanos pelas construtoras das barragens, narrando, em primeiro momento, as suas experiências de resistência, de forma individual, dentro de suas casas. “As experiências individuais não são casos isolados, pois reunidas demonstram um padrão de violação universal” (PORTES, 2017, p. 47); 2ª) foi promovido um encontro entre todas as mulheres atingidas pelas mesmas barragens e, caso a distância dificultasse o acesso ao local escolhido para o referido encontro, subdividiam-se as mulheres em grupos de cinco à seis pessoas para debater um tema de violação de direitos (prostituição, trabalho em condições análogas à escravidão, participação política etc.). Os temas debatidos viriam a ser o exercício praticado na etapa anterior a esta, sendo a conversa uma facilitadora para que estas mulheres compreendessem de onde as violências estavam vindo; 3ª) as mulheres que participaram das oficinas de arpilharia nacional reproduziram as narrativas construídas nas etapas anteriores. As arpilleras ganharam forma de representação da realidade das

mulheres atingidas por barragens a partir de questionamentos norteadores, frutos dos debates e das referências do que foi relatado por elas:

> As respostas das perguntas feitas para norteara construção das *arpilleras*, foram transportadas através das agulhas, juta e tecidos pelo coletivo de mulheres, assim que a *arpillera* vai ganhar forma representando a realidade das atingidas em um modelo que se constrói barragens no Brasil (PORTES, 2017, p. 48).

Na 4ª e última etapa foi feita a organização final de algumas questões para a documentação das arpilleras já prontas, como título, autoria, local, estado, obra de barragem, dimensão da arpillera e data. As obras foram organizadas segundo blocos temáticos baseados no relatório de Direitos Humanos apresentados no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH; são eles: Mundo do trabalho; Participação Política; Relação com as construtoras; Convivência familiar e comunitária; Aumento da Violência contra as mulheres e Acesso à energia (PORTES, 2017).

Nesse sentido, as arpilleras do MAB não se constituíram como simples peças de artesanato, um bordado colorido que conta histórias, como uma colcha de retalhos facilmente dispensável. As narrativas que transbordam dos tecidos nos convidam à outras práticas, a outros olhares, "Às Outras". Posta a construção do MAB, das mulheres que o compõem e das arpilleras como ferramenta política, é imprescindível que eu adentre a outras questões concernentes à militância política de mulheres; no contexto de territorialização das subjetividades, minha pesquisa seguirá para o ponto do corpo como um território a ser defendido e reivindicado.

4 CORPOS-TERRITÓRIOS E BIOPODER

Marcos Mondardo (2009) compreende que o controle dos corpos se dá para que haja controle na produção de relações, ou seja, na direção em que as vidas dos indivíduos tomam. Segundo o autor, o corpo materializado é "inerente à existência dos seres humanos [...] sempre foi de fundamental importância para a produção e reprodução espacial" (MONDARDO, 2009, p. 3).

Os corpos constituem um elemento que engendra relações, que engendra espaços sendo, paralelamente, espaço em constante mudança, vida e produção das relações. Ao mesmo tempo em que constitui como combustível para a produção de espaços de vivência, também está ele próprio se constituindo espacialmente. Neste contexto, o corpo criador de relações de espaço, o que constitui e se constitui, recria relações de poder, cujos efeitos se materializam em relações de cunho político, seccionando no espaço os territórios (MONDARDO, 2009, p. 3).

Para Marcos Moreira (2009) o território é exatamente esse seccionamento espacial, sendo espaço de poder de um corpo, e ponto de referência para a produção reguladora e hegemônica, de forma mais geral. Cada recorte territorial é um círculo de domínio, o que pluraliza o poder dentro da sociedade e do Estado. Tais corpos estão tramados a partir de uma ideia de ordenamento burguesa de controle de corpos.

Dessa forma, é imprescindível avaliar a mobilidade dos corpos como um dispositivo chave para as manutenções de ordem social. Esta mobilidade emerge como estratégia de controle de indivíduos, ou de grupos destes, a partir da ordem burguesa (judicialização de desejos através das leis do Estado) e do controle territorial promovido por empresas e impostos aos seus(as) trabalhadores(as). No caso do Movimento de Atingidas(os) por Barragens, essa mobilidade ocorre de forma compulsória e delimita territórios em nome de um discurso desenvolvimentista.

A compulsividade que caracteriza esta mobilidade de território – em forma física – de pessoas atingidas por barragens é efeito de uma política de morte e de vida, produzindo precarização dessas mesmas vidas que são afetadas pelos planos econômicos instaurados no Brasil há muitos anos, culminando em um processo contínuo neoliberal que entendemos hoje como colonização. No que concerne às vidas das mulheres atingidas por esse tipo de estratégia de Estado, as mulheres do MAB, a violência é focada em uma perspectiva que reúne gênero, classe, raça/etnia/cor somadas a questão territorial.

É pelo controle dos corpos dos indivíduos e de seu tempo que essas organizações – como as que constroem barragens – podem controlar o território. Vemos como exemplo o espaço-território que o Estado patriarcal e racista reserva para mulheres negras pobres: trabalhos domésticos, prostituição, tráfico de drogas, cadeias. Nesta perspectiva, sobretudo a que exemplifica o trabalho de domésticas, encontramos um recorte muito preciso e nítido de um controle sobre o corpo-território que pode/deve ser ocupado pela mulher negra e pobre no Brasil.

Tem-se controle sobre os espaços através das relações de poder. Tais relações podem se concretizar a nível político, econômico e simbólico, formando e transformando os corpos-territórios. Nesse aspecto, o poder assume grade importância estratégica e coercitiva no controle, no que concerne o ordenamento territorial através do corpo. Michel Foucault (2014) faz referência ao surgimento do "homem"[6] como uma produção de saber, ao relacionar a ação sobre o corpo, o adestramento, comportamento regulado, normalização de prazer e interpretação do discurso. Tal relação teria como objetivos separar, distribuir, comparar, hierarquizar e avaliar esta nova figura como produção do poder.

Foucault (1988) esmiúça esta ideia de ordenação dos corpos; ele acredita que esta ordenação, esta regulação, seja um conjunto de estratégias de políticas de vida que buscam um controle sobre esta figura biológica e social. Em "História da Sexualidade I: a vontade de saber" (1988), o autor traz à tona o que chama de biopoder.

> A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas — escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas, dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração; explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Foucault (1988) explicita que o biopoder emergiu a partir do século XVII, em duas formas: corpo como máquina e corpo-espécie. A primeira forma consiste no adestramento do corpo, na ampliação de aptidões, extorsão de suas forças, crescimento

---

[6] "Homem" enquanto categoria universal de ser humano. Foucault não transita por outras nomeações para indivíduos, como "mulher", deixando a desejar e, ao mesmo tempo, abrindo uma lacuna importante para produções de estudos feministas. Trabalhos como o de Judith Butler abraçaram o corpo de produção foucaultiana para falar sobre gênero e sexualidade no contexto de relações de poder.

paralelo de sua utilidade e docilidade, na aderência que terá aos sistemas de controle eficazes e econômicos; todos esses processos devem ser assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as "*disciplinas: anátomo-política do corpo humano*"[7] (p. 131). A segunda forma, por sua vez, consiste no suporte dos processos biológicos dos corpos: proliferação, nascimento, mortalidade, nível de saúde, longevidade e duração da vida; estes processos são desenvolvidos através de uma série de intervenções e "*controles reguladores: uma bio-política da população*" (p. 131).

> As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tomo dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1988, p. 131).

É inaugurado, por assim dizer, um "trio-poder"; inicialmente, com as duas direções desenvolvidas no século XVIII: a disciplina das instituições, como o exército e a escola, que notabilizava a tática e a aprendizagem, a educação e a ordem social; e a disciplina das regulações de população e demografia, que produzem estimativas da relação entre recursos e habitantes, estimativa das riquezas e sua circulação, da probabilidade de duração da vida. Como terceiro pilar deste "trio-poder", tem-se o que Foucault chamou de "filosofia dos 'ideólogos'". Tal filosofia desabrocha como teoria da ideia, do signo e do princípio individual das sensações, além de servir como composição social dos interesses; ideologia como doutrina da aprendizagem, bem como do contrato e da formação mensurada do corpo social que a constitui; filosofia da ideologia como técnica coordenadora de técnicas de poder para a elaboração, através de um discurso abstrato, de sua teoria geral (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Para o autor, o biopoder foi – e aqui considero que ainda é – o elemento-chave para o amadurecimento e fortalecimento do capitalismo, sistema que só pôde ter garantias à custo do controle dos corpos no aparelho de produção, assim como no ajustamento de fenômenos populacionais aos processos econômicos. Não temos um processo tão diferente na lógica neoliberal que avança nas políticas mundiais de nosso tempo.

---

[7] Itálicos inseridos pelo autor da obra.

Tendo em vista tais considerações acerca de espaço, território e biopoder através da lente foucaultiana, troco a linha de minha agulha para continuar a bordar, acionando dois saberes de resistência feministas.

4.1 Feminismos que tecem corpos-territórios

Delmy Hernandéz (2017), ao falar sobre a abordagem corpo-território no feminismo latino-americano e caribenho, frisa a importância de se submeter a um ato de situar-se. Para ela "A su vez, situarse es abogar por el lugar de enunciación que implica desnudarse, re-pensarse y definir la subjetividade" (p. 3). O local de fala no qual me encontro constrói a perspectiva com que escrevo e argumento neste texto; por isso a importância de contar a minha história como atravessamento contextualizador do que busco aqui transversalizar.

Tomarei como inspiração a atitude de Hernandéz (2017) para me situar: meu lugar de fala é de uma mulher branca – no Brasil, mas latina (ou seja, não branca) fora dele –, classe média, moradora da área urbana de Belém-PA, cidade que faz parte da Amazônia Brasileira, pesquisadora e militante feminista; dessa forma, me situo também como sujeita política por desenvolver e acompanhar as produções discursivas, especialmente, sobre violência contra a mulher no Brasil, dedicando-me, neste momento, à pesquisa acadêmica sobre violência contra as mulheres atingidas por barragens.

Posto isto, este tópico será tecido em duas sessões separadas – mas, nem por isto, isoladas, funcionando de forma transversal; são elas: "Tramando corpo-território: ativismo têxtil e Geografia feminista" e "Da América-Latina para Abya Ayala: feminismo comunitário".

4.1.1 Tramando corpo-território: ativismo têxtil e Geografia feminista

Qual é a importância de se analisar a arpilharia produzida pelas mulheres do MAB? O que elas podem nos contar? O que elas podem nos fazer lembrar? E o que isso pode nos fazer sentir? As imagens como veículo de construção de memória, que conta estórias e histórias, pouco são utilizadas como documentos de estudos nas pesquisas em Psicologia Social, sobretudo, se as imagens são produto de denúncias de violências institucionais, como é o caso das *arpilleras*.

Mirando em um ativismo têxtil, as *arpilleras* feitas pelas mulheres do MAB ultrapassam o que algumas pesquisadoras anglófonas chamam de *knittivism*, um tipo de ativismo que usa técnicas têxteis como base para a(s) militância(s). Tendo emergido no início do século XXI, o *knittivism* busca redefinir o lugar das práticas têxteis domésticas através da subversão do seu sentido: enquanto mulheres bordam em casa e se mantêm em ambiente privado, sendo tolhidas de espaços públicos, o *knittivism* traz a proposta de que esses trabalhos têxteis sejam uma via criativa e "empoderadora" (SÁNCHEZ-ALDANA; PÉREZ-BUSTOS; CHOCONTÁ-PIRAQUIVE, 2019).

> [...] en el sentido de la contribución que tiene retomar estos quehaceres, tradicionalmente domésticos y feminizados, para redefinir su lugar devaluado y verles como labores artesanales creativas y empoderantes (Kelly, 2014); especialmente por la capacidade que tienen para convocar acciones concretas que buscan modificar, recuperar o cuestionar ordenes de género establecidos y por el potencial que tienen para consolidar procesos de sororidad diversos (Pentney, 2008). El boom de este tipo de iniciativas lleva a acuñar el término *knittivism* que indica el uso sistemático del tejido de punto con fines políticos (Springgay, 2010) (SÁNCHEZ-ALDANA; PÉREZ-BUSTOS; CHOCONTÁ-PIRAQUIVE, 2019, p. 2).

Segundo Eliana Sanchés-Aldana, Tania Pérez-Bustos e Alexandra Chocontá-Piravique (2019), esse tipo de ativismo têxtil anglófono preconizou a formação de vários clubes, como os *Revolutionary Knitting Circles*, ou jornadas de *knittivism* em espaços públicos conhecidas como *yarnbombing*, *gerrilla knitting*, *graffiti knitting*, entre outras, além da produção de artefatos têxteis com intenções políticas específicas, como os gorros rosados feitos para a Marcha das Mulheres de 2017, chamados de *Pussuhats*, nos EUA.

Para as autoras, a literatura que abarca esta temática tem contribuído para o questionamento acerca da(s) feminilidade(s) que as atividades têxteis encarnam historicamente – o ato de bordar, por exemplo, é pensando como característico do meio privado que, por sua vez, também é pensado e caracterizado como espaço ocupado por mulheres nas lógicas patriarcal e capitalista.

Por mais que a investigação do *knittivism* tenha crescido nas pesquisas acadêmicas, os estudos anglófonos sobre o ativismo têxtil não dão conta, ou mesmo não lançam luz, aos ativismos de mulheres não-brancas, de classes sociais desprivilegiadas e que não vivem em áreas urbanas. Tal olhar tende a classificar este tipo de ativismo como branco, de classe média e urbano (SÁNCHEZ-ALDANA; PÉREZ-BUSTOS; CHOCONTÁ-PIRAQUIVE, 2019), algo comum na maioria das teorias, metodologias e vertentes feministas.

Um dos pontos cegos que Sánchez-Aldana, Pérez-Bustos e Chocontá-Piraquive (2019) apontam e que são de grande importância para o contexto que aqui abordo é a geografia, tanto como campo de saber, quanto território materializado por relações sociais/subjetivações. Assim como a Psicologia Social, este campo de saber e de militância feminista advindo da Europa e dos EUA, não comportam realidades dissidentes – pois não estão constituídas dos padrões e privilégios de raça/cor/etnia, classe e, principalmente, território.

Nestas condições, não diria que o quadro apresentado se constitui como um simples descaso, mas, sim, como um efeito da cultura elitizada e colonizada que dá o último nó nas "verdades" epistemológicas na Psicologia Social e nos feminismos amplamente difundidos no Brasil. Atravessar o mar Atlântico para retornar à América-Latina, problematizar o que ocorre entre nós, ainda é uma novidade, especialmente para a Psicologia Social, mesmo que tenha passado por tantas transformações ao longo de sua existência.

Dessa forma, ainda é necessária a busca de saberes diversos que possam subsidiar o que aqui busco analisar. Longe de me tornar uma "caseira inveterada", que apenas valoriza o que a horta do jardim de casa dá, que não atravessa a porta nem para um passeio e que teme a novidade que cresce para além de sua janela. Retornar aos tempos em que a colonização inexistia é impossível, portanto, esta tarefa de aceitar apenas o que vem do meu continente, do meu país, ou da Amazônia, me parece uma armadilha epistemológica fetichista.

A rede tramada sobre as produções subjetivas já se encontra em tal estado que, para desfazermos os caminhos de suas linhas, precisaríamos de forças mais sobrenaturais do que humanas, e forças sobrenaturais não operam sobre a produção de saberes justamente porque os saberes são construídos de relações sociais, portanto, humanas. O exercício ao qual me proponho, assim como muitas outras mulheres pesquisadoras feministas, é o de continuar bordando uma colcha de retalhos que é infinita, pois gênero, raça/cor/etnia, classe e território, quando desbravados, mostram cada vez mais novos caminhos a serem sondados. O tecido dessa investigação é infinito. Dessa forma, deslocar o olhar da Psicologia Social, bem como dos feminismos importados para o Brasil, sobre o não dito e não visto, é buscar saberes diversos que não aqueles canonizados academicamente.

A construção de saberes também enfrenta mais uma tensão: naturalizou-se que livros e artigos são as únicas fontes para se aprender sobre algum conteúdo, enquanto as experiências pessoais não se constituiriam como material fidedigno para a produção de saberes. No caso das mulheres do MAB (assim como de muitas outras mulheres que utilizam os sentidos, como o da visão, para fomentar um diálogo subjetivo), o trabalho com arpilharia segue outra via para construir saberes: a imagem. Silvia Cusicanqui (2015) traz algumas inquietações acerca da produção de histórias, saberes e subjetividades através da experiência com imagens. Como a socióloga boliviana mesma relata, em um dado momento da sua trajetória de pesquisa, começou a se interessar mais por imagens do que por textos no que concerne à História, rompendo a ortodoxia acadêmica boliviana da década de 1980.

> La descolonización de la mirada consistiría en liberar la visualización de las ataduras del lenguaje, y en reactualizar la memoria de la experiencia como un todo indisoluble, en el que se funden los sentidos corporales y mentales. Sería entonces una suerte de memoria del hacer, que como diría Heidegger, es ante todo un habitar. La integralidad de la experiencia del habitar sería una de las (ambiciosas) metas de la visualización (CUSICANQUI, 2015, p. 23).

A respeito desta experiência visual como fusão dos sentidos corporais e mentais, Hugo Zemelman (2005), ao discorrer sobre a serventia dos saberes que se constituem como verdades científicas em nossa sociedade, sugere, de maneira provocativa, desnudar o discurso de que "a verdade" só pode ser compreendida através dos limites da razão instrumental, acrescentando que isso também pode ser conhecido pela emocionalidade e corporalidade. Tal pensamento, nos propõe a postura de um(a) sujeito(a) erguido à frente do conhecimento/saber de maneira verticalizada, e não com diferenças hierárquicas, algo comum em esferas academicistas.

Para o filósofo, quando nós nos aproximamos do "outro", estamos subjetivamente dialogando com outras subjetividades e isso não pode ser deixado de fora de nossos discursos e de nossas práticas. Em concordância com Zelmeman, Hernandéz (2017) advoga em favor dos saberes negligenciados em nossa sociedade, aqueles que lidam diretamente com "o outro", como os saberes das mulheres e de povos originários:

> La consigna de lo "muy otro" surge de querer intentar poner en acción otras formas, otros modos, otras prácticas. De saberme dialogante, interpelada, de saberme receptiva, de saberme puesta. Las prácticas "otras" de conocimiento, cuestionan ser los sabedores-as de todo, se cuestiona la imposición de una ciencia como medida de todas las ciencias; Es decir, un ya basta a la violencia epistémica que invisibiliza el conocimiento de los pueblos originarios, de las mujeres, de la infancia. Es un Surear como posibilidad de

> enunciación desde América Latina y el Caribe una oportunidad de enunciación desde haceres feministas latinoamericanos y caribenhos (HERNANDÉZ, 2017, p. 4).

A experiência visual como meio de produção de saber exige que nos debrucemos sobre as próprias memórias; Cusicanqui (2015), ao abordar as produções no campo da História, traz a experiência visual como ferramenta para esta produção, classificando-a no campo da História Oral. Essa experiência se torna mais vivência pois, ao acionar nossos sentidos, também aciona sentimentos, e isto se põe em um jogo que tensiona discursos, tanto para quem faz a arte, quanto para quem a observa. As *arpilleras* do MAB nos convidam a vivências de seus territórios, tanto geográficos, quanto corporais, e habitam em seus bordados um senso comunitário, pois cada peça é bordada por mais de uma mulher ao mesmo tempo.

Tem-se uma grande produção científica que trabalha com território e corpo como analisadores separados; no caso de alguns feminismos, a questão do corpo é abordada como construção social. Já em saberes como o da geografia, da história e da antropologia, território consiste em um lugar estruturado, ou espaço onde existem relações de poder e apropriações por grupos humanos (HERNANDÉZ, 2017).

Doreen Massey (2005) é uma das pensadoras que começa a se perguntar sobre a relação espacial engendrada pela relação social. A autora britânica parte da premissa de que o importante em estudar o espaço é compreender como ele foi construído e quais estruturas políticas e relações de poder/conhecimento estão postas nessa construção. Para ela, há uma racionalidade no conceito de espaço e políticas de desenvolvimento que valorizam ou precarizam as vidas/os corpos; por exemplo, se há liberdade para uma política que permite a mobilidade de alguns, também há permissão que limita a mobilidade de outras pessoas. Assim, os corpos são colocados de maneiras muito diferentes nos fluxos de forças que estão em jogo.

> El vínculo que realiza entre espacio y poder es para concluir que el poder tiene uma geografía que genera desigualdad entre las personas, países, regiones, etc. También para mencionar que hay diferentes formas en que este poder se representa en un mismo espacio y es ahí donde profundiza en las desigualdades de género que se dan en los espacios. Específicamente menciona cómo ciertas políticas laborales impuestas para algunos empleos, desplazan a las mujeres a determinados espacios, por ejemplo, el ámbito doméstico (HERNANDÉZ, 2017, p. 4).

Com o argumento de Massey – que coaduna com o que considerei aqui como biopoder, bem como com os discursos e práticas que envolvem o feminismo comunitário, (desenvolvido na próxima seção) –, fica evidente que os corpos são

localizados no espaço, sendo o próprio corpo uma escala, estabelecendo a primeira fronteira entre o Eu e A(O) Outra(o). Entretanto, para que possamos avançar nas discussões sobre corpos e gênero, é urgente que se considere também raça/etnia/cor, idade e habilidades pessoais (YOUNG, 1990).

Destarte, assumimos que nem todos os corpos são iguais e não seguem o mesmo padrão, e que também são reféns de papéis de gênero, classe, idade e raça/etnia/cor impostos em um imaginário coletivo (HERNANDÉZ, 2017). Considerando-se isto, me pergunto: em que lugar o corpo das mulheres ocupa território? Inicialmente, é preciso compreender que tanto a feminilidade, quanto a masculinidade, são produzidas e reproduzidas juntamente com tudo que une, de forma simbólica, os(as) sujeitos(as) aos seus lugares (MCDOWELL, 2000).

Michel de Certeau (1988) anuncia que o lugar é o centro do significado externo de nossas ações, ou seja, é espaço e representação vividos. Tal afirmação nos permite concluir que tudo o que fazemos é localizado espacialmente e inscrito em nossos corpos de formas diferenciadas e hierarquizadas. Assim, os corpos são designados não apenas por determinações físicas de um dado contexto geográfico, mas sim pelas construções discursivas, pelas relações de saber/poder que eles sustentam através da ideia de espaço, lugar, território e comunidade.

4.1.2 Da América Latina para Abya Ayala: feminismo comunitário

> Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Se você se indigna contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida (CABNAL, 2018, p. 27).

O que Lorena Cabnal (2018) fala também serve se encararmos as importâncias entre barragens, por exemplo, e vidas de mulheres que foram retiradas de seus lares, prostituídas e assassinadas para a construção dessas barragens. A incoerência política posta em xeque por Cabnal (2018) é um dos agravantes nas militâncias feministas em que se defende o direito de não ser violentada, mas que não enxerga – ou não se quer enxergar, talvez, estrategicamente – que nossos corpos constituem um território por si só, e que defender territorialidade é defender direitos das mulheres (também conhecidos como Direitos Humanos). Tal concepção crítica é o cerne do que a militante nos apresenta como feminismo comunitário.

Lorena Cabnal é feminista comunitária xinka-maya da Guatemala e uma das fundadoras da AMISMAXAJ (Associação de mulheres indígenas de Santa María de Xalapán em Jalapa). Entre os muitos analisadores que tecem e situam a sua militância estão a ecologia política, o feminismo comunitário e a pluridimensionalidade dos corpos. A vivência de mulher indígena de Cabnal desempenha um papel importante em sua luta feminista contra o patriarcado, capitalismo e neoliberalismo.

Cabnal recusa a nomeação "América Latina" como local de fala, pois, como ela mesma pontua, "[...] esse é o nome que o colonialismo impôs sobre todo o nosso território" (CABNAL, 2018, p. 24). Para ela, indígena que resgata sua ancestralidade de forma política, a terra em que vivemos, território-terra, se chama Abya Yala, nomeação dada pelo povo Kuna; este nome é constantemente reivindicado e resgatado por ela. Fazendo uma cosmogonia maia, Cabnal (2018) nos propõe a pensar em tempo, em nomes, em espaços que ocupamos e que construímos ao nosso redor.

> [...] Estamos aqui considerando o tempo maia, porque ser feminista e ser mulher indígena nos convida a refletir a partir de que lugar e de que feminismo estamos falando. Como mulher indígena, uma provocação é falar de outro tempo e outro lugar que não me corresponde. Existem feminismos eurocêntricos, brancos, de classe, acadêmicos, hegemônicos etc., os quais fazem uma interpretação das opressões e dos corpos das mulheres no mundo de maneira escandalizada. Para falar de outras economias, é preciso compreender o nosso lugar de denúncia: meu território-corpo e meu território-terra (CABNAL, 2018, p. 24).

Provocações como essa nos ajudam a resgatar questionamentos muitas vezes esquecidos em nossas práticas políticas – lê-se práticas políticas como tudo aquilo que se constitua numa esfera política, desde um protesto em rua, até um artigo acadêmico que deseje romper com o perfil cientificista europeu de argumentação. Hernandéz (2017) sinaliza que, ao expormos nosso lugar de fala, nosso corpo-território, nosso território-terra, podemos nos questionar se o conhecimento que apreendemos tem nos ajudado enquanto sujeitos/sujeitas políticos(as) que são constituídos(as) de marcadores como gênero, raça/etnia/cor, classe e inseridos(as) em lógicas territoriais.

Cabnal (2018) busca também desnudar práticas políticas (feministas ou não) que perpetuam as desigualdades, sobretudo, no que diz respeito às desigualdades territoriais. Integrando o coletivo Tzk'at (Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala), a militante tece, em conjunto com outras mulheres, um fazer político com foco comunitário que denuncia o neoliberalismo a

partir de sua faceta mais evidente: o colonialismo. *Tzk'at*, no idioma quiché, significa "rede".

Este feminismo ainda parece impenetrável nas militâncias urbanas, onde as palavras de ordem defendem a não violência contra a mulher, mas também engendram, através de tramas relacionais, outras violências contra Outras Mulheres. É importante enfatizar essas Outras Mulheres pelo caráter invisível ao qual são postas pelos feminismos dominantes e para situar a minha argumentação, pois não retiro o mérito de um feminismo em relação a outro, contudo, ser acrítica em relação aos problemas teóricos e metodológicos de alguns feminismos é também uma forma de ser militante feminista; contribuo, dessa forma, com a construção de saberes e práticas dos quais sou ativa. As muitas facetas dos feminismos anglófonos não conseguem abarcar essas mulheres que não fazem parte da lógica colonial sobre humanidade, tornando precárias as vidas de muitas de nós.

É necessário assumir e sempre repetir que o feminismo faz mais sentido quando escrito no plural, os feminismos, pois a pluralidade referente à feminilidade perpassa mais marcadores sociais do que apenas gênero. A exclusão de subjetividades dentro dos feminismos é um impasse teórico-metodológico que pode, a seu turno, contribuir para questões como racismo, LGBTfobia, xenofobia, entre outros problemas sociais que vêm se agravando com o avanço neoliberal.

Entretanto, o feminismo comunitário é um dos lugares nos feminismos que rebate esta lógica, pois traz a comunidade como cerne e foco da militância, importando-se em abranger as lutas feministas para questões territoriais antes negligenciadas. As mulheres do MAB, ao se reunirem para bordar arpilharia, engendram entre si um senso comunitário, formando uma rede de apoio e militância focada na luta territorial e corporal.

A respeito da formação de rede entre feministas comunitárias, Cabnal relata o nascimento da rede Tzk'at: foi a partir do falecimento de uma companheira de militância, Elizeth Us, de 36 anos, que a referida rede se estabeleceu em forma de coletivo feminista comunitário na Guatemala. Elizeth incorporou o *tzk'at* em sua militância feminista, obedecendo a princípios da cosmogonia ancestral de origem maia, o que levou às mulheres desta rede a seguirem e reivindicarem este princípio em memória de Elizeth (CABNAL, 2018).

> Los riesgos de las defensoras de la vida han aumentado debido a las denuncias que han interpuesto ante las diferentes instancias nacionales e internacionales contra diversas formas de violência contra las mujeres y otras del capitalismo racista neoliberal, que negocia los territorios ancestrales con el Estado. Este, con el fin de promover la inversión extranjera, concede licencias de explotación de bienes naturales sin consultar con las comunitarias originarias. Los riesgos que afrontan estas mujeres incluyen violencia sexual y amenazas de muerte (CABNAL, 2018, p. 101).

Uma das lentes de análise que tem se encarregado de repensar a ligação entre corpos e territórios, atualmente, é o pensamento decolonial. A entrada das feministas na corrente decolonial serviu para apontar a "cegueira" relativa a gênero que a corrente apresentava. Sendo assim, como primeiro marco de referência, o feminismo diante da corrente decolonial fez visível o seu pensamento através da criação de um programa feminista que acolhe uma perspectiva situada histórica e geopoliticamente, a partir da colonialidade (MENDOZA, 2014). As críticas elaboradas pelo Femininsmo Decolonial podem coadunar com o senso comunitário característico da militância de Lorena Cabnal, por exemplo, contudo, tais críticas não representam o Feminismo Comunitário, pois esta vertente não pensa no termo "decolonial" como um estado social, preferindo assinalar que as lutas contra a colonialidade são classificadas como anticoloniais. Cusicanqui, em entrevista para a Agência de Notícias Anarquistas (A.N.A.), pontua que:

> Desde tempos coloniais se deram processos de luta anticolonial; em troca, o decolonial é uma moda muito recente que, de algum modo, usufrui e reinterpreta esses processos de luta, mas creio que os despolitiza, posto que o decolonial é um estado ou uma situação, mas não é uma atividade, não implica uma agência, nem uma participação consciente. Levo a luta anticolonial à prática nos fatos, de algum modo, deslegitimando todas as formas de coisificação e do uso ornamental do indígena que faz o Estado. Tudo isso são processos de colonização simbólica (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS (A.N.A.), 2019).

Segundo Hernandéz (2017), gênero é apenas um dos elementos de um todo cujas partes funcionam de forma relacional. Para ela, entender a estrutura colonial demanda, necessariamente, a compreensão do(s) conceito(s) de "raça", pondo-o no cerne dos debates, preconizando diálogos entre terra-corpo e território-corpo.

Feministas comunitárias abordam o corpo-terra como reivindicação das violências causadas pela invasão colonial, a expropriação de suas terras, territórios, recursos e saberes consumidos dos corpos das mulheres. A condição imposta na invasão colonial se perpetua sobre as mulheres, sobretudo, as de origem indígena, até os dias atuais (CABNAL, 2010). Costuma-se pensar em invasão como uma prática que tem a

ver com território-terra, mas a invasão colonial, o colonialismo que se tem nos dias de hoje, se assenhora dos territórios através dos corpos. Do território-corpo, desta faceta patriarcal do biopoder, é possível controlar as relações sociais, esperando a não insurgência dos corpos controlados – o que, como bem sabemos, sofre forte resistência.

Todavia, Cabnal (2010) e Julieta Paredes (2010) frisam fortemente que a opressão contra as mulheres não se constituiu apenas fora de Abya Ayala; seria essencialista pensar que as múltiplas violências exercidas sobre as mulheres indígenas só vieram com a colonização, pois estas violências também se engendravam dentro das comunidades indígenas. Para as autoras, o patriarcado já era produzido e reproduzido antes dos seus territórios se tornarem colônias. Para tanto, as duas concluem que, para que possamos entender e dimensionar a defesa dos territórios das mulheres, é preciso que também se entenda e dimensione o patriarcado como um processo histórico.

Ao adentrarmos no conceito de corpo-terra, é percebível que a demanda política que emerge da reflexão coletiva de mulheres indígenas emana a luta e defesa de seus territórios. A argumentação feminista comunitária, o corpo, visto como território-lugar, ocupa um espaço no mundo que é capaz de vivenciar, experienciar as emoções, sensações e reações físicas que se tensionam para encontrar um lugar de resistência e ressignificações (HERNANDÉZ, 2017).

Apesar de compartilhar alguns apontamentos sobre o Feminismo Decolonial, acredito ser de grande relevância que olhemos para os seus postulados de forma crítica, sempre tendo em mente que os significados conceituais que este feminismo nos traz tem mais aproximação com as lutas políticas, o que não quer dizer que estes postulados/conceitos não possam servir como ferramenta e perspectiva analítica – desde que não se radicalize em termos fetichistas, como já expus aqui. A lente anticolonial de caráter feminista é considerada fundamental neste trabalho, o qual busca deslocar saberes de uma ordem ortodoxa acadêmica; mirar na relação entre copos e território é capital para repensarmos os enunciados políticos de ameaças e violências contra as mulheres.

5 MÉTODO-BORDADO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

Sandra Amorim, liderança quilombola do Sítio São João, localizado em Barcarena (PA), também candidata à vereadora para as eleições municipais de 2020, foi alvo de três disparos de arma de fogo no dia 29 de outubro deste ano. Militante do Movimento pela Soberania Popular da Mineração (MAM), a quilombola não se encontrava em casa no momento dos disparos, tendo sido avisada do ocorrido pelos vizinhos.[8]

O movimento ao qual Sandra está vinculada publicou nota de repúdio no dia 30 de outubro, sexta-feira. O movimento reclamou pela dignidade de seus militantes e pela luta contra o poder opressor e escravocrata imposto aos mesmos, pontuando que são perseguidos e ameaçados diariamente por representantes do "grande capital".

> [...] A luta dos povos tradicionais em Barcarena contra a hegemonia do poder econômico opressor e escravocrata é histórica. Ao enfrentarem as desigualdades e injustiças sociais na região, indígenas, quilombolas e ribeirinhos são perseguidos e ameaçados diariamente pelo grande capital, que explora a classe trabalhadora, comete crimes ambientais e prejudica o modo de vida das comunidades locais. [...] Sabemos que este não é um fato isolado, e sim associado à um processo de avanço do conservadorismo e acirramento dos conflitos em territórios minerados no Brasil e em toda a América Latina. [...] Diante da ameaça e do atentado sofrido pela companheira, o MAM repudia qualquer tentativa de silenciamento do povo que se levanta contra a ordem do capital mineral e seus defensores. Nos solidarizamos à companheira e à sua família, e tomaremos todas as medidas possíveis para denunciar este crime e buscar justiça e liberdade política na região. [...] É por ter voz e poder de fala que Sandra Amorim, enquanto militante do MAM, resolveu colocar-se à frente na disputa eleitoral como candidata à vereadora de Barcarena, acreditando na possibilidade de ganhar mais espaço e força na luta por direitos. Sua trajetória é histórica, conhecida por denunciar os crimes cometidos pela Hydro Alunorte, após vazamento de milhões de litros de rejeitos que contaminou bacias inteiras e diversas comunidades de Barcarena. [...]Sandra também luta há anos pela demarcação da comunidade quilombola Sítio São João, território que é alvo de interesse da mineração para ser usado como rota de escoamento da exploração mineral. Por isso, sua candidatura é também um direito e dever cívico, para desenvolver e construir um projeto de sociedade que possa trazer melhorias na condição de vida da população local (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020, S.I.).

Pensar em história cultural é buscar a preservação de lutas pela memória. O caso de Sandra Amorim, como de muitas outras mulheres que militam pelo direito ao território, tece uma linha que se cruza com os bordados da arpilharia do MAB. Assim como muitas mulheres atingidas por barragens, Sandra luta e se mantem resistente às

[8] Link para a reportagem encontra-se na seção de referências.

ameaças e aos atentados que lhe sufocam o direito de uma existência menos sofrida, o direito de corpo-território, minado por um terrorismo territorial.

Quis trazer esta história não como um causo a ser comentado, exemplificado, mas como uma parte da memória das lutas por território lideradas por mulheres. Esta história, como muitas outras, estão cravadas através depoimentos, de falas e, no caso das arpilleras, através da arte do bordado. É isto que o MAM faz; é isto que o MAB faz. No âmbito desta pesquisa, utilizarei as memórias de mulheres militantes, como Sandra, para poder fazer emergir as linhas que contam suas vidas, que revelam suas memórias.

Uma analítica que se propõe a utilizar memórias físicas, como as arpilleras, precisa ressaltar práticas que engendrem modos de ser, de pensar e de agir no presente, mas também precisa embarcar nas formas com que se atualizam as possibilidades de existências (SILVA; LEMOS; MONTEIRO, 2014).

> Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente relembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (POLLACK, 1989, p. 3).

A História como disciplina acadêmica tem, na sua própria história, jogos de disputa que devem ser averiguados aos falarmos de pesquisa documental (especialmente, a que propõem a arqueogenealogia e a cartografia como perspectivas de análise). A delimitação positivista que crescia nos séculos XIX e XX fez parte da constituição da História enquanto disciplina científica. Desde então, a História buscou no positivismo o *status* científico que lhe poderia ser atribuído na época – algo parecido com a constituição da Psicologia como disciplina. O pressuposto positivista é o da cientificidade que deve nortear todo o saber construído, bem como as investigações pretendidas. Com a pretensão de obter resultados "puros", objetivos e fidedignos, o Positivismo seguia (e ainda segue) uma linha de raciocínio bastante restrita no que diz respeito aos protocolos científicos. Quando falamos do(a) historiador(a), esta perspectiva objetiva ensina que este(a) deve ser neutro(a) e imparcial, reduzindo-o(a) a uma prática simples e descritiva do que se pode chamar de "fatos" históricos. Tal prática recusa a análise como forma de se fazer um saber histórico (LEMOS *et al.*, 2020).

Segundo Marieta Ferreira e Janaína Amado (2000), a História, enquanto disciplina, era uma prática regular onde se decifrava documentos, sempre se baseando na objetividade que lhe conferia o *status* científico. O distanciamento por parte de quem descrevia era primordial e as análises só eram aceitas quando não existisse nenhum testemunho vivo. Entretanto, para Flávia Lemos e colaboradores (2020), esta rígida delimitação de parâmetros relacionados ao tempo (passado, presente, futuro), somada a outras dimensões conectadas à constituição da História como disciplina, não deve ser separada das relações de lutas de grupos sociais que disputam espaço no meio acadêmico e profissional. A História deve, assim, se preocupar com a dimensão subjetiva contida nos documentos por ela analisados.

Tomando esta introdução como caminho, acredito que fique explícita a transversalização de disciplinas que produzem este estudo. É impossível trabalhar Psicologia Social e não manusear as memórias coletivas que a História Cultural ajuda a preservar. Empreendo em minha pesquisa uma breve descrição acerca do uso das arpilleras (obras de arte de caráter popular) como documentos-monumentos que podem ser problematizados em uma analítica do poder que envolve as vivências de mulheres atingidas por barragens. Tal empreendimento tem como fundo as lutas e disputas não só pela terra-território, mas, sobretudo, pelo corpo-território, matéria prima de tantas produções violentas em nosso país (misoginia, machismo, racismo, entre outras).

Para Méllo e colaboradoras (2007), a abordagem arqueológica foucaultiana é privilegiada devido à busca de apreensão e compreensão dos acontecimentos emergentes no tempo. Podemos considerar esses acontecimentos como os documentos ou arquivos que guardam as memórias para uma história do presente. Dessa forma, os documentos de são registros de fontes passíveis de problematizações que possibilitam a localização e emergência de um discurso tal, bem como a sua consolidação (cristalização/institucionalização) no cenário social conforme a visibilidade que adquire em um determinado período da história.

As arpilleras das mulheres do MAB serão tratadas aqui como documentos-monumentos. Sendo consideradas obras de arte, estes arquivos constituem práticas culturais, portanto, também são cultura. Assim, a História Cultural serve de alicerce para pensar a rede de valores, processos de transvaloração, através da arqueogenealogia foucaultiana e a cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, perspectivas metodológicas que serão utilizadas nesse estudo.

A História, constituída de tramas de acontecimentos, carrega tensões entre a memória e a política. Nas arpilleras estão arquivadas as tramas de saber-poder, as tensões e as resistências em formas de narrativas visuais. Sua constituição artesanal coletiva (pois são feitas por muitas mãos, por muitas artistas) narra pistas para pensar numa história do presente permeada pelos processos de objetivação e subjetivação de um devir-mulher-atingida-por-barragem; para pensar em resistências e políticas terroristas que produzem a morte, e não a vida, na América Latina – especialmente, no Brasil.

O documento pode ser entendido como forma de se conservar e concatenar as memórias dispostas pelo tempo. O fato histórico concebido como acabado e a concepção de documento como material bruto e puro é passível de questionamentos, tornando a história uma prática social. Os documentos, ainda, devem ser produzidos com o intento de testemunhar um acontecimento; mesmo com a intenção de testemunho documental prevalecendo, não se deve tratar os documentos como instrumentos de veracidade e encerrá-los como tais, mas, sim, encarar suas condições de produção, as quais devem ser cuidadosamente esquadrinhadas (LEMOS *et al*., 2010).

Nesse sentido, Jaques Le Goff (1990) apreende documento como uma espécie de monumento, o qual exerce relações de poder do passado, incidindo numa memória para o futuro em uma sociedade. Ainda sobre a importância da concepção do documento, o historiador ressalta que, por ser um testemunho perpétuo, o documento deve estar em constante questionamento: "Todo documento é mentira. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos" (LE GOFF, 1990, p. 548).

É importante citar o papel das práticas discursivas como as de produtoras de verdades e não-verdades. Elas se inserem nos estudos documentais por emergirem durante o processo analítico de arquivos. É na prática discursiva que se indica quem poderá falar deliberadamente e quem poderá se calar para o que lhe foi dito escutar, admitindo o que lhe será valoroso ou desprezível em sua sociedade – aqui, podemos indicar que o status social, considerado a partir da acumulação de lucros, indica quem falará e se calará, ou o gênero (sempre binário) como marcador de voz ou de silêncio. Essa prática discursiva fomenta hierarquização de saberes, consequentemente, de poderes de indivíduos sobre outros. Os efeitos dessa prática estão nos costumes cotidianos do social, pois se cristalizam os discursos, naturalizando práticas. Na prática

discursiva colonizadora, esses efeitos de voz e silêncio se mostram o tempo todo no extrativismo epistemológico, da terra e dos corpos que a habitam.

Ao trabalhar com análise de documentos-monumentos, não apenas apresentarei as imagens das arpilleras selecionadas, mas buscarei problematizá-las, questioná-las, e vasculhar as lacunas que ali se encontram, interrogar as relações de poder-saber que ali emergem nos mais variados discursos que tecem narrativas outras, narrativas não brancas, narrativas dissidentes. É nesta perspectiva de trato de pesquisa que meu trabalho busca bordar, subjetivamente, as experiências destas mulheres bordadeiras em meio ao contexto do crescimento do neoliberalismo com os grandes empreendimentos de barragens.

Para conseguir problematizar as multiplicidades contidas nas arpilleras, ou melhor, para conseguir acompanhar as pistas de suas tramas, farei uso do que aqui chamarei de Método-Bordado[9], um combinado de perspectivas metodológicas comumente utilizados por quem pesquisa através da genealogia foucaultiana e a cartografia de Deleuze e Guattari. Estas 2 perspectivas metodológicas serão aportes de suma importância no acompanhamento e na emergência das problematizações que venham a se construir neste estudo.

5.1 (Des)fazendo urdiduras

> A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos [...] daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história ─ os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos (FOUCAULT, 2014, p. 55).

Como um novelo de restos de linhas para crochê, o genealogista se debruça sobre o emaranhado. Sem nomear as cores das linhas, primeiro as estranha para, depois, se permitir observar o emaranhado mais de perto, sem desfazê-lo ou organizá-lo segundo algum tipo de regra, discipliná-lo. Os sentidos, as verdades, os jogos de saber-poder estão ali e, o genealogista, ainda no afã do caos de linhas, deixa que elas mesmas digam, mostrem, escondam as narrativas que as envolvem em seus próprios nomes – que não lhes são assim tão próprios.

---

[9] Nome criado especificamente por combinar o tecer narrativo das mulheres que bordaram as arpilleras utilizadas no estudo com as perspectivas metodológicas combinadas na pesquisa.

Me concedo este papel nesta pesquisa, o de me aventurar. Não, a genealogia não é um método menos sério, ou menos rigoroso por me proporcionar tal aventura. Aventurar-se aqui deve ser entendido como pesquisar e pesquisar como investigar através de problematizações, e não soluções.

"A genealogia é cinza", como disse Foucault, pois suas cores serão ditadas pelos acontecimentos do que ela pretende problematizar. Não é o método que vai falar; são os documentos-monumentos investigados que terão voz como acontecimentos, segundo as emergências discursivas que lhe são ímpares. Ela, a genealogia, se permite fazer através de narrativas que lhe entremeiam e isto se torna uma característica básica do método.

Lembro que minhas inquietações acerca das mulheres surgiram como uma fagulha tímida para a monografia final da graduação em Psicologia. Nesta fagulha, a genealogia tornou-se uma companhia constante onde aprendi a descontinuar para falar de histórias sobre mulheres – na verdade, aprendi a descontinuar minha prática feminista para que as narrativas de mulheres falassem por si e não através de mim, ou ditas por mim. Hoje, a genealogia é uma base crítica onde posso apoiar minha escrita acadêmica e militante para investigar as tensões territoriais vividas por mulheres do meu país. Retorno à companhia investigando, esmiuçando e sempre me deixando surpreender com os discursos que emergem dessas vozes-documentos, agora, bordadas em forma de arpilleras.

Segundo Flávia Lemos e Hélio Cardoso Júnior (2009), Foucault utiliza o método arqueológico antes do método genealógico. A preocupação do autor está nas regras que guiam as práticas discursivas, uma história da(s) verdades(s), evidenciando uma teoria sobre práticas e instituições.

> A arqueologia é relevante para a análise histórica da relação entre subjetividade e verdade, pois, a produção da diferença enquanto singularização só se torna possível na medida em que a descontinuidade é apresentada como dispersão entre verdade e criação de existência. A fabricação do arquivo de maneiras de viver opera uma correlação entre as subjetividades e os saberes que não é uma mera causalidade reducionista e nem uma natureza, afinal, há uma história da subjetividade e da verdade da ordem do perspectivismo, o tempo e no espaço em que destrói a noção de essência do sujeito e do saber (LEMOS; GALINDO; OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Posteriormente, Foucault muda o foco do seu trabalho ao sair do lugar contemplativo de discursos, introduzindo a genealogia como método para problematização de práticas sociais. Finalmente, em um terceiro momento, o autor passa a não priorizar mais teoria ou prática, mas sim a imanência de saber-poder, a produção

de subjetividades (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009). Como a genealogia não se sobrepõe à arqueologia, podemos cruzá-las enquanto método, chamando-o de Arqueogenealogia – palavra cunhada por Hebert Dreyfus e Paul Rabinow (2010).

> As pesquisas históricas de Foucault são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 353).

Por certo, a arqueogenealogia pode ter grandes similaridades com a genealogia cartográfica; sendo a cartografia um diagrama de forças, ela também pode estar articulada com a produção de documentos-monumentos/arquivos através da investigação de caráter processual (LEMOS *et al*., 2015).

No método arqueogenealógico, englobando os caminhos da genealogia foucaultiana, o pensamento não seria um ato cândido de contemplação, muito menos de "descoberta" do princípio animador daquilo que se escava da terra – assim como o final absoluto de encerramento do objeto, conclusão final. Aqui, consideramos historicizar através de problematizações – com foi visto anteriormente na menção à História Cultural –, de problemas que se colocam continuamente, incessantemente, sobre a(o) arqueogenealogista – como um bordado sendo feito de um novelo de sobras, partes, blocos diferentes de cores e texturas. Assim, pensar seria o verbo que conduz esta pesquisadora às ranhuras, fendas, brechas e lacunas, sem tentar atingir um fim antecipadamente.

Aquela ou aquele que busca na arqueogenealogia a origem de qualquer objeto, não estaria fazendo uma historiografia, pois "a [arqueo]genealogia [...] se opõe à pesquisa de origem [...]" (FOUCAULT, 2014, p. 56). Por isto, se interrogar diante de documentos é uma prática constante em pesquisa documental. Quem pesquisa deve entender e compreender a história não em sua tradicional e clássica linearidade de processo contínuo, com acontecimentos cujas consequências levam a outros acontecimentos e assim por diante; a descontinuidade e heterogeneidade da história em documentos devem ser amplamente apreciadas, ao ponto de que se questione os discursos tramados desta ou daquela história documentadas.

Para Foucault (2014), a genealogia não tem pretensão de revelar a verdade prima dos indivíduos; a genealogia é um tipo de análise que deseja questionar e pensar os fatos já naturalizados e tidos como "inquestionáveis". No momento em que estes fatos são

analisados, ou melhor, problematizados, é possível determinar as particularidades dos eventos e ver as relações de poder que permeiam as tramas.

A história, ou melhor, a memória seria pensada agora de uma forma nova: diferente da sequenciamento tradicional, onde um acontecimento leva a outro, a arqueogenealogia traria uma história pensada a partir dos jogos de poder emergentes dos acontecimentos, significando-os de uma forma que os questionassem diante das problemáticas contemporâneas sociais; a genealogia seria a maneira de narrar história atentando para os discursos e saberes constituintes dos sujeitos – ou seja, iluminando a subjetividade como um operador imprescindível para a sua feitura. Para Lemos e Cardoso Júnior (2009), Foucault introduz a prática da arqueogenealogia como "um modo de problematizar as práticas sociais de dentro" (p. 353), ou seja, trazer os discursos e poderes institucionalizados à luz de ressignificações, demolindo as naturalizações discursivas.

O autor francês recusa a linearidade causal histórica entre os acontecimentos por julgar tal atitude algo arbitrário. Para ele, os acontecimentos tem caráter transitório, fortuito, e não é papel da história rejeitá-los de qualquer forma em busca da matriz ou início da história humana; os eventos estão, ao contrário, interligados em sintonia, através de uma complexa rede de relações de poder. Sendo assim, algumas pistas deixadas por Foucault me auxiliarão neste trabalho por permitir delinear o presente, problematizando nossas ações sobre ele e os efeitos de verdade efetivos tanto em práticas, quanto em discursos dos modos de ser, agir, sentir e pensar (LEMOS *et al*., 2010), levando em conta a produção cultural que pesa nas figuras das arpilleras.

As problematizações que seguirão à feitura desta pesquisa negarão a linearidade tradicional histórica; a tentativa aqui é de fazer emergir os agenciamentos entorno da problemática disposta nas arpilleras e de se deixar guiar por essas pistas. Disponibilizar-se-ão problematizações de caráteres difusos e rizomáticos para reconstituir uma qualidade de pensar a história a partir dos discursos e saberes que atravessam sujeitos.

Trabalho, portanto, sobre a relação entre a erudição, aquilo cristalizado, normalizado, e os saberes locais, ditos descontínuos e subalternos, para pensar criticamente sobre as dominações referentes a gênero, raça, classe e, sobretudo, território, fomentando intervenção social através de uma pesquisa viva, com documentos-monumentos vivos, e que me atravessa enquanto militante feminista. Mas

para poder adentrar na trama que este tema-rizoma pode nos apresentar, é necessário antes discorrer sobre a Cartografia como método de pesquisa.

5.2 Linhas da arpilharia-cartografia

> Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque*. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma. Se o mapa se opõe ao decalque é por estar **inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real**. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o **constrói** (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 30)[10].

No decorrer da escrita deste texto, me deparei, surpresa, com uma (pré)conclusão[11] que talvez ainda precise amadurecer; contudo, tal consideração muito me fez pensar sobre como a perspectiva metodológica da cartografia está intimamente ligada ao tema de minha pesquisa. A consideração é a seguinte: as arpilleras do MAB são mapas já construídos, portanto, seguindo este caminho, considero também as mulheres que as bordam como cartógrafas de suas vivências, dos afetos que englobam os seus cotidianos e dos caminhos pelos quais elas contam as próprias histórias, sejam de violência, sejam de resistência. É importante que este aspecto seja considerado nesta pesquisa – um estudo sobre uma cartografia chamada arpilharia – como uma prática de deslocamento entre pesquisador-objeto, pois proporcionou e ainda me proporciona ampliar a minha visão e concepção sobre ser pesquisadora. Talvez a vivência me mostre que este questionamento não é tão valioso quanto me deixar afetar pelas linhas de um mapa.

A cartografia, como perspectiva metodológica já carrega este questionamento na sua prática dita rizomática. Aquilo que é rizomático, ou um rizoma, se difere de um decalque. Ele emerge e faz emergir, o decalque apenas se reproduz, em série, numa economia discursiva e, muitas vezes, protocolar. No método cartográfico de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011), a pesquisa assume uma elaboração diferente daquela tradicional, assim como a arqueogenealogia foucaultiana; na obra Mil Platôs, em seu 1° volume, os autores descrevem e caracterizam o rizoma como a possibilidade de conexão de diversos pontos ramificados horizontalmente, em um plano; tais conexões seguem

---

[10] Negritos inseridos pela autora.

[11] "Pré", pois a pesquisa não terminou.

direções variadas. Um rizoma enfatiza as manifestações das multiplicidades e a cartografia surge como um dos princípios deste conceito.

Neste acompanhamento processual que é a cartografia, não há foco em produtos finais; ao contrário, se permite transformações no campo de pesquisa, além de questionamentos relativos às disputas e segmentariedades provocadas por algumas áreas do saber (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011). Tais considerações caracterizam a cartografia como a construção coletiva de um mapa em constante movimento, acompanhando percursos e proporcionando o envolvimento de todas as suas partes integrantes na produção de vinculação de linhas do rizoma (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009).

Na cartografia, as impressões de quem pesquisa um determinado território, ou campo, e as/os sujeitas/sujeitos cujas vivências se inserem na temática de pesquisa formam uma coletividade, tornando o ato de pesquisar uma experiência comunitária. Fazer cartografia, então, consiste em um "jogo do trabalho na dança das mãos"[12]; consiste naquilo que Lorena Cabnal tanto nos aponta como resistência. A relação que se constrói subverte o clássico par "pesquisador-sujeito" e passa para o ato de "estar com". É dessa forma que, diferentemente do que possa ocorrer com outras perspectivas metodológicas, a cartografia nos fala em coprodução. Não pesquisamos com este método em lugares limitados, com papéis e funções limitados. Somos produtores e produtos em constante movimento e trocas (SOUZA; FRANCISCO, 2017). Portanto, a fase de "coleta de dados" será aqui traduzida para a fase de "produção de mapa".

Tal perspectiva metodológica se ligará ao campo social da Psicologia através de um mapeamento que supera o físico; este mapeamento trata de movimentos, jogos de poder-saber, relações, lutas, jogos de verdade, modos de objetivação, de subjetivação, enunciações, da estetização de si, práticas de resistência e liberdade. Vê-se o caráter político que tal perspectiva oferece para a pesquisa, tendo um encaixe propício quando falamos do que sofrem as Mulheres Atingidas por Barragens e suas narrativas sobre violência, especialmente aquelas violências imputadas contra as mulheres.

Aqui, a estratégia seguirá também como ação política de resistência para acompanhar e descrever as relações, trajetórias e emergência de dispositivos bordadas

---

[12] Frase da canção nomeada "Redescobrir", composta por Luís Gonzaga Júnior. A intérprete, Elis Regina, gravou a música para o seu álbum intitulado "Saudades do Brasil", lançado em 1980.

por essas mulheres em suas arpilleras. A formação deste rizoma apontará pistas de linhas de fuga, de rupturas e resistências engendradas pelas vivências destas militantes bordadeiras.

> Tal estratégia desenha não exatamente mapas no sentido tradicional do termo e sim diagramas, que não se referem à topografia, mas a uma topologia dinâmica, a lugares e movimentos de poder, traça diagramas de poder, expõe as linhas de força, diagrama enfrentamentos, densidades, intensidades (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47).

E o que é cartografar? Antes de Deleuze e Guattari deslocarem o uso habitual deste verbo, a cartografia era um substantivo direcionado para a elaboração e utilização de mapas territoriais, estando mais próxima da(s) Geografia(s). Podemos considerar que mapas se assemelham a uma arte, mas também a uma ciência, a um campo de saber, pois relacionam-se elaboração de cartas ou outras formas de representar, descrever ou expressar objetos, fenômenos, ambientes físicos e socioeconômicos – portanto, a importância do mapa é enorme quando falamos em território, seja ele físico, seja ele subjetivo.

Todavia, o empréstimo feito pelos autores supracitados vem falar de uma outra arte. O método cartográfico de Deleuze e Guattari (2011), no contexto das ciências humanas, se encontra inserida em estudos referentes ao acompanhamento de processos e produção de subjetividades (SOUZA; FRANCISCO, 2017).

> Diferentemente da cartografia tradicional, que traça mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade (PRADO FILHO; TETI, 2013, p 45).

Segundo Kleber Prado Filho e Marcela Teti (2013), a cartografia, enquanto método para análise em pesquisas, se dispõe à ação de "desemaranhar" linhas, além de instrumentalizar resistências aos modos de objetivação e subjetivação que fluem nestas linhas. "Tal como proposta por Foucault e Deleuze, a análise cartográfica configura-se como instrumento para uma história do presente, possibilitando a crítica do nosso tempo e daquilo que somos" (PRADO FILHO; TETI, 2013, p 45). Dessa forma, é possível vermos a aproximação que genealogia e cartografia têm quando falamos em metodologias de pesquisa em ciências humanas e sociais.

> A cartografia é algo que Deleuze desenvolve a partir de algumas indicações de M. Foucault, que resulta de um diálogo entre os dois em relação à questão, o que faz dela uma produção a quatro mãos desses dois filósofos – amigos e parceiros em alguns projetos – ligados, ambos, à tradição nietzschiana. [...] O

> esboço de um método cartográfico deve ser feito levando em conta as já conhecidas perspectivas metodológicas de Foucault – arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética – visto ser a análise cartográfica ao mesmo tempo uma derivação e uma incorporação dessas perspectivas (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 46).

Não busco nesta breve descrição da cartografia indicar um caminho pronto, como uma receita de bolo, para empreitar o método de análise. Ao contrário, o próprio método nega este tipo de descrição e trabalha numa espécie de diálogo de pistas que engendram agenciamentos e dispositivos a serem dispostos de forma crítica, criando coletivos de resistências. Também é importante citar que existem possibilidades múltiplas de cartografar, assim como os campos a serem cartografados, o que já nos serve de pista para pensar, inicialmente, na proposta metodológica de forma estratégica, visando cada situação a ser analisada.

Cada forma de método e cada objeto se constitui de maneira singular e correlativa e, portanto, produzidas em movimentos simultâneos (PRADO FILHO; TETI, 2013). A cartografia é adotada nesta pesquisa como uma estratégia flexível para uma análise crítica. Apesar do método possuir como marca o engendramento de uma esfera de liberdade ao longo da experimentação, a motivação cartográfica não se dá sem o rigor próprio da prática de pesquisa, visto que a conduta ética está no envolvimento com os acontecimentos de ações interventivas.

Segundo Gustavo Passos e Regina Barros (2009), a pesquisa não se distancia da intervenção; isto faz com que se dissolva a dicotomia entre “conhecer” e “fazer”, pois ambos os verbos se encontram para além da lógica que polariza prática e teoria. Consequentemente, todas as pesquisas podem ter caráter interventivo desde que, em um mesmo plano, estejam agenciados tanto os(as) sujeitos(as) quanto os objetos a partir da experiência. Em razão de tais atravessamentos – onde ética e política em pesquisa se conectam –, se abre espaço e se dá a vez para o surgimento de rupturas, assim como à perspectiva crítica àquilo que é produzido.

Destaca-se, também, o conceito de transversalidade proposto por Deleuze e Guattari, o qual nos fala da operacionalidade do método cartográfico numa composição plana através de linhas transversais, além de verticais e horizontais. Estes 3 tipos de linhas, estes 3 tipos de direcionamentos múltiplos, dão carga para a comunicação de toda a realidade – rizomática.

> Podemos, assim, tomar a noção de transversalidade e aplicá-la ao paradigma rizomático do saber: ela seria a matriz da mobilidade por entre os liames do

> rizoma, abandonando os verticalismos e horizontalismos que seriam insuficientes para uma abrangência de visão de todo o "horizonte de eventos" possibilitado por um rizoma (GALLO, 1997, p. 126).

Pode-se considerar que a noção sobre transversalidade, aplicada ao conceito de rizoma – bem como a qualidade do que é rizomático –, através daquilo que mobiliza e movimenta o próprio rizoma, ou o mapa que se construirá a partir daquilo que emerge nas linhas do rizoma. Aqui, os verticalismos e horizontalismos são abortados por serem insuficientes diante da abrangência, da multiplicidade que constitui o amontoado de ventos em um rizoma.

É desta forma que a transversalidade ampara o fluxo de acontecimentos na elaboração de uma cartografia, metamorfoseando as zonas de contato entre elementos diferentes de forma difusa. Provoca-se, assim, intensidades afetivas a partir dos encontros em campo. A pesquisa se torna viva justamente nesses encontros: quando tomamos um problema como norteador, necessitamos ter a abertura, exercício ao que nos convida a cartografia, às mudanças manifestadas nos objetivos, no andamento da pesquisa, que pode transformar e se transformar no tempo-pesquisa.

As arpilleras tem dupla função, neste âmbito: 1) servir como documentos a terem mapeados os afetos, as memórias, de mulheres atingidas por barragens, mirando na temática de violência contra a mulher; e 2) afetar a mim, a jovem cartógrafa que vos escreve e que está em constante movimento. Além disso, cartografar as arpilleras das mulheres do MAB é um estudo sobre uma cartografia. O trabalho de um(a) cartógrafo(a) se assemelha ao de um(a) tecelão(ã) (DELEUZE; GUATTARI, 2011), pois os mapas que emergem, os rizomas que se dispõem, funcionam a partir de tramas de linhas que se conectam, se quebram, se flexibilizam e tomam formato. As arpilleras são um mapa onde estas mulheres demonstram, contam, narram os caminhos deste plano de linhas; elas mesmas cartografam o mundo ao qual pertencem.

6 RETALHOS NARRATIVOS

Analisar, problematizar, sondar, vasculhar: verbos sinônimos e que dão o tom necessários para aquelas/es que pesquisam para além da reprodução. Escolho combinar "análise" com "processo", como se os retalhos se juntassem em cursos de acontecimentos. Pensando na cartografia como um processo e não só como uma alternativa metodológica à mercê das modalidades mais conservadoras de pesquisa, ainda combino "análise" e "processo" com o termo "contínuo": chega-se ao fim de uma análise? Se considera o que tem no momento, ou se prevê a partir do que se tem em mãos? Fechamos ideias, conceitos, saberes, com um ponto "final", ou continuamos a nos perguntar?

O processo contínuo, aqui, não deve ser confundido com aquilo que precisamente fala de constância; contínuo é o que não detém, se ramifica sem interrupção. A constância se mante, não varia, e representa mais uma reprodução, uma decalcomania de raiz. Este escrito se propõe, mesmo em todas as suas falhas reprodutivas, à inconstância, ao que emerge, ao que afeta e atravessa através das narrativas-mapas destas mulheres.

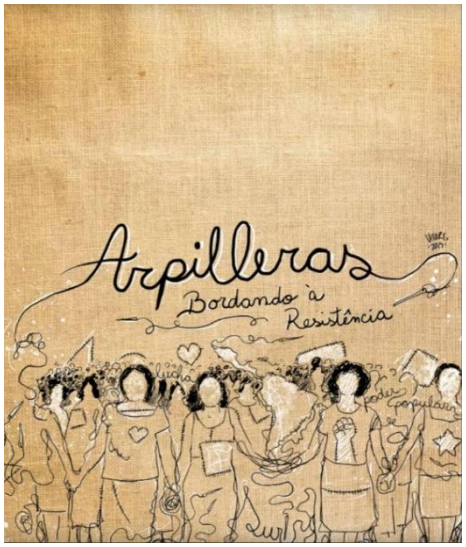
Nesta etapa, venho fazer a composição analítica e problematizadora através da cartografia empreendida pelas mulheres do MAB, pois, como apontado anteriormente, as arpilleras são cartografias per se: elas mesmas são constituídas de tramas múltiplas, não só nas suas confecções coletivas, em sua superfície alinhavada, no ato de bordar, costurar, mas também nas narrativas que atravessam e nos convidam a atravessar em conjunto. Os retalhos que eu bordo neste capítulo são recortes artesanais de confecções subjetivas que, por sua vez, servem para pensar, surpreender, se deixar atravessar, afectar, em meio às narrativas-artes das mulheres do MAB.

As imagens contidas neste texto-pesquisa são reproduções digitalizadas das arpilleras das mulheres do MAB. Em forma de *print screen*, as obras podem ser encontradas no catálogo oficial da exposição que ocorreu no Memorial da América Latina – Salão de Atos Tiradentes, em São Paulo – em 2015.

> Entre 25 de setembro e 25 de outubro, o Salão de Atos do Memorial da América Latina recebeu a exposição internacional "Arpilleras: bordando a resistência", que reúne 37 peças de bordado construídas por mulheres de seis países da América Latina e Europa, com o objetivo de problematizar e transgredir o papel feminino na sociedade. As obras foram elaboradas por meio de uma técnica de bordado, conhecida como arpillera, popularizada mundialmente a partir da oposição realizada ao regime militar chileno (1973 - 1990). [...] No Brasil, a técnica foi resgatada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em oficinas realizadas com mais de 900 mulheres atingidas por projetos hidrelétricos nas cinco regiões do Brasil desde 2013. O resultado poderá ser visto nas linhas de 25 bordados da exposição (MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2015).

O catálogo da exposição (Figura 1) está divido em categorias, sendo o primeiro bordado apresentado antes delas (Figura 2). As categorias estão organizadas nos seguintes eixos: Eixo 1 – Mundo do Trabalho; Eixo 2 – Participação Política e Relação com as Empresas; Eixo 3 – Água e Energia; Eixo 4 – Quebra dos Laços Comunitários e Familiares; Eixo 5 – Violência Contra as Mulheres/Prostituição e Eixo 6 – Acesso a Políticas Públicas/Direitos Básicos (MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2015). Cada eixo conta com 4 arpilleras.

Figura 1 – Capa do catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a resistência"



Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Figura 2 – Arpillera com texto do MAB

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Para fins didáticos, delimito estes retalhos em três afectos[13] de análise que aglutinarão os seis eixos apresentados no catálogo da exposição; esses afectos são: 1° Afecto: Corpos-territórios e territórios-terra; 2° Afecto: Corpo-Território comunitário; e 3° Afecto: Corpo-território de mulheres. Estas categorias que se expressam em afectos abraçarão o conceito de corpo-território a fim de fazer emergir aquilo de subjetivo que as narrativas das arpilleras do MAB podem nos oferecer neste processo.

O 1º Afecto abordará os impasses entre o extrativismo subjetivo e físico nas realidades retratadas nos bordados, compreendendo os eixos 2 e 3 do catálogo da exposição; o 2º Afecto se concentrará nas demandas voltadas para a construção e destruição de comunidades a partir da garantia ou ausência de direitos; e o 3º Afecto irá focar em problematizações acerca do acesso aos corpos das mulheres no contexto colonizatório de extrativismo não só de subjetividades, mas também na transformação desses corpos generificados em força de trabalho, sendo ou não de prostituição.

[13] Essa substituição do termo “categoria” por “afecto” se faz justamente pelo caráter daquilo que me atravessou neste contínuo processo que é a pesquisa.

6.1 Afecto: corpos-territórios e territórios-terra

A primeira arpilleras (Figura 3) é composta por uma série de narrativas: temos saúde, transporte público, educação, economia financeira, criminalização de lutas sociais, violência e divisão do mundo do trabalho em gênero feminino e masculino. Com bordados que representam pessoas (mulheres e homens), o centro da arpillera agrupa várias dessas representações que simbolizam mulheres unidas reclamando, através de uma faixa: “mulheres, água e energia não são mercadorias”.

Figura 3 – Arpillera 1

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

As questões relacionadas à energia e água são de grande importância para serem analisadas no Brasil de 2021, principalmente no contexto de crise energética e hídrica que acompanham o crescimento desenfreado do neoliberalismo em nosso país.

> Em 2021, o Brasil registrou a pior crise hidrológica em 91 anos. As consequências do baixo volume de chuvas atravessam vários setores (da agricultura à oferta de água para grandes cidades) e impactam diretamente a geração de energia. Um levantamento feito pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico mostrou que, nos últimos sete anos, os reservatórios das hidrelétricas — responsáveis pela maior parte da energia gerada no Brasil — receberam um volume de água inferior à média histórica. Com esse cenário, o fantasma do apagão, que há exatos 20 anos fez brasileiros racionarem eletricidade, deixou de ser uma mera lembrança e voltou a assombrar. Dessa vez, com uma diferença: dependemos um pouquinho menos da água para gerar energia. Mas ainda dependemos (MACÁRIO, 2021, S. I.).

A ligação entre corpos de mulheres, energia, água e mercadorias, aqui, é feita por aquilo que é da ordem do público – corpos de mulheres, nesse sentido, como corpo-território que pode ser explorado, abusado em nome de acumulação de capital, pelas grandes multinacionais, assim como água e energia. Esses corpos são, portanto, mercadorias agregadas ao extrativismo subjetivo de uma colonialidade comprometida com relações sociais capitalistas.

Os discursos que circundam estas relações estão ancorados em lógicas biopolíticas, as quais estão à serviço das múltiplas construções de relações. Nas estratégias de controle sobre o mercado, o corpo de mulheres se constitui como um *commodity* humano, pronto para o consumo. Não me refiro aqui apenas às produções de sexualização dos corpos femininos, mas também ao apagamento desses corpos enquanto estratégia de produção de padrões subjetivos – pois este apagamento também é uma modalidade de consumo. O discurso que une mulheres, água e energia como parte de um conjunto cujas palavras de ordem denotam a utilização desses corpos enquanto mercadorias.

Na segunda arpillera que aqui apresento (Figura 4), estão retratados elementos bastante pertinentes para pensarmos na construção histórica do nosso presente. Retratando uma série de violências, a obra têxtil se concentra em contar a história das mulheres prejudicadas pelo modelo energético do Brasil e como sofrem com isso, mas também como lutam pelos seus direitos básicos humanos.

Figura 4 – Arpillera 2

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

> [...] De outro lado, as mulheres organizadas fazem a luta pelos direitos de toda a família, e mesmo com a repressão da polícia seguem firmes na luta popular. As linhas de transmissão de energia que cortam as terras lembram constantemente a angústia dos atingidos, que por muitas vezes se sentem enforcados pela barragem, afogados por este modelo energético. O sol representa a esperança das lutas do MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 34).

O retrato da realidade vivida pelas mulheres que bordaram esta arpillera conta muitos acontecimentos: temos do lado esquerdo, mais uma mulher sendo despejada de seu lar através do recebimento de indenização, a qual é paga para o homem cima dela, pois os direitos de terras, nesse contexto, não estão atrelados aos nomes destas mulheres, sendo-lhes negada o direito a permanecer em seus territórios-terras; do lado direito, temos mulheres sendo repreendidas em suas lutas políticas de direitos por uma figura de cinza, representando um policial. No meio da arpillera, vê-se uma representação de uma mulher enforcada nas águas privatizadas das represas geradoras de energia; a corda que a enforca está amarrada nos fios de transmissão de energia que cruzam as terras que lhes pertenciam.

Mesmo que a realidade retratada nesta arpillera seja datada de 2015, é impossível compará-la à crise hídrica e energética resultante das políticas neoliberais empreendidas pelos governos federais eleitos ao longo dos anos que, por sua vez, nunca modificaram o modelo energético do Brasil. O governo do país, eleito em 2018, apoia discursos de segregação e extermínio social de tudo aquilo que acredita ser prejudicial para o "bom" andamento da economia brasileira. Antes deste governo, vale ressaltar, esta produção discursiva já assumia práticas bem parecidas, apesar de não se mostrarem de maneira tão explícitas como as que se mostram agora.

O presente modelo energético brasileiro, o qual segue a lógica de que energia e água são mercadorias, busca a maximização de lucros para as grandes empresas, multinacionais. Entretanto, quem paga as contas de luz são as famílias – em sua maioria chefiadas por mulheres. No catálogo da exposição utilizado, a tarifa de energia no Brasil, em 2015, era a sexta maior do mundo. Hoje, em 2021, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de maiores tarifas de energia do mundo, perdendo apenas para a

Alemanha, país com bacia hidrográfica menor que a de nosso país, com menos incidência de luz do sol e de vento[14].

O processamento das empresas consiste em privatização de rios, transformando-os em lagos, para produzir energia; isto resulta em prática de extermínio de comunidades inteiras e, portanto, na transformação de muitas vidas de forma indesejada e contrária aos direitos contidos na própria constituição brasileira. Os direitos das populações atingidas são reconhecidos como custos que necessitam de redução na construção de barragens – isto quando são indenizados – e reconhecem apenas nos homens o direito de proprietário, silenciado toda a produção feita por mulheres naquelas terras.

A crise energética e hídrica despontada em 2021 em nossa país é resultado de práticas e discursos neoliberais e, portanto, de colonialidade, onde o território a ser violado constitui campo de exploração, no sentido de servir a quem paga, ou seja, exerce função de ferramenta para mais produção de capital. Nesse sentido, os corpos-territórios que ocupam esses espaços são homogeneizados entre si e com os territórios-terras que são os seus lares. A perspectiva que de que sociedade e natureza se encontram em espaços diferentes (GROSFOGUEL, 2016), sejam físicos, sejam subjetivos, enriquece os extrativismos subjetivos que incorporam a violação de direitos de mulheres atingidas pelas construções de barragens no Brasil.

Nesse sentido, é preciso que olhemos para as memórias que as arpilleras buscam preservar, ou seja, nas histórias das mulheres do MAB, para que haja possibilidade de pensar e produzir sobre violências contra as mulheres em nosso país. Lembrando sobre quais vidas importam e merecem ser enlutadas, Judith Butler (2015) observa criticamente a produção de enquadramentos e os prejuízos causados pelos discursos de histórias únicas empreendidos nas estratégias de biopoder homogeneizantes. A forma com que as vidas destas mulheres são roubadas mostra toda uma rede de interposição sobre o que se considera uma vida ou uma não-vida – aquilo que pode ser compreendido como inexistente, silencioso (no caso das mulheres do MAB, silenciado). Se aprofundarmos as críticas feitas por Butler (2018), veremos que recortes sociais

[14] Dados produzidos a partir da reportagem “O Brasil pode ter a energia mais cara do mundo no fim do ano, diz instituto”, escrita por Lucas Vettorazzo. A reportagem se encontra listada na seção de referências.

como gênero, raça/etnia/cor, classe, sexualidade e, especialmente, território são utilizados para dizer quem merece ou não ser reconhecida/o/e como vida.

> [...] Os "enquadramentos" que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos [...] não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o "ser" do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (BUTLER, 2018, p. 17).

Este processo se mostra de duas formas na realidade das mulheres do MAB: a primeira diz respeito ao saque das suas produções subjetivas que envolver corpo e terra, pois o espaço de vivência que lhes é roubado serve como produção de alimento, de trabalho e de relações interpessoais necessárias para a boa manutenção de saúde mental. A segunda forma está relacionada à produção a qual se destina o roubo de seus lares, pois, ao serem retiradas de casa, estas mulheres não têm o direito de usufruir da produção de capital das terras em que nasceram, viveram e cuidaram ao longo de suas vidas. A água e a energia geradas a partir de saque capitalista (um de muitos) malmente chega para estas mulheres e suas famílias, sendo-lhes negada uma condição de vida que será direcionada para grandes centros urbanos – e que, por sua vez, servirá como combustível mantenedor das produções de capital que nunca chegará às mãos destas mulheres e de suas famílias.

A violência atrelada à produção capitalista, neste contexto, atravessa as pessoas que têm suas vidas saqueadas em nome de indenizações – que nunca recuperarão os danos infligidos em nome de um capital – e se mostra através do enquadramento dessas vidas. Butler (2018) tece uma série de críticas às formas de enquadramento de vidas, demonstrando como discursos anteriores ao momento de nascimento de uma pessoa ressoa em todas as formas possíveis de processos de precarizações em nossas vidas (e, aqui, me incluo enquanto pertencente a este processo por fazer parte das produções de enquadramentos e, portanto, de precarizações de vida, ocorridos em qualquer tipo de relação social).

Na arpillera abaixo (Figura 5) é possível problematizar sobre a forma com que este saque ocorre e como a separação entre corpo e território nas produções discursivas precariza as vidas de muitas mulheres: vemos saltar do fundo azul três figuras humanas que correspondem, da esquerda para a direita, a uma mulher negra que chora (lágrimas bordadas em linha branca logo abaixo dos olhos, também bordados em linhas brancas), um homem branco de terno e gravata e, por fim, a um homem negro de camisa verde que segura um saco. A descrição da arpillera no catálogo da exposição:

> [...] Está representada de um lado, a mulher, chorando pela perda de sua casa, onde tinha animais, plantas e toda a diversidade do campo. Do outro, dois homens conversando representam seu sogro, com quem morava, com o saco de dinheiro da indenização e o representante da construtora, de terno e gravata, ignorando-a (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 28).

Figura 5 – Arpillera 3

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Qual é, afinal, a reparação que uma indenização em dinheiro traz a mulher que chora a perda de seu lar? Qual é a reparação material que pode, afinal, ajudar na elaboração de todo o sofrimento infligido pela retirada, à força – pois o pagamento da indenização funciona menos como "compra" do território-terra do que "respaldo" pelas ações genocidas neoliberais –, dos territórios-terra que são lares dessas mulheres? E também, em que momento os corpos delas são difundidos como parte desse território-

terras? Pois é possível entender que o processo de construções de barragens compreende os corpos-territórios e territórios-terras como uma unidade a ser “varrida” espacial e subjetivamente.

Nesse cenário, os discursos neoliberais, coloniais e, portanto, capitalistas, produzem e alimentam a reprodução de enquadramentos de vida que podem culminar no extermínio de existências, de vidas precarizadas – ou mesmo na consideração de suas inexistências. A articulação de linhas que levam à difusão de que os corpos que ocupam determinado território são esse território se denuncia pela prática extrativista de separar sociedade e natureza. As estratégias discursivas que englobam esta prática entram em ação para subsidiar produção de sofrimento e genocídios.

6.2 Afecto: corpo-território comunitário

A arpillera que uso para abrir esta seção está retratando duas realidades a serem comparadas (Figura 6). De baixo para cima, vemos o decorrer do processo de extrativismo subjetivo nas vidas das mulheres atingidas: embaixo, vemos várias pessoas retratadas de mãos dadas, rodeadas de árvores e casas coloridas , umas diferentes das outras; na parte de cima da obra, o retrato é de uma mulher grávida, sozinha e preocupada, perto de várias casas, todas iguais, padronizadas.

Figura 6 – Arpillera 4

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

> A quebra do tecido social, a perda da convivência e os laços da comunidade é a temática nesta arpillera. Representa fisicamente o antes e o depois da vinda da barragem. De um lado a comunidade unida, as árvores em pé as casas coloridas e variadas. O projeto da barragem é representado por tratores com fome, de boca aberta. Depois da barragem, os laços comunitários têm se perdido, as casas são todas iguais e cinzas, e a Maria está grávida, sozinha, preocupada porque o trabalhador com quem engravidou foi embora (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 42).

A devastação de comunidades é um acontecimento que, agenciado por discursos desenvolvimentistas e, por conseguinte, de consumo, desemboca na destruição do bem-viver adotado por esses grupos. Bem-viver é um termo que vem sendo reivindicado em muitos discursos de movimentos sociais e lideranças para a construção de uma alternativa ao desenvolvimento capitalista antropocêntrico; tal desenvolvimento é preconizado pela cisão (já comentada neste texto) entre humanidade e natureza (COSTA, 2020).

Bem-viver é um termo que, advindo da expressão quéchua *suma kawsay*, ganha espaço no âmbito político por todas as Américas, tendo grande visibilidade internacional desde o novo constitucionalismo latino-americano e do crescimento expressivo de representação de lideranças indígenas na América do Sul. Sua utilização está há décadas frutificando em inspiração para movimentos sociais contra hegemônicos (COSTA, 2020).

Para Acosta (2016), o bem-viver emerge de sociedade historicamente marginalizadas; a noção se projeta no formato de plataforma para que se fomente alternativas conceituais e respostas urgentes e concretas para questões que o desenvolvimentismo capitalista não consegue (ou não quer) responder. Seu caráter é, assim, tanto a nível crítico, quanto de um ensaio de alternativas; busca menos a reformulação das ideias convencionais de desenvolvimento. Este termo tem como objetivo a transcendência dos modelos tradicionais desenvolvimentistas financiados pelo capital.

> Em outras palavras, o que se propõe ao fazer uso desse conceito é o abandono da lógica do "viver melhor" pregado pelo capitalismo – entendido como a liberdade que um setor da sociedade tem de consumir cada vez mais, em detrimento da maioria – e assumir a lógica do "viver bem" como direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente saudável (COSTA, 2020, p. 290).

O bem-viver também pode ser significado como uma maneira de tentar superar fronteiras criticadas por Ramón Gosfoguel (2016), atribuindo valores e direitos as

práticas que relacionam corpos e territórios. Este debate agencia muitas ramificações de debates, especialmente no movimento ambiental latino-americano de caráter campesino e agroecológico. Isto se deve à crítica que o termo proporciona quando reclama que, não apenas a separação entre natureza e sociedade se isenta do sentido comunitário partilhado por povos originários, mas também contribui para a fragmentação binária e hierárquica das vidas, supondo uma lógica de colonialidade nos termos problematizados por María Lugones (2020).

Na conjuntura do MAB, os sentidos da convivência comunitária possuem representação nas lutas das mulheres. Não é à toa que os bordados nas arpilharias do movimento foram pensados e cerzidos de forma coletiva, em reuniões que contavam com momentos de partilha de experiências entre as mulheres que ali se encontravam. Maria da Graça Costa (2020) aponta para a comensalidade como qualidade importante para o bem-viver comunitários de mulheres que sofrem com o roubo de seus territórios-terras. Este momento de partilha, não só entre mulheres, mas com crianças e homens da comunidade é de especial apreciação para processos de significação e ressignificação no que tange as mais diversas situações, desde sofrimento, até alegria.

Como vemos na arpillera anteriormente citada, as mudanças ocorridas pela violência da chegada da construção de uma barragem (tratores que "comem" os lares) incidem sobre toda a dinâmica de subjetividades que compõem (ou compunham) as vivências das mulheres atingidas, pois "varre" agressivamente as relações constituídas da partilha comunitária que existia anteriormente. Os discursos que circundam o desenvolvimentismo aniquilam as possibilidades de bem-viver destas mulheres, de suas famílias e de suas comunidades.

Da mesma forma, a arpilleras a seguir (Figura 7) retrata a vida de comunidades de mulheres atingidas pelas construções de barragens. Nesta obra, o bordado narra as lutas de mulheres em suas comunidades para a regularização de terras. A arpillera representa três comunidades de assentamento rural no estado do Pará.

> Esta arpillera representa três assentamento rurais: Vila Espírito Santo (município de Marabá), Vila Landi (município de São João de Araguaia) e Bacabal (município de Bom Jesus do Tocantis). Nos quais, 287 famílias, têm em comum a luta pela regularização fundiária. Conquistar a posse da terra para elas agora é muito mais importante, pois serão atingidas pela UHE de Marabá, cuja construção está planejada no Plano Decenal de Energia 2023, do Ministério de Minas e Energia. Hoje, o conceito patrimonialista de "atingido/a" adotado pelas construtoras exclui de qualquer indenização os não proprietários, mesmo que a barragem traga impactos irreparáveis nas

> suas vidas (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 64).

Figura 7 – Arpillera 5

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

A representação na arpillera remete às mulheres dessas comunidades do interior do estado do Pará nos trabalhos cotidianos. Ao centro, a árvore alta contém as palavras de ordem “Regularização Já!”, demonstrando que o ato de regulamentar terras está diretamente ligado às vidas em comunidade dessas mulheres.

É grave o quadro de indefinição fundiária existente no espaço amazônico. Este quadro pode ser entendido através de uma rede bastante complexa práticas violentas e de múltiplas matizes, com produção assídua de conflitos relacionados à posse de terras, à desintegração de corpos-territórios a esses territórios-terras, à expulsão de populações tradicionais e rurais de seus espaços de convívio, entre outras. Com o aumento considerável de consumo internacional do território brasileiro, especialmente, o território que corresponde à Amazônia, as disputas de forças se tensionam.

A solidificação de discursos e práticas neoliberais que o Brasil vê ascender – especialmente, desde o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 – o endurecimento de um “mercado de terras”, onde o governo federal faz papel de vendedor, e as multinacionais (muitas atreladas a outros governos neoliberais) como consumidoras. Esta dinâmica, particularmente, incita e põe em exercício discursos de controle de corpos que “não importam” (BUTLER 2018). Em termos biopolíticos, o controle sobre

os corpos significa o controle sobre as vidas (FOUCAULT 1988), pois corpos, nesse contexto, são compostos não apenas pela massa anatômica, mas, também, para produção de subjetividades.

As lutas que compõem a realidade destas mulheres, bem como as vivências atreladas ao cotidiano dos seus lares, são parte importante para problematizarmos as tramas comunitárias, reconhecendo, assim, não apenas as suas lutas, suas frente de militância política, suas lideranças, mas suas vidas como passíveis de serem enlutadas (BUTLER, 2018).

6.3 Afecto: corpo-território de mulheres

A primeira obra a ser problematizada nesta seção vem narrar as relações de trabalho dos corpos-territórios no âmbito do labor (Figura 8). Numa representação díptica, o bordado conta a história de uma mulher que, despojada de seu lar – sem indenização –, perdeu todas as possibilidades que tinha para geração de renda própria.

> Esta arpillera mostra a história de uma de tantas mulheres que sofrem pela perda da fonte de renda derivada do não reconhecimento do seu trabalho por parte das empresas construtoras das barragens. Dona Creuzilene, assentada de 57 anos, mão de 5 filhos, estudou até a quinta série. Tirava seu sustento da agricultura camponesa, fazendo doce da coleta de das frutas, na criação de galinhas, porcos, na produção e venda de farinha. Além de acompanhamento educacional dos filhos, ainda tinha tempo para os trabalhos domésticos. Com a construção da hidrelétrica do Estreito (MA/TO), sua terra foi alagada. Tudo ficou debaixo d'água: como sua cultura, seu modo de vida, a relação com a água e com a terra. Quando lembra da sua vivência, as lágrimas correm em seu rosto e não consegue nem falar: "*Não tem coisa mais triste que ser atingida*". Ela, assim como as outras mulheres, que confeccionaram esta arpillera foram expulsas de suas terras pela construção da barragem e sem direito a indenização, na cidade sofriam da fome. Diante disso, se juntaram e montaram um amcampamento na beira da estrada para reclamar seus direitos (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 22).

Figura 8 – Arpillera 6

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Nesta seção de afectos busco criar uma interseção entre trabalho e violência contra as mulheres. Esta convergência é possível se contarmos que, em muitos países, as mulheres assumem uma dupla jornada de trabalho, a qual ou é mal remunerada, ou nem remunerada é. A precariedade das vidas da maioria das mulheres no Brasil é resultado da intensificação neoliberal na economia, sobretudo na crise econômica gerada pela combinação genocida do governo eleito em 2018 (ainda em exercício em 2021) e a chegada da pandemia de COVID-19[15] em todo o globo.

No que tange ao contexto de vida de mulheres atingidas por barragens, é imprescindível pensar em interseccionalidade como um termo analítico em ser abordado aqui. O mundo do trabalho é espaço de múltiplas formas de violência contra as mulheres. Como espaço de produção subjetiva, abordá-lo significa falar de vidas e formas de subalternização das mesmas como produção de lucro capitalista. Alguns trabalhos tidos como "de mulheres" estão numa espécie de margem social e atrelados à naturalização de papéis de gênero bastante problemáticas, como maternar ou cuidar, cozinhar, limpar, passar roupa, entre outras.

Este processo, que Silvia Federeci (2017) muito crítica, ao falar sobre a subjetivação de mulheres a partir da Idade Média, está ancorado à produção de subjetividades a partir de questões de gênero. Para a autora, a produção de acumulação primitiva está intimamente ligada às construções de gênero.

> Como demonstra essa breve história das mulheres e da acumulação primitiva, a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo [...] foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista (FEDERICI, 2017, p. 232).

Entretanto, é necessário que a interseccionalidade de Collins e Bilge (2020) seja posta aqui como ação: Federici (2017) formula uma analítica poderosa sobre mulheres da Europa, sobre um período na Europa. Em vista disso, como a produção de violência contra as mulheres se dá em outros lugares do globo? Como a violência contra as mulheres na América Latina, atravessada pela produção capitalista, pelo mundo do

[15] Sobre o vírus COVID-19: https://www.paho.org/pt/covid19

trabalho, pode ser abordada? A localização como recorte que atravessa as vidas das mulheres atingidas por barragens nos mostra a necessidade de se problematizar de forma interseccional.

Não reconhecer os trabalhos ditos “de mulheres” é uma forma de violentá-las? A arpillera apresentada a seguir (Figura 9) é uma reclamação sobre isso a partir das realidades vividas melas mulheres do MAB:

> Esta arpillera mostra que existe violação do trabalho das mulheres atingidas antes e depois da construção de barragem UHE Irapé. As mulheres são representadas trabalhando, seja na pesca, casa, extrativismo, na lavoura – não sendo reconhecidas como atividade laborativa, mas sim como ajuda. No outro lado, um homem e uma mulher buscam na lembrança, os recursos dos quais, outrora, tiravam o sustento da família. As mulheres perderam as vazantes, onde cultivavam hortas, e os seus maridos comercializam nas feiras locais, os peixes sumiram do rio Jequitinhona. Hoje a água é imprópria para consumo, as mulheres que lavam roupas no rio adquiriram alergias na pele devido à presença do sulfeto, após a barragem. Muitas tiveram que sair da comunidade por não poderem mais trabalhar com a água do rio e por perderem as terras. As mulheres que ficaram contribuem para a construção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 18).

Figura 9 – Arpillera 7

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Ao lado direito do bordado, encontramos a frase “a dupla violação do trabalho das mulheres atingidas”. A narrativa contida nesta arpillera fala sobre como os efeitos da construção de barragens acumula violência contra essas mulheres: se, inicialmente, elas não recebiam crédito, nem remuneração, pelos trabalhos que exerciam em suas

comunidades, depois da devastação causada em suas vidas através da chegada da barragem, isso só piorou. Reconhecer o trabalho das mulheres para além de naturalizações incrustadas em papel de gênero é algo de grande urgência, pois, se antes havia o não reconhecimento da mão de obra feminina, depois, com a chegada da barragem, se retiram todos os meios de subsistência das mulheres atingidas. Por isso, a violação do trabalho das mulheres atingidas é dupla: violação baseada em divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017), ou seja, baseada em papéis de gênero, somada à violação de direitos sobre moradia, alimentação e condições dignas de vida.

A Declaração Universal de Direitos Humanos (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU), 1948) prevê que: "[...] Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (p. S. I.). Entretanto, seu exercício, assim como o exercício do que prevê a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) – documento eminentemente espelhado na Declaração Universal dos Direitos Humanos –, depende de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e território.

A arpilleras retratada a seguir (Figura 10) traz uma narração sobre trabalho e violência contra as mulheres que acontece frequentemente nos espaços onde se constroem barragens. Bordada por mulheres do estado do Pará, do município de Altamira, em dezembro 2014, a obra conta como violações de direitos de crianças e mulheres se engendra na cidade:

> O relatório publicado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) apoiado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) aponta um aumento nas ocorrências de exploração infantil, prostituição, cárcere privado e tráfico de pessoas, ligado ao crescimento de cidade após a chegada da UHE Belo Monte em 2012. O relatório aponta inclusive caos recorrentes de exploração sexual entre os povos tradicionais e indígenas. Segundo o coordenador da pesquisa "*essa rede de exploração foi criada por conta da obra e segue a lógica do mercado*". A arpillera narra como uma menina de 16 anos conseguiu fugir da Boate Xingu em 2013, e denunciar que vivia sob cárcere provado e exploração sexual. "*Muitas vezes uma mesma mulher recebe vários homens numa noite, por isso representamos uma fila, que também remete à disciplina rígida à qual os operários são submetidos*". O Hotel Barrageiro representa uma das casas alugadas pelos operários onde recebem prostitutas, fica perto da escola, fazendo da prostituição algo integrado ao cotidiano da cidade (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB, 2015, p. 52).

A defesa sobre a consideração de corpos como territórios (CABNAL, 2018) está muito bem ilustrada com esta obra: dentro de uma casa com grades – significando o cárcere privado –, na parte inferior direita do bordado, uma mulher sangra. O sangue

escorre por entre as pernas dessa menina, enquanto uma fila de homens se mantém do lado de fora da prisão em que a mulher se encontra.

Figura 10– Arpillera 8

Fonte: Catálogo da exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência"

Como foi descrito no catálogo da exposição, esse tipo de prática pertence a uma lógica de mercado; tal lógica utiliza a prostituição como ferramenta mantenedora de trabalhadores da construção no local onde será erguida a barragem. Se a lógica é de mercado, portanto, podemos pensar na produção capitalista através do extrativismo subjetivo colonizador que forma a base da problemática.

Corpos de mulheres, independente das questões geracionais, reconhecidos como fonte de lucro desumanizam vidas. Para além disso, a utilização desses corpos na dinâmica de trabalho nas barragens só reforça discursos cada vez mais colonizadores, tanto para mulheres, quanto para homens. Mantem-se os trabalhadores da construção com a oferta de corpos de mulheres, estes que podem (segundo a lógica de mercado) ser explorados, coisificados, devastados, violados e mortos.

O cárcere privado em que muitas mulheres se encontram, como é o caso da menina de 16 anos na fuga da Boate Xingú, é uma produção de colonialidade onde há a violação de direitos humanos grave. Se para manter esta realidade de fixação de trabalhadores no local de construção de barragens é mantido pelas empresas encarregadas desta construção, não deviam os órgãos públicos competentes tomar

providências acerca do caso? Onde podemos denunciar ocorridos como este? É por falta de denúncia que mulheres são violadas dessa maneira? De todas as perguntas, talvez, a que ressoa mais problemática e recorrente é a última. O processo de denúncia de violação de mulheres possui um grande aparato, contando com a Lei Maria da Penha (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006), fruto de penalidade aplicada ao Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, entretanto, a eficácia desta lei, assim como as disputas de saber-poder que permeiam as relações sociais, está acorrentada às relações com o capital e seus enquadramentos.

A violência contra as mulheres atingidas por barragens é, portanto, uma maneira bastante válida de pensarmos na adoção de políticas públicas para além dos padrões de gênero brancos, europeus, heterossexuais e burgueses. Aqui em nossos país, o serviço chefiado pelo governo federal se encontra em uma profunda depredação extrativista subjetiva, onde "a lógica de mercado" – a mesma que aprisiona e explora corpos-territórios – é um discurso que busca justificar a seletividade de vidas que importam.

7 AS TRAMAS QUE RESTAM BORDAR

O capitalismo subestima muito uma crise (que ele mesmo produz): age como se ela nunca pudesse ocorrer, como se o capital transcendesse qualquer questionamento ou situação adversa no planeta. É de crises nas relações capitalistas, como esta, que pesquisas comprometidas com direitos humanos se tornam vivas e ajudam a fazer viver – e não apenas sobreviver.

É em momentos como este que os saberes se mantêm vivos e, talvez por isso, subestimar[16] os saberes seja um método, uma técnica importante para que os lucros não parem de crescer. Não quero com isso dizer que outros sistemas econômicos sejam de "mais-valia" para o ocidente, pois as promessas democráticas se encontram em constante derrocada desde o início do avanço neoliberal entre os países mais ricos do mundo, culminando em estados de exceção *à la* V de Vingança, de Alan Moore.

Espero que, quando me refiro ao capitalismo logo acima, tenha ficado subentendido que este sistema somos nós mesmes/mesmas/mesmos. Subestimar a crise é subestimar o momento de grande mudança; esta é uma tentativa desgastante, já que a imanência é inevitável (prevista, talvez, mas não inevitável): a crise mundial, a crise política, a crise na saúde, a crise em mim, a crise em você. Ela precisa ocorrer, precisamos repensar e ver onde erramos – preciso pensar e ver onde errei, o que não quer dizer que estarei isenta de mais falhas. Estar em movimento e é um exercício de vida.

O Brasil é o país da América Latina com maior extensão e também com uma das maiores pretensões de se achar em condições de aplicar estratégias políticas e econômicas de outros contextos sócio-históricos. Falo aqui do que já conhecemos como aquele extrativismo que rouba subjetividades, reimprimindo-as de acordo com o que o grande mercado internacional deseja – e quando falo de desejo, quero mesmo me referir às nuances psicanalíticas do conceito. Não é o único no mundo, lógico, todavia, não reclama para si um lugar no continente que compõe, pois não quer ser parte do mesmo

---

[16] Enganam-se aquelas(es) que fazem pouco caso quando um líder de algum país debocha de um momento de crise. Encobrir crises é um dos passos mais importantes para manter a economia no eixo neoliberal funcionando e, portanto, processos de violência como o da colonialidade, violência contra mulheres e feminicídio. O genocídio promovido pelo governo federal vigente nos anos de 2020 e 2021 são um exemplo de como os discursos que privilegiam as relações capitalistas estão ligados às políticas de extermínio humano.

(quantas vezes nos identificamos como pessoas latino-americanas?). Sequer o defende e, caso "seja preciso", trabalha como agente colonizado extrativista nos outros países latino-americanos – quando não, do próprio território, já que o ecocídio é mercado nas políticas empreendidas pelo governo federal.

Para além destes fatos distopicamente bizarros[17], ainda temos que lidar com uma violenta homogeneização de Estado em fazer de todos os estados do país um só lugar. Esta homogeneização é encabeçada por quem pode aplicá-la, ou seja, as empresas transnacionais que usam o extrativismo epistêmico como estratégia de mercado. O buraco deste problema afunda gradualmente quando encaramos análises de questões de gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e território.

Busquei (e ainda busco) transformar estes tempos de precarização de vidas em narrativas: narrativa-pesquisa, narrativa-feminista, narrativa-MAB, narrativa-eu. Me deixo à deriva desta crise, em altíssimo e tempestuoso mar, para que minha pesquisa continue viva, mantendo-me, assim, também viva. Estes mapas analisados, chamados de Arpilleras, são um respiro em meio à tormenta que é ser pesquisadora de gênero no Brasil, especialmente nos processos pandêmicos de COVID-19. E isto eu digo porque a exposição resultante dos trabalhos dessas mulheres atingidas por barragens não são apenas para relatar as violências que elas sofrem; são, acima de tudo, narrativas de resistência sobre suas vidas em meio ao genocídio que se mantém desde o período colonial.

Deleguei-me uma tarefa especial e que exige grande empenho: narrar histórias já contadas. Busquei esta temática assim que delimitei os caminhos que tomaria ao falar de violências contra as mulheres no Brasil – falo isto caso este caminho não tenha se mostrado inconfundível na minha abordagem pessoal de escrita. Teci despretensiosamente e (talvez) com um certo amadorismo juvenil, linhas analíticas sobre essas histórias já contadas de outra forma, lhes tomando emprestadas as cores, texturas e formas para retornar a elas mesmas. Não busco saquear a cadeira ocupada na mesa e me situo como mulher branca, intelectual, trabalhadora e moradora da área urbana da minha cidade, Belém-PA, região Norte do Brasil, território amazônico brasileiro. Me conecto e me faço conexão entre as redes de saber/poder que me

[17] Não tão distópicos, pois se engendra, no Brasil, muitas formas de devastação ambiental.

autorizam ou desautorizam falar, escrever, pensar, anticolonizar. Afinal, que pesquisa poderia valer a pena se não fosse rumo ao que eu ainda não conheço, rumo ao que eu ainda não tive coragem de abordar? As arpilleras das mulheres do MAB me mostraram esse rumo, são mapas que dão pistas a todos os movimentos sociais que atravessam nossas vidas políticas.

Esta experiência em meio às tantas inconstâncias pandêmicas, por sua vez, não está só em descobrir em mim outras formas de militar, mas também, de descobrir em meu cotidiano – e não no sentido colonizador que o "descobrimento" possa tomar, mas sim no de enxergar outras ramificações e possibilidades rizomáticas – O Segregado dentro da classe de movimentos sociais de maior representação no mundo em que vivemos – o feminismo.

Delimitar os bordados a partir do critério de narrativas de violências infligidas a estas mulheres não deve, contudo, soar como revitimização. Os retratos que estas mulheres compuseram juntas são, por si só, um ato de resistência contra as violências engendradas por discursos capitalistas e de colonialidade; isto é possível pelo caráter comunitário que se instala na prática do bordado coletivo entre essas mulheres.

As perspectivas metodológicas que se fizeram presentes na pesquisa me ajudaram a manter o teor político da tese, assim como auxiliaram no cumprimento dos objetivos geral e específicos. Gostaria, no entanto, de elucidar o uso das referências desta metodologia bordada, pois se constituem por nomes de homens brancos europeus: o saque epistemológico extrativista, o qual eu tanto menciono neste escrito, está direcionado às vozes brancas intelectuais, especialmente, aquelas cujos discursos se fazem valer da fragmentação de cosmovisões de povos originários. A utilização de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, entre outros, não se configura, no entanto, como uma espécie de cumplicidade entre colonizada (eu) e colonizadores (eles); ao utilizar estes nomes reivindico uma prática de produzir significados e ressignificar suas palavras para outra realidade que não é da deles, em todos os aspectos. Fazer anti-colonialidade é produzir pensamento crítico em uma história do presente, e não ignorar todos os processos de colonialidade que já ocorreram.

Longe de esgotar o debate sobre corpo-território, território-terra, feminismo comunitário, anti-colonial ou decolonial, e biopoder, este estudo se propõe justamente a produzir lacunas (ou destruir outras lacunas) que possibilitem outros pensamentos para construção de saberes acerca das mulheres que são atingidas por barragens e são

silenciadas dentro dos feminismos brancos/europeus/anglófonos. A prática anti-colonial feminista está em se preocupar em produzir saberes e práticas a partir do reconhecimento de fronteiras construídas pelo capitalismo, patriarcalismo e racismo.

Gênero é um elemento de análise que precisa ser levado em conta na construção de saberes, especialmente, das áreas humanas/sociais, contudo, jamais pode ser analisado isoladamente; caso isso ocorra, se corre o risco de esvaziamento de um discurso politizado de resistência ao neoliberalismo, capitalismo, patriarcalismo e racismo. Além disto, para se entender o processo de colonialidade, é necessário e imprescindível conhecer o conceito de raça/etnia/cor e colocá-lo no centro do debate sobre corpo-território; ou seja, necessário que se ponha em prática no processo de análise a interseccionalidade. Isto possibilita o diálogo entre corpo-terra-território.

Feministas atreladas à corrente anti-colonial, decolonial e comunitária, como Lorena Cabnal (2010), tratam do termo corpo-terra para se aprofundar nas opressões e violências que lhes foram causadas, tanto aos seus corpos, quanto aos seus territórios, desde a invasão colonial – com as expropriações de terras, territórios, recursos, saberes usados para entender os corpos das mulheres. Esta invasão gera uma "condição de perpetuidade das múltiplas desvantagens das mulheres indígenas" (CABNAL, 2010, p. 15), mas também das mulheres camponesas, ribeirinhas, ou todas aquelas que não vivem em áreas urbanas. Condições estas de discriminação e desvantagem que sobrevivem nas práticas de controle dos corpos, nas entrelinhas de biopoder, até o momento presente (e que sobreviverão por muito tempo caso não entendamos vida a partir do conceito de bem-viver).

Me flagrei sendo aquela investigadora assídua de si, politicamente, uma espécie rara e quase em extinção que pensa sobre a própria vida, exilada e torturada por ter que passar a maior parte do tempo sozinha comigo mesma – e aqui já estou falando sobre pesquisar na pandemia de COVID-19. Difícil tarefa esta de cozer os eventos que me constituem atualmente; difícil tarefa esta de me olhar no espelho desatando e atando nós da trama de minha vida antes do vírus, das mortes, do genocídio. Várias vezes questionei este estudo, não só a sua forma de execução, mas na sua importância social. "Ainda é importante falar sobre estas mulheres?" era uma pergunta constante no auge das temporadas de *lockdown*. Além do movimento imposto sobre o meu cotidiano

acerca da disseminação de um vírus mortal, ainda estava sendo afetada[18] pelos discursos e pelas práticas genocidas do governo ultraliberal e ultraconservador do meu país (aquele ao qual eu tanto me referi ter sido eleito em 2018 – e que me recuso nomear para que este trabalho não se torne um veículo de possibilidades violentas).

Acredito muito que o meu posicionamento político, de uma psicóloga-pesquisadora-feminista, faça grande diferença em muitos espaços, todavia, em qualquer espaço que eu pudesse estar inserida antes da conclusão deste texto, desde o início da pandemia do novo coronavírus, eu sentia que a temática não era urgente. Mudei de tema, mas esse novo tema apenas "empacava", não fluía. Talvez, sem o incentivo que me foi dado em falar sobre violência contra as mulheres e trazer a problemática das mulheres do MAB, eu não teria fechado este trabalho como consegui fechar. Consegui alcançar entendimentos que me transformaram e mostraram o quanto é importante pensar em subjetividades que não são a Jéssica – a partir do que este triste período de crise humanitária tem me elucidado no meu cotidiano.

As vivências que atravessam as narrativas das arpilleras se constroem no bem-viver e na militância política. As violências que elas sofrem são frutos de políticas neoliberais e de colonialidade de seus corpos-territórios, portanto, de relações capitalistas que fragmentam e enquadram suas vidas em uma série de precariedades; estas, por sua vez, não são sentidas por mim ou qualquer mulher cuja subjetividade possa se assemelhar a minha. A produção de saber que aqui eu pude empreender acabou por ser aquilo que, em 2020, critiquei veemente no texto de minha qualificação do doutorado: produção de saber interseccional – portanto, um fazer interseccional.

Isto foi uma experiência? Foi e é um processo. Sou atriz e rede (LATOUR, 2012) nessas considerações, esperando por mais linhas para tecer meus mapas-vivências.

---

[18] Talvez, eu ainda esteja sendo ainda mais afetada neste ano de 2021.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y neoextractivismo:**dos caras de la misma maldición. 2012. Disponível em: <https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade de imaginar outro mundo. São Paulo: Elefante, 2016.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS (A.N.A.). **Silvia Rivera Cusicanqui:** "Temos que produzir pensamento a partir do cotidiano". 2019. Disponível em: <https://noticiasanarquistas.noblogs.org/post/2019/03/08/bolivia-silvia-rivera-cusicanqui-temos-que-produzir-pensamento-a-partir-do-cotidiano/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (AGNU). Organização das Nações Unidas (Onu) (ed.). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: adotada e proclamada pela assembleia geral das nações unidas (resolução 217 a iii) em 10 de dezembro 1948. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BACIC, Roberta. **Arpilleras:** Evolution and Revolution. 2013. Disponível em: <https://cain.ulster.ac.uk/quilts/exhibition/2013-09-03_Wellington/2013-09-03_Wellington_text-of-lecture.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BARBOSA, Catarina. Líder quilombola tem casa alvejada no PA: "Ela enfrenta a mineração", explica filho. **Brasil de Fato**, Belém. 30 out. 2020. Disponível em:< https://www.brasildefato.com.br/2020/10/30/lider-quilombola-tem-casa-alvejada-no-pa-ela-enfrenta-a-mineracao-explica-filho >. Acesso em: out. 2020.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, p.71-86, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BETIM, F. Assassinato de liderança Wajãpi expõe acirramento da violência na floresta sob Bolsonaro. **El País**. 28 jul. 2019. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/28/politica/1564324247_225765.html>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Presidência da República (org.). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Ministério da Justiça. **Arpilleras:** Da resistência política chilena. Brasília: Comissão de Anistia do

Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/catalogo-arpilleras-1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRITO, Daniel Chaves de; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 147-164, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jul. 2019.

BUNKER, Stephen. Matéria, espaço, tempo e globalização: o caso de Carajás na Amazônia brasileira. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **La naturaleza colonizada:** ecología política e minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. Cap. 5. p. 127-134. Traduzido e readaptado por Maria Célia Nunes Coelho.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288 p.

CABNAL, Lorena. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala". **In: Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, pp. 11-25.

_____. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS) (Brasil) (Org.). **Outras Economias:** alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas Para O Cone Sul - Pacs, 2018. p. 23-28.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]**. 2017, v. 98, n. 249, p. 428-445. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i249.2729>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. O Golpe de 64 e Ditadura Militar. São Paulo: Moderna, 1994.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. Tradução de: Rane Souza.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO (Marabá). **Nota de repúdio do MAM**: movimento pela soberania popular na mineração. Movimento pela Soberania Popular na Mineração. 2020. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/2020/10/30/nota-de-repudio-do-mam-movimento-pela-soberania-popular-na-mineracao/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Nera**, 2009, v. 5, n. 12, p.34-65, jul./dez. 2009.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e "bem-viver": emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 14. p. 284-297.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nomadas**, Bogotá, v. 26, n. 1, p.92-101, abr. 2007. Disponível em: <http://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article?id=298>. Acesso em: 1 fev. 2020.

_____. **A propósito de la realización del Encuentro Feminista Autónomo:** Haciendo Comunidad en la Casa de las Diferencias. 2009. Disponível em: <http://grupodemujeresixchel.blogspot.com/2011/10/hacia-la-construccion-de-un-feminismo.html>. Acesso em: 1 fev. 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen:** Miradas ch’ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. Disponível em: <http://tintalimon.com.ar/descargar.php?libro=978-987-3687-10-5>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. Tradução de: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. (Coleção TRANS). Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa.

_____. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ERTZOGUE, Marina; BUSQUETS, Monise. El agua es de los pueblos y no de Belo Monte: represas y pérdidas de redes de sociabilidad de las poblaciones afectadas representadas en arpilleras amazónicas. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 1, n. 30, p.109-131, 1 mar. 2019. Colegio Mayor de Cundinamarca.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Tradução de: Coletivo Sycorax.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do Poder**. 28. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. Cap. 2. p. 55-86. Tradução de Roberto Machado.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 13. ed. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1988. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

_____. **Microfísica do Poder.** 28. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2014. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

GALLO, Sílvio. Conhecimento, transversalidade e Educação. Para além da interdisciplinaridade. **Revista Impulso**, v. 10, n. 21, Piracicaba: UNIMEP, 1997, p. 115-133.

GESTA (Brasil). UFMG. **Terrorismo de barragem em Conceição do Mato Dentro.** 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/01/05/nota-publica-do-gesta-ufmg-terrorismo-de-barragem-em-conceicao-do-mato-dentro/>. Acesso em: 1 fev. 2020.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ongs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 15 jul. 2000. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria-DaGohn/publication/314375096_500_anos_de_lutas_sociais_no_Brasil_movimentos_sociais_ONGs_e_terceiro_setor/links/5ff5c396299bf14088757fcc/500-anos-de-lutas-sociais-no-Brasil-movimentos-sociais-ONGs-e-terceiro-setor.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. Del «extractivismo económico» al «extractivismo epistémico» y «extractivismo ontológico»: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, Bogotá, v. 24, n. 1, p.123-143, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39646776006>. Acesso em: 11 dez. 2019.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos.** 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326446571>. Acesso em: 15 out. 2019.

KLEIN, Naomi. **Dancing the World into Being:** A Conversation with Idle No More's Leanne Simpson. 2012. Disponível em: <https://www.yesmagazine.org/social-justice/2013/03/06/dancing-the-world-into-being-a-conversation-with-idle-no-more-leanne-simpson/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru. São Paulo: EDUSC, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al*. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. In: **Itinerários de pesquisa em psicologia**.

PIMENTEL, Adelma.; RODRIGUES, Maurício.; NICOLAU, Roseane Freitas.; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. (Orgs.), Belém: Amazônia Editora, 2010.

_____. Notas sobre a genealogia e a pesquisa cartográfica. **Ecos**: Estudos Contemporâneos de Subjetividade, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 209-218, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1474/1207>. Acesso em: 16 out. 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 353-357, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 out. 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; GALINDO, Dolores; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de. História, subjetividade e arquivos em Michel Foucault, Paul Veyne e Gilles Deleuze. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 5-15, 12 jul. 2016. Universidade Estadual de Maringa. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/29945>. Acesso em: 16 out. 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; NOGUEIRA, Juliana; REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho; ARRUDA, André Benassuly. Operadores analíticos da pesquisa com arquivos em Michel Fucault. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 1-15, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100220&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 nov. 2020.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p.121-164, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162004>. Acesso em: nov. 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 2. p. 52-83. Texto publicado originalmente em 2008.

MACÁRIO, Carol. **Crise energética no Brasil**: o que mudou nos últimos 20 anos. o que mudou nos últimos 20 anos. 2021. Reportagem da agência Lupa, do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/07/19/crise-energetica-no-brasil/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MASSEY, Doreen. Part Five: a relational politics of the spatial. In: MASSEY, Doreen. **For Space.** Londres: Sage, 2005. p. 147-195.

MCDOWELL, Linda. Aportes primarios. In: MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar:** Un estudio de las geografías feministas (Feminismos). Madri: Cátedra Universitat de Valencia (instituto de La Mujer), 2000. p. 11-35.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Alyne Alvarez; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PAOLO, Angela Flexa di. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 26-32, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822007000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 out. 2020.

MENDONZA, Breny. Los feminismos y la otra transición a la democracia en América Latina». In: LEÓN, María Antonia García de (Comp.). **Rebeldes Ilustradas:** La Otra Transición. Barcelona: Anthropos, 2008. p. [S.I.].

_____. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Org.). **Tejiendo de otro modo:** Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 91-104.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo mo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Venezuela, v. 14, n. 33, p.37-54, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-37012009000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 26 dez. 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente: Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Ed.). **Descolonizando el Feminismo:** Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madri: Cátedra, 2008. p. 23. Tradução de María Vinós. Disponível em: <https://sertao.ufg.br/up/16/o/chandra_t__mohanty__bajo_los_ojos_de_occidente.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

_____. De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente”: La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas. In: CASTILLO, Rosalva Aída Hernández; NAVAZ, Liliana Suárez (Ed.). **Descolonizar el Feminismo:** Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madri: Cátedra, 2008. Cap. 10. p. 404-467. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/259389888_Descolonizando_el_Feminismo>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto "Primeiro" Território de Dominação:** O Biopoder e a Sociedade de Controle. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1632>. Acesso em: 30 out. 2019.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. **In: Território, território(s)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE UFF/AGB – Niterói, 2002.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB (Brasil). **Arpilleras - Bordando a Resistência:** o projeto. 2014. Disponível em: <https://arpilleras.wixsite.com/ofilme/sobre>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **Exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência" (Catálogo)**. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__/28>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. **Brasil:** mulheres atingidas por barragens - mudanças nos modos de vida. 2010. Disponível em: <https://womenonthemarch.wordpress.com/2010/03/23/brasil-mulheres-atingidas-por-barragens-mudancas-nos-modos-de-vida/>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. **Exposição "Arpilleras: Bordando a Resistência" (Catálogo)**. 2015. Disponível em: <https://issuu.com/mabnacional/docs/cat__logo_mab_arpilleras_bordando__/28>. Acesso em: 18 dez. 2020.

_____. **O modelo energético brasileiro e a violação dos direitos das mulheres.** 2011. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/artigo/mulheres-atingidas>. Acesso em: 1 dez. 2019.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino:** desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Muieres Creando Comunidad, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. Cap. 1. p. 7-16.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, jan./jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 1 nov. 2020.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471>. Acesso em: 24 out. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para

Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**, Brasília, ano 2006, 7 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 5 set. 2021.

SAIDÓN, Osvaldo. **Devires da Clínica.** São Paulo: Hucitec, 2008.

SÁNCHEZ-ALDANA, Eliana; PÉREZ-BUSTOS, Tania; CHOCONTÁ-PIRAQUIVE, Alexandra. ¿Qué son los activismos textiles?: una mirada desde los estudios feministas a catorce casos bogotanos. **Athenea Digital**, Barcelona, v. 19, n. 3, p.1-24, nov. 2019.
SILVA, Alexandra Martins. "Atingidas por barragens": uma história de vida e luta enquanto Mulheres e Militantes de um Movimento Social. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 2008. p. 1 - 5.

SILVA, Daiane Gaspareto da; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; MONTEIRO, Eline Freire. Reflexões a respeito da história cultural e a análise de documentos. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 16, n. 2, p. 73-82, out. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5036142.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

SOUZA, Severino; FRANCISCO, Ana Lúcia. Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 6., 2017, S.I.. **Anais [...] .** S.I.: S.I., 2017. v. 2, p. 120-129. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1201>. Acesso em: 24 out. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. ¿Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 39, n. 1, p.297-364, jan./dez. 2003.

VETTORAZZO, Lucas. Brasil pode ter a energia mais cara do mundo no fim do ano, diz instituto. **Veja**, caderno Radar, 5 ago. 2021. Disponível em:< https://veja.abril.com.br/blog/radar/brasil-pode-ter-energia-mais-cara-do-mundo/>. Acesso em: out. 2020.

VEGA, Maria José. **Gayatri Ch. Spivak:** conceptos críticos. 2009. Disponível em: <http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/inst_lucio_anneo_seneca/educacion/proy_apolo/galer%EDa_filologos/gayatri_spivak>. Acesso em: 30 jan. 2020.

YOUNG, Iris Marion. **The Ideal of Community and the Politics of Difference.** Flórida: Florida State University Department Of Philosophy, 1990.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e Genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 454-463, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300002>. Acesso em: 25 out. 2020.

ZEMELMAN, Hugo. **Voluntad de conocer:** el sujeto y su pensamiento en el paradigma crítico. Barcelona: Anthropos, 2005.